



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Rui Filipe Costa Gomes

**O Contrato de Mútuo, as suas diferentes particularidades e a análise da
sua natureza no contexto do Direito Civil em confronto com o Direito
Bancário**

O Contrato de Mútuo, as suas diferentes particularidades e a análise da sua natureza no contexto do Direito

ISCAC | 2018 Rui Filipe Costa Gomes
Civil em confronto com o Direito Bancário

Coimbra, maio de 2018



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Rui Filipe Costa Gomes

**O Contrato de Mútuo, as suas particularidades e a
análise da sua natureza no contexto do Direito Civil
em confronto com o Direito Bancário**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Solicitoria** realizada sob a orientação da Professora Maria Manuel Veloso e a coorientação do Professor Pedro Melanda.

Coimbra, maio de 2018

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

PENSAMENTO

Tenho em mim todos os sonhos do mundo.

FERNANDO PESSOA

DEDICATÓRIA

Ao meu querido padrinho Manuel, que recordo com saudade...

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai José Luís, mãe Isilda, irmã Patrícia, avós Manuel e Glória, por todo o incentivo, apoio e carinho demonstrado durante todo o meu percurso académico, por sempre me terem feito acreditar que de facto, se lutarmos por os nossos objetivos, é possível concretiza-los, a eles deixo um eterno obrigado.

À Professora Maria Manuel Veloso, e ao Professor Pedro Melanda, meus orientadores, por todos os seus generosos ensinamentos, conselhos, disponibilidade demonstrada, incentivo e ajuda na escolha do melhor caminho a seguir para a elaboração da presente dissertação, que sem eles seria impossível aqui chegar, a eles lhe deixo a minha palavra de gratidão.

Ao Marcos Júnior, meu grande amigo que a vida generosamente me destinou a conhecer, quando ambos dávamos os primeiros passos no mundo do Direito na linda cidade de Leiria, que com ele aprendi a crescer e sempre esteve presente para me apoiar, um obrigado é pouco.

Ao João Diogo Vitória, meu eterno padrinho de curso, por todo o apoio e incentivo demonstrado, seria impensável esta dissertação ser escrita sem o seu nome aqui gravado, a ele lhe deixo também aqui um obrigado para mais tarde recordar.

Ao Vítor Hugo, meu melhor amigo de adolescência, e meu padrinho de crisma, que a escola secundária de Ansião me deu a conhecer, e que até hoje me continua a incentivar a seguir em frente, também aqui lhe deixo estas sinceras palavras de gratidão.

Aos meus amigos que o Mestrado me deu a conhecer e já mais esquecerei, por todos os momentos de amizade, brincadeira e de apoio na integração de uma nova instituição, também lhes deixo a minha palavra de agradecimento para mais tarde recordar.

A todos os meus docentes que tive o prazer de conhecer em Licenciatura, na Escola Superior De Tecnologia e Gestão de Leiria, que com eles tanto aprendi, e com os seus valiosos conhecimentos me ajudaram a concluir o meu percurso académico, também a eles lhes deixo os meus sinceros agradecimentos por os seus contributos.

Também a todos os meus docentes do Mestrado, que gentilmente tive a oportunidade de conhecer, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, por todas as novas perspetivas e ensinamentos que me transmitiram, também lhes deixo o meu obrigado.

RESUMO

A presente dissertação realiza-se no âmbito do Segundo Ciclo de Estudos do Curso de Solicitadoria e Administração, na vertente de especialização em Solicitadoria de Empresas, ministrado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC).

O objetivo primordial do presente estudo é uma análise detalhada sobre duas especialidades do Contrato de Mútuo, um ato contratual que no nosso ordenamento jurídico é bastante usual nos dias de hoje, dada a necessidade recorrente dos portugueses obterem concessão de crédito, comparando as suas particularidades e natureza contratual, no contexto do Direito Civil em confronto com o Direito Bancário, como intitulado na presente obra, de forma a perceber que a celebração de um Contrato de Mútuo Civil é algo distinto da celebração de um Contrato de Mútuo Bancário.

Neste âmbito, numa primeira fase é realizada a análise ao Contrato de Mútuo Civil, de seguida, numa segunda fase, abordamos o Contrato de Mútuo Bancário.

Por fim, na última fase, a partir dos dados analisados e constatados, procedemos às considerações finais que nos permitem concluir que existem particularidades semelhantes e diferentes entre estas duas especialidades contratuais admitidas no presente contrato, no entanto atuam em diferentes ramos do Direito, implicando assim um tratamento legal autónomo e individualizado.

Palavras-chave

Contrato de Mútuo Civil – Contrato de Mútuo Bancário - Confronto – Direito Civil – Direito Bancário.

ABSTRACT

This dissertation is carried out within the scope of the Second Cycle of Studies of the Solicitation and Administration Course, in the area of specialization in Companies Solicitation, taught at the Institute of Accounting and Administration of Coimbra (ISCAC).

The main objective of this study is a detailed analysis of two specialties of the Mutual Agreement, a contractual act that in our legal system is very usual today, given the recurrent need of the portuguese to obtain credit, comparing their particularities and contractual nature, in the context of Civil Law in relation to Banking Law, as entitled in this work, in order to perceive that the conclusion of a Civil Mutual Agreement is something distinct from the conclusion of a Banking Mutual Agreement.

In this context, the analysis of the Civil Loan Agreement is carried out in the first phase, then, in a second phase, we approached the Banking Mutual Agreement.

Finally, in the last phase, based on the data analyzed and verified, we make the final considerations that allow us to conclude that there are similar and different characteristics between these two contractual specialties admitted in this contract, but they act in different branches of the Law, thus implying autonomous and individualized legal treatment.

Key-words

Civil Mutual Contract - Mutual Banking Contract - Confrontation - Civil Law - Banking Law.

ÍNDICE GERAL

TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	iii
PENSAMENTO.....	iv
AGRADECIMENTOS	vi
ABSTRACT.....	viii
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	xii
NOTA INTRODUTÓRIA	1
CAPÍTULO I - DO CONTRATO DE MÚTUO NO CONTEXTO DO DIREITO CIVIL	3
1. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MÚTUO CIVIL	3
2. CONCEITO E ASPETOS GERAIS DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL.....	6
3. CARATERÍSTICAS QUALIFICATIVAS DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL	8
3.1 Contrato Nominado e Típico e sua possibilidade Inominada e Atípica.....	8
3.2 O Caráter Real <i>Quoad Constitutionem</i> do Mútuo e a discussão em torno da admissibilidade do Mútuo Consensual	10
3.3 Contrato Obrigacional e Real <i>Quoad Effectum</i>	14
3.4 A Gratuitidade ou Onerosidade do Contrato.....	15
3.5 A questão da Sinalagmaticidade do Contrato	16
4. A FORMA DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL	19
5. O OBJETO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL	21
6. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL	24
7. A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL POR INTERMÉDIO DE MANDATÁRIO OU REPRESENTANTE.....	25
8. O CONTRATO DE PROMESSA DE MÚTUO CIVIL.....	27
9. OS EFEITOS DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL	29
9.1 A Transferência da Propriedade.....	29
9.2 As Obrigações do Mutuário	30
10. AS CLÁUSULAS ACESSÓRIAS NO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL	35

10.1	A Cláusula de Condição	35
10.2	A Cláusula de Termo	36
10.3	A Cláusula de Modo ou Encargo.....	36
11.	O PRAZO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL	38
12.	A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL.....	40
12.1	Considerações Gerais	40
12.2	A Caducidade	40
12.3	A Denúncia	41
12.4	A Resolução.....	42
12.5	A Restituição	44
12.6	As Causas de Invalidade do Contrato.....	44
CAPÍTULO II - DO CONTRATO DE MÚTUO NO CONTEXTO DO DIREITO BANCÁRIO.....		47
1.	CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO.....	47
2.	OS CONTRATANTES E O OBJETO CONTRATUAL NA PERSPETIVA BANCÁRIA.....	49
2.1	Dos Contratantes	49
2.2	Do Objeto Contratual	49
3.	A FORMA DO CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO	51
4.	AS CLASSIFICAÇÕES DO CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO	53
4.1	Quanto à Natureza.....	53
4.2	Quanto ao Prazo	53
4.3	Quanto às Garantias	54
4.4	Quanto ao Mútuo concedido aos Intervenientes Contratuais.....	54
4.5	Quanto à Modalidade de Prestação de Restituição do Capital e dos Juros	55
4.6	Quanto à Vinculação do Mutuário relativamente ao Fim de Utilização do Capital.....	55
4.6.1	Quanto à sua Natureza	56
4.6.2	Os casos de mútuo de escopo	57
5.	AS TAXAS DE JURO BANCÁRIAS.....	58

5.1	A Capitalização de Juros Vencidos, também designado de Anatocismo.....	59
5.2	A Garantia e a Sobregarantia no Contrato de Mútuo Bancário	61
6.	OS COVENANTS	63
6.1	As Cláusulas de <i>Negative Pledge</i>	64
6.2	As Cláusulas de <i>Pari Passu</i>	66
6.3	O Vencimento Antecipado e a sua relação com os <i>Events Of Default</i>	68
6.4	As Cláusulas de <i>Cross Default</i>	69
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
	JURISPRUDÊNCIA	81
	ANEXOS	86
	ANEXO 1	87
	ANEXO 2	89

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

AAFDL	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
Ac.	Acórdão
Al.	Alínea
Art.º	Artigo
AUJ	Acórdão Uniformizador de Jurisprudência
BGB	<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i> (Código Civil da Alemanha)
BMJ	Boletim do Ministério da Justiça
CC	Código Civil
CCG	Cláusulas Contratuais Gerais
CCOM	Código Comercial
CE	Conselho da União Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
Cfr.	Conferir
CIRS	Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares
Cit.	Citado
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DL	Decreto de Lei
DPA	Documento Particular Autenticado
DR	Diário da República
Ed.	Edição
i.e.	Isto é
MP	Ministério Público
<i>op.</i>	<i>Opus</i>
p. (pp.)	Página (páginas)

Proc.	Processo
RALC	Resolução Alternativa de Litígios de Consumo
RGICSF	Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
RLJ	Revista de Legislação e Jurisprudência
ROA	Revista da Ordem dos Advogados
ss.	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRG	Tribunal da Relação de Guimarães
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
UE	União Europeia
v.g.	<i>Verbi gratia</i>
Vol.	Volume

NOTA INTRODUTÓRIA

Com o surgimento da crise financeira, muitas pessoas foram obrigados a requerer empréstimos por falta de recursos económicos, para fazer face às despesas de consumo e sobretudo para a obtenção de crédito para a habitação.

É neste panorama que a figura do Contrato de Mútuo adquire uma particular projeção, na medida em que o recurso à celebração do presente contrato se torna mais evidente, deparando-nos com a celebração de duas diferentes modalidades contratuais do Mútuo. As pessoas que recorrem à celebração do Contrato de Mútuo Civil, o que é muito usual no seio da família e amigos, e as que, por sua vez optam por a celebração do Contrato de Mútuo Bancário, com as entidades financeiras dotadas de capacidade para a concessão de crédito.

Neste âmbito, a elaboração do presente trabalho surge com a intenção de abordarmos as duas modalidades do Contrato, a partir da análise das características e particularidades do Contrato de Mútuo no contexto do Direito Civil, em confronto com o seu contexto no Direito Bancário, de forma a encontrarmos as semelhanças e diferenças com o intuito de clarificar que são duas modalidades contratuais distintas.

Numa primeira fase, relativamente ao Capítulo I, abordamos o Contrato de Mútuo Civil, nomeadamente no que respeita à sua origem, evolução e conceito, as características e particularidades que qualificam a modalidade contratual, a forma contratual a que está adstrito, o objeto contratual com destaque para a distinção comparada entre o Contrato de Mútuo com o Contrato de Comodato, a sua celebração por intermédio de mandatário ou representante, a possibilidade de o Mútuo Civil ser contemplado em sede de Contrato Promessa, os efeitos do contrato, uma contemplação de particularidades relativas às cláusulas que podem ser acessórias ao contrato, e as suas causas de extinção, sempre com uma abordagem suportada em critérios doutrinários e jurisprudenciais.

Subsequentemente desenvolvemos o Capítulo II, que por sua vez trata o Contrato de Mútuo Bancário, no seguimento do mesmo raciocínio anterior, inicialmente preocupamo-nos em expor o seu conceito, origem e evolução, a alteração do plano dos sujeitos contratantes por força do contexto bancário, o objeto contratual, procedendo a uma distinção comparada entre o Contrato de Mútuo Bancário com o Contrato de Abertura de Crédito, a forma contratual a que está adstrito, e as diversas classificações que qualificam e individualizam a modalidade contratual, de entre as quais podemos destacar a classificação do Mútuo Bancário quando incide sobre a vinculação do mutuário em utilizar o capital mutuado para um fim convencionado, o que nos leva a

um Contrato de Mutuo Bancário atípico, o também designado Mútuo de Escopo. Também é realizada uma abordagem à questão dos juros e da admissibilidade ou não do anatocismo, a análise do fenómeno da sobregarantia e dos *covenants*, que integram as cláusulas típicas que podem ser inseridas num contexto bancário, referimo-nos assim às cláusulas de *negative pledge*, *pari passu* e *cross default*. A abordagem a este Capítulo também é, à figura do anterior, realizada com critérios doutrinários e jurisprudenciais.

Por fim, tecemos as nossas considerações finais relativamente aos aspetos que diferem ou não, do Contrato de Mútuo Civil em confronto com o Contrato de Mútuo Bancário, com o objetivo de salientar os traços significativos que individualizam e qualificam as duas modalidades contratuais.

CAPÍTULO I - DO CONTRATO DE MÚTUO NO CONTEXTO DO DIREITO CIVIL

1. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MÚTUO CIVIL

O desenvolvimento do sistema jurídico português, com o decorrer dos anos, levou a que conceito de mútuo fosse sofrendo constantes evoluções.

Em termos etimológicos¹ verifica-se que a palavra mútuo tem origens na ideia de troca e reciprocidade².

Na origem do mútuo encontramos relações simples de solidariedade e de convívio humano, na medida em que a pessoa ou o grupo que detivesse um excedente momentâneo de bens de consumo cedia-o a quem, na altura, estivesse necessitado³. Depois de ultrapassadas as dificuldades e invertidas as posições, o beneficiário restituiria, em equivalente da mesma espécie, os bens que recebera⁴.

A chave da evolução desta prática social, e do seu posterior tratamento, em termos jurídicos, encontra-se no momento em que a retribuição da dádiva, que inicialmente é esperada em termos algo difusos, passa a ser estabelecida com maior rigor, passando a ter um maior grau de obrigatoriedade e aproximando-se da ideia de restituição da coisa do mesmo género e logo da ideia de empréstimo⁵.

Depois de um primeiro momento em que esta prática social era fundada na cooperação e estava circunscrita a um círculo social relativamente restrito, sendo realizado no seio comunitário e nomeadamente entre *patres familiarum* em situações em que não era possível trocar os bens de que se tinha necessidade por outros que se

¹ “Recorrendo à etimologia, este contrato é, nas palavras de GAIUS, “chamado *mutuum* porque o que assim te é dado por mim, de meu (*meo*) teu (*tuum*) se faz”. Por sua vez, *mutuum* liga-se a *mov* de que provêm *move* e *mutare* no sentido de trocar ou de mudança de lugar. E, no mútuo, observa-se uma troca de coisas fungíveis por outras igualmente fungíveis.” in ANTÓNIO SANTOS JUSTO, 2011, O Mútuo no Direito Romano- Algumas notas romanas no Direito Português, *opus* (*op.*), citado (*cit.*) p.74.

² BRUNO FERREIRA, 2011, Contratos de créditos bancários e exigibilidade antecipada, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 29.

³ No mesmo sentido, veja-se BRUNO FERREIRA “Num primeiro momento, a entrega de coisas a alguém com quem se tem uma ligação familiar ou social (ainda que de simples vizinhança) para que este as utilizasse numa situação de necessidade, seria efetuada sem uma contrapartida ou retribuição que pudesse ser identificada como tal. Tratar-se-ia, no fundo, de uma dádiva.” in BRUNO FERREIRA, *op. cit.* p. 27.

⁴ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, 2016, Direito Bancário, 6.ª edição (ed.), Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 672.

⁵ BRUNO FERREIRA, *op. cit.* p. 28.

podiam dispensar, terá ocorrido um alargamento dos sujeitos a quem eram disponibilizadas as coisas fungíveis passando esta prática a ocorrer fora do círculo social de relações sociais familiares ou de vizinhança, facto que estará correlacionado não apenas com o início de uma economia comercial e com a cada vez maior existência de bens excedentes que não seriam necessários para consumo próprio, mas também com a acentuação das desigualdades económicas.

Terá possivelmente sido este alargamento da disponibilização de coisas fungíveis a terceiros e o aumento das situações em que acabava por não ocorrer qualquer retribuição futura, que também terá contribuído para que a retribuição tenha passado a configurar um dever de restituição de coisas do mesmo género.

Por outro lado, a introdução do dinheiro neste tipo de transações poderá também ter desempenhado um papel relevante na fixação da obrigação de restituição e da aproximação à ideia de empréstimo⁶⁻⁷.

O mútuo era um contrato gratuito, ficando por efeito contratual o recetor das coisas fungíveis obrigado à restituição apenas de quanto recebeu e não mais do que recebeu⁸, situação que não se enquadrava nas exigências da prática comercial, surge então no Direito Romano a hipótese mais consensual, no que diz respeito à formalização da obrigação de pagamento de juros sobre dinheiro disponibilizado pelo mútuo, que passa pela celebração de uma *stipulatio*⁹ aquando a entrega do dinheiro a título de mútuo.

Dotada de bastante rigidez, através da *stipulatio*¹⁰ poderiam assumir-se diversas obrigações, incluindo obrigações de entrega das coisas, sendo assim um meio para

⁶ BRUNO FERREIRA, *op. cit.* pp. 30-31.

⁷ Observando a origem do mútuo no caso francês “O mútuo fez a sua entrada na codificação civil moderna nos artigos 1892.º a 1904.º do *Code civil* de 1804 mantendo, no essencial, a estrutura assumida no Direito Romano e mantendo-se como o tipo contratual central dos contratos de crédito. O mútuo é designado de *prêt de consommation* ou simplesmente de *prêt*.”

No caso espanhol “O mútuo civil designado por *simple prestamo* ou *prestamo* encontra-se regulado nos artigos 1740.º e 1753.º a 1757.º do *Código Civil*, tendo sido aqui objeto de receção como contrato real e unilateral, em linha com o *Code Civil*.” in BRUNO FERREIRA, *op. cit.* pp. 44,46, e 59.

⁸ Evidenciando a natureza gratuita do mútuo, “o mútuo é um contrato gratuito, por isso, não produz juros; e o mutuário não deve restituir mais do que recebeu.” in ANTÓNIO SANTOS JUSTO, 2018, *Manual de Direito Privado Romano*, 2.ª ed., Petrony Editora, *op. cit.* p. 167.

⁹ Neste sentido, SANTOS JUSTO “Trata-se de um contrato gratuito (a obrigação de juros resultava de outro contrato (*stipulatio*) que, em regra, acompanhava o mútuo) ” in ANTÓNIO SANTOS JUSTO, 2011, *O Mútuo no Direito Romano- Algumas notas romanas no Direito Português*, *op. cit.* p. 71.

¹⁰ “A *stipulatio* é um contrato formal que os Romanos celebravam com muita frequência para satisfazer fins muito diferentes. E o próprio pretor utilizava-a para proteger judicialmente relações não tuteladas por o Direito Civil.

cobrir de eficácia jurídica o acordo das vontades dos contraentes, independentemente do respetivo conteúdo. A utilização da *stipulatio* para estabelecer a obrigação de pagamento de juros permitia que a própria obrigação de restituição da quantia objeto do mútuo fosse também objeto de uma *stipulatio*, num primeiro momento em termos orais e posteriormente reduzida a escrito. Desta forma ficaria assim assegurada a restituição do capital e do pagamento de juros¹¹.

Dentro da variedade de fins que justificavam o recurso à *stipulatio*, destacamos a garantia das obrigações e a proteção de danos futuros” in ANTÓNIO SANTOS JUSTO, Manual de Direito Privado Romano, *op. cit.* p. 190.

¹¹ BRUNO FERREIRA, *op. cit.* p. 30-31.

2. CONCEITO E ASPETOS GERAIS DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

Designa-se por mútuo civil (“civil loan” “zivile Darlehen” “prêt civil” “mutuo civile” “préstamo civil”) o contrato que vem regulado do artigo (art.º) 1142.º ao art.º 1151.º do Código Civil (CC). Preceitua o art.º 1142.º¹² que o mútuo é o contrato pelo qual uma das partes empresta à outra coisa fungível¹³, ficando a segunda obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade. De mutuante¹⁴ e mutuário se qualificam os intervenientes no contrato¹⁵.

Durante muito tempo o mútuo foi encarado apenas como uma das modalidades de empréstimo. Atualmente tem-se defendido que o mútuo civilístico pertence a uma categoria ampla de contratos que se caracteriza por ter como objeto um financiamento: os contratos de crédito. Outros exemplos deste tipo de contratos são a abertura de crédito, o *leasing* e o *factoring*¹⁶.

Notemos então que a terminologia empréstimo sofreu várias alterações no CC, uma vez que, categoricamente, o empréstimo desapareceu, embora surja pontualmente ao longo do nosso código (*vide* n.º 2 do art.º 591.º, n.º 2 do art.º 1138.º, n.º 2 do art.º 1146.º, n.ºs 3 e 4 do art.º 1148.º, alínea (al.) d) do art.º 1682.º-B e al. g) do n.º 1 do art.º 1889.º).

O mútuo e a usura, por sua vez, fundiram-se numa só figura¹⁷, o contrato de mútuo, que tanto pode assumir carácter gratuito como oneroso¹⁸, como *infra* analisado.

¹² “A noção contida neste artigo coincide, praticamente, com a noção do mútuo que é dada no artigo 1813.º do Código italiano.” in PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, 1997, Código Civil Anotado, 4.ª ed., Vol. (Volume) II, Coimbra Editora, *op. cit.* p. 761.

¹³ Conferir (Cfr.) art.º 207.º do CC, a respeito do conceito de coisas fungíveis.

¹⁴ Também pode ser designado de “prestamista”, *vide* ANTÓNIO SANTOS JUSTO, Manual de Contratos Cíveis, Vertentes Romana e Portuguesa, *op. cit.* p. 355.

¹⁵ MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, 2013, Noções Fundamentais de Direito Civil, 6.ª ed., Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 292.

¹⁶ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, 2016, Direito das Obrigações, 11.ª ed., Vol. III, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 279.

¹⁷ No mesmo sentido, veja-se PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “A fim de não estabelecer divórcio entre as expressões legais e as de facto utilizadas, e porque não são muito acentuadas as diferenças de regulamentação entre as duas espécies, jugou-se preferível englobá-las num contrato único, chamado mútuo, que tanto poderá ser gratuito como oneroso.” in PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 761.

¹⁸ ANA PRATA, Código Civil Anotado, 2017, Vol. I, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 1407-1408.

As palavras de JANUÁRIO GOMES vão no mesmo propósito, o código abandonou o tipo empréstimo do Código de Seabra, “destipificou-o” legalmente, ainda que nos pareça possível falarmos do empréstimo enquanto tipo social, se não mesmo como tipo social legal oculto. Por sua vez, relativamente à usura, o autor refere que o CC atual optou, mais uma vez por “distipificar” a usura enquanto contrato. Não há, agora, mútuo gratuito *versus* usura, mas sim mútuo gratuito *versus* mútuo oneroso¹⁹.

¹⁹ MANUEL JANUÁRIO GOMES, Contratos Comerciais, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 315-318.

3. CARATERÍSTICAS QUALIFICATIVAS DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

3.1 Contrato Nominado e Típico e sua possibilidade Inominada e Atípica

O contrato nominado tem uma designação própria (um nome), fixado na lei, por sua vez, o uninominado, não a tem, ou não dispõe de uma denominação habitual²⁰, na gíria do setor ou entre juristas.

No que concerne ao contrato típico, é aquele cujas cláusulas nucleares constam da lei, contrariamente, o contrato atípico resulta do exercício da autonomia privada²¹⁻²².

In casu, podemos primeiramente caracterizar o mútuo como um contrato nominado e típico, pois a lei, além de o reconhecer como categoria jurídica, define-o no art.º 1142.º do CC, como também estabelece o seu regime, encontrando-se o mútuo civil regulado do art.º 1142.º ao 1151.º, como já *supra* referido²³.

Distintos dos contratos típicos são, os designados contratos atípicos ou uninominados²⁴, que as partes, ao abrigo do princípio da liberdade contratual²⁵, presente no n.º 1 do art.º 405.º criam fora dos modelos traçados e regulados na lei para os

²⁰ Nas palavras de GALVÃO TELLES, “Os contratos típicos costumam chamar-se nominados e os contratos atípicos uninominados: no sentido de que os primeiros têm e os segundos não têm «*nomen iuris*», ou seja, denominação dada por lei.” in INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *Direito das Obrigações*, 1997, 7.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, *op. cit.* pp. 85.

²¹ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, 2016, *Tratado de Direito Civil VII, Direito das Obrigações*, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp.190-191.

²² Neste sentido “A distinção entre contratos nominados e uninominados deve ser reservado, no direito atual, para os casos em que o contrato tem, ou não tem um “*nomen*” na lei. A distinção entre contratos típicos e atípicos deve ser reservada para os casos em que o contrato tenha, ou não, na lei ou na prática, um modelo típico de disciplina própria” in PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, 2009, *Contratos Atípicos*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 212.

²³ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 380.

²⁴ “Em qualquer dos casos, a doutrina, tanto portuguesa como estrangeira, tem vindo a reconhecer a não imperatividade da regra da realidade *ad constitutionem*, admitindo, com fundamento no princípio da autonomia privada, ao lado do contrato de mútuo real *quoad constitutionem*, um outro tipo de contrato de mútuo, uninominado, legalmente atípico – embora socialmente típico – e consensual.” in ANA PRATA, *Código Civil Anotado*, *op. cit.* p. 1408.

²⁵ A este propósito, veja-se ANTUNES VARELA “A liberdade contratual consiste na faculdade que as partes têm, dentro dos limites da lei, de fixar, de acordo com a sua vontade, o conteúdo dos contratos que realizarem, celebrar contratos diferentes dos prescritos no Código ou incluir nestes as cláusulas que lhes aprouver. As partes são livres ao contratar na medida em que podem seguir os impulsos da sua razão, sem estarem aprisionados pela jaula das normas legais.” in JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, 2017, *Das Obrigações em geral*, 10.ª ed., Vol. I, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 230-231.

contratos típicos²⁶. Em termos de seleção de atipicidade, digamos que são contratos de mútuo atípicos os que se desprendam da tipicidade selecionada quanto aos elementos caracterizadores do mútuo civil elencados no art.º 1142º, nomeadamente, entre outras, quanto aos sujeitos, quanto ao objeto do contrato e quanto às obrigações desde que não altere a natureza jurídica geral, de fundo, caracterizadora de um contrato de mútuo não fosse essa atipicidade. No fundo um contrato de mútuo atípico é um contrato misto, em maior ou em menor medida, já que tem na sua base o contrato de mútuo, e é este que define o regime geral do contrato em causa²⁷, mas em certas partes difere dos elementos “típicos” do mútuo típico. Diz-se misto em dois sentidos, por um lado diz respeito ao contrato no qual se reúnam elementos de dois ou mais negócios, total ou parcialmente regulados na lei, mas também se diz misto em *lato sensu*, quando reúna elementos de um contrato típico com certas cláusulas atípicas já que os sujeitos em vez de realizarem dois ou mais tipos contratuais previstos no catálogo da lei, e porque os seus interesses o impõem, celebram contratos de mútuo com cláusulas divergentes dos elementos previstos na lei.

Portanto, concluímos assim que podem ser configurados contratos de mútuo atípicos²⁸ aqueles que divergirem num dos elementos caracterizadores do mútuo civil previsto no art.º 1142.º, nomeadamente no que respeita ao objeto e às obrigações do contrato, com a condição de não alterar a natureza jurídica geral, de fundo, caracterizadora de um contrato de mútuo²⁹.

²⁶ No mesmo âmbito “o artigo 405.º do Código Civil permite expressamente que as partes, “dentro dos limites da lei” celebrem contratos diferentes dos típicos, modifiquem os tipos legais incluindo neles as cláusulas que lhes aprouver, e misturem no mesmo contrato regras de dois ou mais contratos” in PEDRO PAIS DE VASCONCELOS, *op. cit.* p. 215.

²⁷ A este prepósito, GALVÃO TELLES aponta que “os contratos mistos resultam da fusão de dois ou mais contratos, ou de partes de contratos distintos, ou da inclusão num contrato de aspetos próprios de outro ou outros.”

Parece também resultar que do contrato de mútuo atípico adota-se a teoria da absorção, que GALVÃO TELLES explica: “deve individualizar-se no contrato misto a parte preponderante, que lhe imprime caráter, e enquadrá-lo no tipo a que assim fundamentalmente pertence” in INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *op. cit.* p. 86.

²⁸ No mesmo sentido, a título jurisprudencial “O contrato tipificado de mútuo pode, por consenso das partes, firmado ao abrigo do princípio da liberdade contratual, constituir-se, por simples acordo, como um contrato atípico de mútuo, quando um dos contraentes se obriga a entregar dinheiro ou outra coisa fungível ao outro, ficando este vinculado a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade.” in Acórdão (Ac.) do Tribunal da Relação de Guimarães (TRG), Proc. (Processo) 163/09.0TBPVL.G1 de 22-05-2014, relatado por a Doutora Juíza Desembargadora MARIA LUÍSA RAMOS.

²⁹ NUNO RICARDO PINTO DA SILVA, 2015, Contrato de mútuo: natureza jurídica e particularidades, Universidade Lusfada, *op. cit.* p. 397.

3.2 O Caráter Real *Quoad Constitutionem* do Mútuo e a discussão em torno da admissibilidade do Mútuo Consensual

Nos contratos reais *quoad constitutionem* a tradição da coisa é um elemento constitutivo do contrato, uma vez que sem a entrega da coisa não se celebra o negócio jurídico³⁰. No entanto o caráter real *quoad constitutionem* do mútuo é alvo de ampla discussão doutrinal.

No âmbito do Direito Romano, o mútuo correspondia a uma forma de constituição de obrigações *ex re*, na medida em que o mutuário, por ter recebido do mutuante coisas fungíveis, que por norma é dinheiro, se obrigava a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade. Em consequência desta formulação, o mútuo veio a ser qualificado durante todo o Direito Intermédio como um contrato real *quoad constitutionem*.

No âmbito da pré-codificação francesa, POTHIER, célebre jurista francês, atribui outro conteúdo ao mútuo, ao integrá-lo juntamente com o comodato e a locação, numa categoria de contratos que tem como função genérica o empréstimo de coisas, embora se diferenciem pela sua estrutura específica. O *Code Civil* francês, de 1804, aceitando a conceção de POTHIER, colocou o mútuo a par do comodato como modalidades de empréstimo, afirmando sempre a sua natureza real *quoad constitutionem*. A natureza real *quoad constitutionem* do mútuo foi igualmente adotada no código civil italiano. Também, na altura da elaboração do código civil alemão (BGB), a natureza real *quoad constitutionem* do mútuo foi expressamente posta em causa, tendo o projeto do redator principal qualificado expressamente o mútuo como um contrato consensual, no entanto, a solução definitiva consagrada no código civil alemão foi a natureza real *quoad constitutionem* do contrato. Após a Reforma do Direito das Obrigações alemão, de 2001, passou a adotar-se, pelo contrário, a tese da consensualidade do mútuo.

Relativamente às várias posições doutrinárias alusivas ao caráter real *quoad constitutionem* e ao consensualismo no Direito Obrigacional português, o art.º 1142.º influenciado pelo código civil italiano, parece pressupor o caráter real *quoad constitutionem* do contrato de mútuo, uma vez que ao estabelecer que o mútuo é “o contrato pelo qual uma das partes empresta” parece colocar a entrega das coisas fora do contrato, na medida em que se insere na sua fase formativa. No entanto, essa posição não é pacífica na doutrina³¹.

³⁰ PEDRO ROMANO MARTINEZ, 2017, *Direito das Obrigações*, 5.ª ed., Lisboa, AAFDL Editora, *op. cit.* p. 160.

³¹ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, *op. cit.* pp. 380-381.

A tese clássica considera que está em causa um contrato real *quoad constitutionem* no sentido de que o contrato só se completa com a entrega da coisa mutuada. Em abono desta posição alegam o sentido da lei, uma vez que o art.º 1142 do CC define mútuo como o contrato pelo qual alguém empresta a outrem³². No entanto para os autores que defendem essa natureza real *quoad constitutionem* do mútuo, tem-se desenvolvido no entanto, certa controvérsia sobre a natureza da entrega da coisa no âmbito da estrutura do contrato, havendo quem tenha considerado que ela constituiria a prestação voluntária de um indevido, ou que seria reconduzível à forma do contrato, ou que corresponderia a um requisito de declaração negocial, necessário à subsistência do tipo, na medida em que a lei não admite outra forma de as partes celebrarem este contrato.

Em contraposição à tese clássica, alguns autores sustentam que a realidade do mútuo não passa de um resquício histórico, que não desempenha atualmente qualquer função útil, sendo por o contrário prejudicial, assim a entrega das coisas mutuadas não teria a função de elemento constitutivo do negócio, seria antes um ato executivo do contrato, não necessariamente contemporâneo da sua celebração.

Uma tese intermédia entre as duas *supra* mencionadas, defende que existe um hiato entre a celebração do contrato e a produção de alguns dos seus efeitos, de acordo com este entendimento, o contrato é celebrado no momento do acordo das partes, mas este não faz nascer a obrigação restitutória, nem produz a transferência da propriedade, uma vez que esta pressupõe a entrega das coisas mutuadas, que seria assim considerada uma *conditio iuris* de certos efeitos do contrato ou como uma concausa da sua eficácia.

Uma outra posição, seguida por VAZ SERRA, MOTA PINTO, MENEZES CORDEIRO, JOÃO REDINHA E PESTANA DE VASCONCELOS admite o mútuo consensual, ao lado do mútuo real e da promessa de mútuo³³. Para estes autores, a entrega não é condição de validade do contrato, pelo facto de as partes acordarem na sua não realização tem apenas como efeito tornar atípico esse mesmo contrato. No entanto, como, ao abrigo do princípio da autonomia privada, consagrado no art.º 405 do CC, nada impede as partes de celebrarem contratos diferentes dos previstos no Código,

³² CÁTIA MARQUES CEBOLA, 2018, Casos Práticos de Solicitadoria, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 36.

³³ Esta posição é criticada por PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “A solução defendida por Vaz Serra, da admissibilidade do mútuo consensual, como figura intermédia entre a promessa de mútuo, sujeito ao regime dos artigos 410.º e seguintes, e o mútuo real, não apresentava para o comércio jurídico qualquer interesse prático. Ou se empresta a coisa, ou se promete emprestá-la. No primeiro caso, há um contrato de mútuo; no segundo, um contrato-promessa.” *in* PIRES DE LIMA /ANTUNES VARELA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 762.

ficando assim na sua disponibilidade a celebração do mútuo como real ou como consensual³⁴.

Na doutrina também podemos encontrar posições a sustentar uma diferença de natureza real e consensual entre o mútuo gratuito e o mútuo oneroso, enquanto que o mútuo gratuito seria sempre um contrato real *quoad constitutionem*, o mútuo oneroso seria um contrato consensual. Esta posição funde-se numa doutrina que sustenta que a *traditio* só faz sentido em contratos gratuitos, dado que se destina a substituir a demonstração da causa desses contratos. Assim, enquanto nos contratos onerosos a promessa de uma prestação tem a sua causa facilmente demonstrável na estipulação da contraprestação, nos contratos gratuitos essa causa não aparece, o que justifica que a promessa não seja acionável se não tiver ocorrido a tradição.

A tese do cariz consensual do contrato de mútuo contradiz claramente o disposto na nossa lei, que o qualifica como um contrato real *quoad constitutionem* e não prevê qualquer obrigação de entrega das coisas que constituem o seu objeto. De facto, a definição de mútuo presente no art.º 1142.º é idêntica às definições de outros contratos reais *quoad constitutionem*³⁵ plasmadas no nosso Código, afastando-se assim das fórmulas definitórias dos contratos consensuais³⁶, onde se prevê uma obrigação de entrega.

A tese de que a *traditio* não é elemento constitutivo do contrato, mas apenas *conditio iuris* de alguns dos seus efeitos ou concausa da eficácia do contrato também é alvo de críticas, uma vez que os efeitos como a transmissão da propriedade e a obrigação de restituição têm a sua causa na estipulação das partes, não podendo ser visto como resultado da *traditio*, além disso, não se apresenta como correto distinguir o momento formativo do contrato do momento da produção da sua eficácia, estabelecendo assim uma desnecessária cisão entre elementos integrantes de uma *facti species* constitutiva unitária, até porque essa cisão se apresenta como contrária ao princípio consensualístico, segundo o qual o acordo das partes desencadeia todos os efeitos do contrato. Finalmente, salienta-se que a *traditio* depende de uma atuação espontânea das partes que por esse motivo deve ser vista como integrando o processo da formação e não ser considerado como um elemento estranho ao mesmo.

³⁴ No mesmo sentido, VAZ SERRA afirma ser possível celebrar contratos consensuais de mútuo ao abrigo do princípio da liberdade contratual, presente no art.º 219.º do CC, pelo que estes consubstanciam contratos inominados ou atípicos, in ADRIANO PAIS DA SILVA VAZ SERRA, 1960-1961, Notas Acerca do Contrato de Mútuo, Revista de Legislação e Jurisprudência (RLJ) n.º 93, Coimbra, Coimbra Editora, op. cit. p. 99.

³⁵ Vide como exemplo o contrato de depósito, regulado por o art.º 1185.º do CC.

³⁶ Vide como exemplo o contrato de compra e venda, regulado por o art.º 874.º e 879.º b) do CC.

Por fim, a tese que limita o cariz real *quoad constitutionem* ao mútuo gratuito, onde não se considera o mútuo oneroso parece-nos ser igualmente criticável, na medida em que a qualificação dos contratos como reais *quoad constitutionem* corresponde a uma escolha legislativa, que não aparece necessariamente associada à gratuitidade desses contratos. Para além disso, considera-se que a gratuitidade não torna a promessa da prestação privada de causa, dado que esta deve ser procurada na função económico-social típica do contrato, ora, do ponto de vista hermenêutico, não haveria qualquer distinção entre o mútuo oneroso e o mútuo gratuito que permita justificar que ao primeiro fosse atribuído cariz consensual e ao segundo real *quoad constitutionem*, uma vez que a definição legislativa relativamente ao contrato de mútuo não é limitada ao mútuo gratuito, mas antes por o contrário considera que o mútuo se presume oneroso, de acordo com o teor do art.º 1145.º.

Parece assim de aceitar a tese que sustenta o cariz real *quoad constitutionem* do mútuo. Não parece porém justificar-se defender que a *traditio* corresponda a uma prestação do indevido, tendo a obrigação de restituição cariz extracontratual.

A tese de que a *traditio* corresponde à forma do contrato é igualmente criticável, uma vez que as funções que lhe são assacadas não são idênticas às da forma, correspondendo antes a um elemento constitutivo do tipo contratual.

Efetivamente, a função da tradição corresponde a um elemento essencial para a constituição do contrato, sendo exigida em casos de juridicidade duvidosa, em que os vínculos assumidos pelas partes tanto podem corresponder a relações jurídicas, como a relações de obsequiosidade e cortesia. Ao se exigir a tradição, garante-se que a tradição entre as partes deixa o plano de mera obsequiosidade e cortesia, passando a atingir o nível da juridicidade, uma vez que a partir da tradição há um indício seguro de que a vontade das partes é efetivamente a de constituir um vínculo contratual, pelo que todas as pretensões resultantes desse vínculo passam a ser juridicamente tuteladas.

Podemos assim afirmar que o mútuo é um contrato real *quoad constitutionem*³⁷-³⁸, exigindo a tradição das coisas mutuadas³⁹ para a sua constituição. Essa tradição não

³⁷ Também na opinião de MENEZES CORDEIRO “O mútuo tem sido considerado real *quoad constitutionem*. Assim ele só produziria efeitos pela entrega da coisa mutuada. Trata-se de uma conceção em regressão; de todo o modo, não haverá dificuldades em admitir, ao lado do mútuo típico real, mútuos meramente consensuais.” in ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 674.

Por sua vez JOANA FARRAJOTA “a maioria da doutrina considera inequívoca a receção no CC de uma conceção real do mútuo” in ANA PRATA, *Código Civil Anotado*, *op. cit.* p. 1408.

³⁸ No mesmo sentido, veja-se FERREIRA DE ALMEIDA em relação à admissibilidade da modalidade consensual do contrato “hoje quase ninguém contesta a admissibilidade de uma modalidade consensual alternativa” in CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, 2016, *Contratos II, Conteúdo, Contratos de troca*, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, *op. cit.* p. 141.

tem, no entanto, que corresponder a uma entrega material das coisas mutuadas, podendo considerar-se suficiente que o mutuante atribua ao mutuário a disponibilidade jurídica das quantias mutuadas, o que sucede, *v.g. (verbi gratia)*, se a soma for creditada na conta corrente do mutuário⁴⁰.

3.3 Contrato Obrigacional e Real *Quoad Effectum*

A nossa lei admite um conceito amplo de contrato. Há assim, a par dos contratos obrigacionais, i.e. (isto é), dos que criam, modificam ou extinguem relações creditórias, os contratos com eficácia real, cujos efeitos se reportam à esfera do direito das coisas. Observe-se que um contrato pode ter uma dupla natureza⁴¹, o que parece suceder com o mútuo⁴².

Os contratos reais *quoad effectum* determinam a transmissão de direitos reais, por sua vez o direito real transmite-se por mero efeito do contrato. Atualmente, é esse o princípio geral resultante do n.º 1 do art.º 408.⁴³

In casu, uma vez que a celebração do contrato de mútuo, para a qual se exige a entrega das coisas mutuadas, de acordo com o estipulado no art.º 1142.º, vai implicar a produção de efeitos reais, não há obstáculos à qualificação do mútuo como um contrato real *quoad effectum*, na medida em que a sua celebração produz efeitos reais. No entanto, é notório que o mútuo constitui um caso especial no âmbito dos contratos reais *quoad effectum*, na medida em que, apesar de se poder considerar que também neste caso é por mero efeito de contrato que se produz efeitos reais, como prevê o n.º 1 do art.º 408.º, a verdade é que a função essencial dessa norma é a de dispensar a entrega da coisa para a transmissão da propriedade, o que não ocorre no mútuo, uma vez que a sua própria celebração pressupõe essa entrega⁴⁴.

³⁹ Também a jurisprudência tem seguido de uma forma geral, a tese do mútuo como um contrato real *quoad constitutionem* “II - O mútuo tem sido considerado um contrato real *quoad constitutionem*, portanto como um contrato cuja verificação depende da tradição da coisa que constitui o seu objeto mediato.” *in* Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), proc. 1463/07.9TBCNT.C1 de 24-09-2013, relatado por o Doutor Juiz Desembargador HENRIQUE ANTUNES.

⁴⁰ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 381-386.

⁴¹ MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, 2016, *Direito das Obrigações*, 12.ª ed., Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 288.

⁴² Segundo GALVÃO TELLES “Os efeitos obrigacionais e os reais andam bastantes vezes associados, porque são frequentes os contratos que produzem uns e outros, como os de alienação, em que se dá a transferência da propriedade, e além disso, se constitui para o alienante a obrigação de entregar a coisa.” *in* INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *op. cit.* p. 82.

⁴³ PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito das Obrigações*, *op. cit.* p. 155.

⁴⁴ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *Direito das Obrigações*, *op. cit.* p. 386.

3.4 A Gratuidade ou Onerosidade do Contrato

Um contrato é oneroso quando implique esforços/sacríficos económicos para ambas as partes, em simultâneo e com vantagens correlativas. Pelo contrário, o contrato é gratuito quando cada uma das partes dele retire tão-só vantagens ou sacrifícios⁴⁵⁻⁴⁶.

Na perspetiva de FERREIRA DE ALMEIDA, “pode definir-se o mútuo oneroso de dinheiro como o contrato pelo qual o mutuante entrega, ou se obriga a entregar, ao mutuário uma determinada quantia em dinheiro, obrigando-se o mutuário a pagar o capital e os juros que não tenham sido deduzidos no montante entregue”⁴⁷.

O nosso atual Código admite que o contrato de mútuo possa ter uma natureza gratuita ou onerosa. Neste sentido, vem assim estipulado no n.º 1 do art.º 1145.⁴⁸ que as partes podem convencionar o pagamento de juros como retribuição do mútuo; este presume-se oneroso em caso de dúvida. Podemos então retirar do referido preceito legal que a onerosidade, não sendo uma característica essencial, é uma característica natural do mútuo, uma vez que vigora uma presunção de onerosidade⁴⁹.

⁴⁵ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, Tratado de Direito Civil VII, Direito das Obrigações, *op. cit.* p. 201.

⁴⁶ No mesmo sentido, veja-se ROMANO MARTINEZ “Nos contratos gratuitos uma das partes retira as vantagens, sendo os sacrifícios suportados pela contraparte. Nos contratos onerosos há vantagens e sacrifícios para ambas as partes, ainda que não haja equilíbrio entre elas.” in PEDRO ROMANO MARTINEZ, DIREITO DAS OBRIGAÇÕES, *op. cit.* p. 161.

⁴⁷ CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, *op. cit.* p. 142.

⁴⁸ No mesmo sentido, veja-se PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “O artigo 1145.º teve por fonte o disposto no artigo 1815.º do Código italiano. Enquanto que, pelo Código de 1867, só havia usura (mútuo oneroso) quando fossem convencionados juros, o novo Código presume, na dúvida, oneroso o contrato. Esta alteração aproxima a lei mais das realidades, pois é normal o mutuante pretender obter do mutuário uma compensação pelo uso que lhe confere. A presunção de onerosidade tem lugar em caso de dúvida sobre os contraentes. Para que se afastem as dúvidas não é necessário uma declaração expressa, pode tratar-se de uma declaração tácita, ou resultar de um pacto de gratuitidade das circunstâncias do contrato ou até da qualidade das pessoas dos contraentes” in PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, Código Civil Anotado, *op. cit.* pp. 767-768.

⁴⁹ Relativamente à presunção de onerosidade, veja-se MENEZES CORDEIRO e JOANA FARRAJOTA, respetivamente “O legislador de 1966 adotou uma solução inversa tradicional e que ocorria no artigo 1508.º do Código de Seabra: o mútuo civil é tradicionalmente gratuito: só por acordo suplementar ele pode assumir natureza onerosa.” in ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *op. cit.* p. 673.

“A lei, afastando-se do regime anteriormente fixado no Código de Seabra e alargando, de certa forma, ao campo civil a regra do art.º 395.º do CCOM, estabeleceu em caso de dúvida, uma presunção de onerosidade do contrato de mútuo. Alguma doutrina critica esta opção, por entender que contraria a realidade social do mútuo civil, por contraposição com a realidade do mútuo comercial: enquanto nesta a presunção de onerosidade faria sentido, na medida que se trata de um negócio celebrado no exercício da atividade profissional, contrariamente à realidade do mútuo civil.” in ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1413.

Em qualquer caso, podemos afirmar que tanto o mútuo oneroso como o mútuo gratuito constituem um esquema causal unitário.

A presunção presente no n.º 1 do art.º 1145.º, aplica-se ainda que o mútuo não verse sobre dinheiro⁵⁰, pelo que também neste caso ele constituirá um contrato naturalmente oneroso. Notemos que, não só a lei não distingue entre objetos do mútuo, para efeitos de aplicação desta presunção, como o n.º 2 do art.º 1145.º vem reforçar a ideia anterior, ou seja, ainda que o mútuo não verse sobre dinheiro, observar-se-á relativamente a juros o disposto no art.º 559.º, e havendo mora do mutuário, o disposto no art.º 806.º, o que implica uma total identificação de regimes entre o mútuo pecuniário e o não pecuniário.

A presunção da onerosidade do mútuo funciona relativamente à estipulação de juros à taxa legal, dado que, se as partes quiserem estipular uma taxa diferente terão de o fazer por escrito, como já vimos anteriormente, de acordo com o n.º 2 do art.º 559.º. No entanto, cabe porém, questionar se é exigido alguma forma contratual especial se os intervenientes pretenderem estipular expressamente o carácter gratuito do mútuo. A doutrina italiana tem respondido maioritariamente em sentido negativo, considerando que a estipulação do carácter gratuito do mútuo não está sujeito a forma especial, podendo resultar inclusivamente do conteúdo do contrato ou dos elementos que o acompanham, desde que deles resulte em toda a probabilidade que a vontade das partes vai nesse sentido. No entanto, caso o mútuo tenha por objeto dinheiro, o acordo de exoneração de juros apenas se aplicará em relação aqueles que seriam devidos até à data do vencimento da obrigação de restituição do capital, uma vez que após essa data, com a entrada do mutuário em mora passam a ser automaticamente devidos juros legais, conforme al.) a) do n.º 2 do art.º 805.º e 806.º. Uma vez que o mutuário de dinheiro deve em princípio cumprir no domicílio do credor, de acordo com o art.º 774.º, a ultrapassagem do prazo de cumprimento implicará sem mais a sua constituição em mora⁵¹.

3.5 A questão da Sinalagmaticidade do Contrato

Os contratos assumem uma natureza sinalagmática quando impliquem prestações recíprocas, de tal modo que as partes se apresentem, simultaneamente, como credora e devedora uma da outra, podendo assim referir que estamos perante uma

⁵⁰ Em sentido oposto “De um modo geral, se o mútuo tiver por objeto coisa fungível que não seja dinheiro, as circunstâncias afastam, em regra, aquela presunção de onerosidade.” *in* PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 768.

⁵¹ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 386-388.

prestação e uma contraprestação, sendo o sinalagma⁵² a relação de reciprocidade que, entre ambas, se estabeleça. Contrariamente, nos contratos não sinalagmáticos, falta essa reciprocidade de prestações, gerando apenas a obrigação para uma das partes. Aos contratos sinalagmáticos chama-se, na nossa literatura, também “bilaterais” e, aos não-sinalagmáticos, “unilaterais”⁵³.

In casu, a unilateralidade ou bilateralidade⁵⁴ do contrato de mútuo tem vindo a ser objeto de controvérsia na doutrina⁵⁵. Para a posição clássica, defendida pela maioria da doutrina italiana, e entre nós por PIRES DE LIMA⁵⁶, ANTUNES VARELA, PESSOA JORGE e RIBEIRO DE FARIA, se o mútuo se apresenta como um contrato real *quoad constitutionem*, também é naturalmente um contrato unilateral, uma vez que a prestação do mutuante (a entrega das quantias mutuadas) não é objeto de uma obrigação, mas antes um pressuposto necessário à constituição do contrato. Consequentemente, neste entendimento, o mútuo só geraria obrigações para o mutuário: a restituição do capital, a que acresceria no mútuo oneroso a obrigação de pagamento dos juros⁵⁷.

Nas palavras de JOANA FARRAJOTA, concebendo-se a *datio rei*⁵⁸ como elemento integrante do contrato, deste emergiriam apenas obrigações para uma das partes, o mutuário: a obrigação de restituição da coisa e eventualmente, de pagamento

⁵² A autora ANA PRATA define sinalagma como “nexo de dependência recíproca entre duas obrigações que, para as partes, emergem de um contrato bilateral. Os contratos de que resultem obrigações que se encontram ligadas entre si por um vínculo de correlatividade, de tal modo que cada uma é o motivo da existência da outra, designam-se por sinalagmáticos ou bilaterais e gozam de um regime especial. Esse regime especial explica-se justamente pela existência do sinalagma, pois este, ligando as obrigações entre si no momento do seu surgimento (sinalagma genético), continua a manifestar-se durante a vida das obrigações, particularmente na fase do respetivo cumprimento (sinalagma funcional).” in ANA PRATA, 2009, Dicionário Jurídico, 5.ª ed., Vol. I, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 1365.

⁵³ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, 2016, Tratado de Direito Civil VII, Direito das Obrigações, *op. cit.* p. 194-195.

⁵⁴ De acordo com CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, a divisão dos contratos em unilaterais e bilaterais só faz sentido quando se tenha em vista a natureza dos efeitos que produzem em relação aos contraentes (obrigacionais e recíprocos nos contratos sinalagmáticos) uma vez que todos os contratos são (negócios jurídicos) plurilaterais *quoad constituinem*, in CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, *op. cit.* p. 35.

⁵⁵ A controvérsia também parece se verificar na jurisprudência “V - O contrato de mútuo (art.º1142.º do CC) apresenta-se como um contrato bilateral ou sinalagmático, porquanto da sua assunção nascem ou emergem obrigações recíprocas para ambos contraentes” in A.c do STJ, Proc. 220/10.0TBPNL1.S1, de 03-10-201, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro GABRIEL CATARINO.

⁵⁶ “Mas há negócios bilaterais (contratos) que só criam obrigações para uma das partes (um dos lados). Assim sucede no mútuo.” in JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 396.

⁵⁷ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 388.

⁵⁸ Nas palavras de SANTOS JUSTO, a *datio rei* é “a transferência da propriedade de determinada pecúnia ou de outras coisas igualmente fungíveis” in ANTÓNIO SANTOS JUSTO, 2018, Manual de Direito Privado Romano, *op. cit.* p. 167.

de uma remuneração. O mútuo seria por isso um contrato unilateral, não sinalagmático. A este propósito importa apenas salientar que tal qualificação em nada colide, nem é perturbada, pelo surgimento, por força do contrato, de outras obrigações, secundárias, que vinculem, designadamente, o mutuante. E isto porque se trata de obrigações que não definem a natureza do contrato como um contrato de mútuo, na medida em que têm por objeto prestações secundárias. Alguma doutrina, identificando, por um lado, a existência de uma obrigação do mutuante de proporcionar a utilização da coisa mutuada ao mutuário durante o prazo de vigência do contrato⁵⁹, e reconhecendo, por outro, na obrigação de pagamento de juros remuneratórios⁶⁰ a contraprestação daquela, defende o carácter sinalagmático do mútuo oneroso⁶¹.

No Direito Alemão, a alteração do Direito das Obrigações, determinou a expressa qualificação do mútuo oneroso como contrato sinalagmático, na medida em que a obrigação do mutuante de colocar à disposição do mutuário uma determinada quantia monetária surge em correlação com a obrigação de pagamento dos juros.

Essas posições parecem, no entanto, de rejeitar, na medida em que, face ao cariz real *quoad constitutionem* do mútuo, é manifesto que não recai sobre o mutuante qualquer obrigação relativa à entrega das coisas mutuadas, e muito menos a de proporcionar o gozo das mesmas, que passam para a propriedade do mutuário pelo facto da entrega. Não faz também sentido pretender-se existir uma obrigação do mutuante de se abster de exigir sua restituição, uma vez que essa restituição tem por objeto distintas das mutuadas, a qual corresponde a uma obrigação do mutuário, sujeito a prazo.

Podemos assim reter, de forma conclusiva, que o mútuo é um contrato unilateral ou não sinalagmático⁶², uma vez que as obrigações resultantes do contrato surgem unicamente para o mutuário⁶³.

⁵⁹ A este propósito “Esta posição tem vindo a ser, porém, contraditada por autores como CARRESI, que se pronunciam no sentido do carácter bilateral do mútuo, na medida em que, como o qualificam como um contrato consensual, sustentam a existência da obrigação do mutuante de proporcionar ao mutuário o gozo das coisas entregues, que surge em corresponsabilidade com a obrigação do mutuário pagar os juros.” in LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 388.

⁶⁰ A este propósito, *vide* na jurisprudência a distinção dos tipos de juros “Os juros remuneratórios distinguem-se dos juros moratórios, porque, enquanto aqueles constituem a contraprestação onerosa pela disponibilidade do capital mutuado durante a vigência do contrato de mútuo nos seus termos acordados, - pelo que só com o decurso do tempo em que esse capital foi sendo disponibilizado ao mutuário vão nascendo e se vão vencendo como preço de tal disponibilização -, estes constituem uma reparação pelos prejuízos resultantes do atraso no cumprimento da obrigação, ou seja, no caso, pela não restituição do capital mutuado no momento do vencimento” in Ac. do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Proc. 07A930, de 24-05-2007, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro SILVA SALAZAR.

⁶¹ In ANA PRATA, 2017, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1409.

⁶² Em sentido contrário, veja-se a opinião distinta de NUNO RICARDO PINTO DA SILVA “O contrato de mútuo oneroso é bilateral porque gera obrigações para ambos os sujeitos da relação obrigacional e

4. A FORMA DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

Os contratos podem ser formais e não formais. Dizem-se formais aqueles que o consenso tem de revestir certa forma, legalmente prescrita, sob pena de nulidade. Nos contratos não formais a expressão é livre, podendo os contraentes exteriorizar a sua vontade como lhes aprouver, contanto que o façam com um mínimo de clareza⁶⁴.

In casu, o contrato de mútuo tanto pode ser formal quanto consensual, havendo uma gradação da forma em função do seu valor⁶⁵. No âmbito da forma contratual do contrato de mútuo podemos referir que o presente pode assumir diversas formas, que divergem consoante o valor contratual em causa⁶⁶, leia-se o art.º 1143.º, onde podemos retirar a referida condicionante legal: Sem prejuízo do disposto em lei especial, o contrato de mútuo de valor superior a 25 000 € só é válido se for celebrado por escritura pública ou por documento particular autenticado (DPA) e o de valor superior a 2 500 € se o for por documento assinado pelo mutuário. A redação atual está presente no Decreto de Lei (DL) 116/2008, de 4 de Julho. O diploma alterou os valores limites, de 2. 000 € para 2. 500 €, e de 20. 000 € para 25. 000 €, tendo ainda, num quadro de simplificação de procedimentos, admitido, em alternativa à escritura pública, o documento particular autenticado⁶⁷. Podemos então concluir que, para a elaboração de um contrato de mútuo até 2 500 € o contrato de mútuo pode ser celebrado verbalmente, no entanto, surge uma particularidade, pois se os intervenientes contratuais estipularem como remuneração do mútuo uma taxa de juro distinta da legal, deverão efetua-lo por escrito, sob pena de serem apenas devidos na medida dos juros legais, caso a referida formalidade escrita não se verifique⁶⁸.

Assim sendo, tendo em conta as particularidades *supra* mencionadas, podemos afirmar que o mútuo pode ser qualificado como um contrato primordialmente não

entre as obrigações existe uma relação de interdependência. Claro que a obrigação do mutuante é a entrega da coisa e a obrigação do mutuário é a de restituir a coisa ou outra fungível do mesmo género e qualidade acrescida dos juros. De referir que apesar destes fundamentos qualificadores de mútuo unilateral ou bilateral, sou da opinião de que tanto o mútuo gratuito como o oneroso são bilaterais (sinalagmáticos) porque nascem obrigações para ambas as partes e porque existe um certo grau de interdependência entre as obrigações” in Nuno RICARDO PINTO DA SILVA, *op. cit.* p. 401.

⁶³ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 389.

⁶⁴ INOCÊNCIO GALVÃO TELLES, *op. cit.* pp. 89-90.

⁶⁵ MANUEL JANUÁRIO GOMES, *CONTRATOS COMERCIAIS*, *op. cit.* pp. 318-319.

⁶⁶ Nas palavras de ALMEIDA COSTA “é também um contrato solene, visto que, acima de certo montante está sujeito a forma” in MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, *op. cit.* p. 292.

⁶⁷ ANA PRATA, *Código Civil Anotado*, *op. cit.* p. 1410.

⁶⁸ Cfr. n.º 2 do art.º 559.º do CC.

formal, ou seja, pode ser celebrado de forma consensual, uma vez que só acima de determinados valores monetários é sujeito a forma especial⁶⁹.

O contrato de mútuo de valor superior a 25 000 € exige a celebração por escritura pública ou DPA, no entanto, esta exigência de forma pode ser dispensada por lei, onde a título de exemplo podemos verificar as seguintes situações: caso seja adotado o procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis, constante do DL 263-A/2007, de 23 de julho e da Portaria 794-B/2007, de 23 de julho, que abrange o mútuo no âmbito do art.º 2.º n.º 1 b) do DL n.º 263-A/2007 e Portaria 1167/2010, de 10 de novembro, já que o art.º 8.º n.º 3 do DL 263-A/2007, estabelece que os negócios jurídicos celebrados nos termos deste DL estão dispensado de formalização por escritura pública quando esta seja exigida, no âmbito dos termos gerais; relativamente ao contrato de mútuo bancário, que *infra*, será abordado de forma mais detalhada, é bastante escrito particular, ao abrigo do DL n.º 32765, de 29 de abril de 1943; também no âmbito do DL n.º 255/93, de 15 de julho, exige quanto aos contratos de mútuo com hipoteca, celebrados por instituição de crédito, com vista a aquisição de prédio urbano destinado a habitação, ou fração autónoma destinada para o mesmo fim, a celebração por documento particular com reconhecimento de assinaturas⁷⁰. Por fim, destaquemos a exigência da lei para a celebração de contrato de mútuo através de documento escrito, para que o mutuante possa ser sub-rogado pelo devedor nos direitos do credor⁷¹, no entanto a omissão desta exigência legal, quando exigida, apenas afeta a sub-rogação e não a validade da constituição do mútuo⁷².

Em suma, podemos concluir que, dentro do regime jurídico geral da forma contratual do mútuo, e colocando de parte as hipotéticas exceções legais já mencionadas em lei especial, a celebração do contrato de mútuo até 2 500 € não exige forma especial, de valor superior a 2 500 € até ao limite monetário de 25 000 € é exigido documento assinado por o mutuário⁷³, e finalmente, caso o valor seja superior a 25 000 € a forma legalmente exigida é a escritura pública ou DPA⁷⁴⁻⁷⁵.

⁶⁹ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 380.

⁷⁰ ANA PRATA, *Código Civil Anotado*, *op. cit.* p. 1411.

⁷¹ Cfr. Art.º 591.º do CC.

⁷² LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 392-393.

⁷³ Na perspetiva de JOANA FARRAJOTA, relativamente à bastante exigência da assinatura do mutuário “Trata-se aqui de uma regra não comum, atendendo a que o princípio geral é o de que, devendo um contrato ser celebrado por escrito, no documento que o suporta vão contidas as assinaturas de todas as partes. O afastamento da regra justifica-se, essencialmente por o facto de se tratar de um contrato unilateral, não sinalagmático, do qual emerge obrigações para apenas uma das partes. No caso do mútuo, considerando-se a entrega da coisa mutuada como um elemento integrante do contrato, resultam apenas obrigações para o mutuário: a obrigação de restituição da coisa mutuada e, eventualmente ainda, a obrigação de remunerar o mutuante. Por esta razão, a lei considera suficiente a assinatura da única parte

5. O OBJETO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

Conforme resulta do art.º 1142.º do CC, o mútuo tem por objeto dinheiro ou outra coisa fungível⁷⁶. Embora os mútuos mais comuns correspondam àqueles que tem por objeto dinheiro, a verdade é que o mútuo não está circunscrito a esse objeto, na medida em que pode abranger outras coisas fungíveis⁷⁷.

De acordo com o art.º 207.º, as coisas fungíveis são as coisas que se determinam pelo seu género, qualidade e quantidade, quando constituam objeto de relações jurídicas. As coisas fungíveis corresponderão normalmente a coisas consumíveis, no âmbito do art.º 208.º, como os produtos industriais estereótipos, nada impedindo que sejam mutuadas, e há coisas consumíveis que não são fungíveis, v.g., uma garrafa de vinho de uma raríssima colheita de que restam apenas muito poucos exemplares.

A exigência da fungibilidade relaciona-se com a função e efeitos do contrato, na medida em que apenas em relação a essas coisas existe a possibilidade de restituir em género, ou seja, com bens que, apesar de ontologicamente diferentes, coincidem economicamente com aqueles que foram anteriormente entregues. Tem sido, porém, controvertido saber se a fungibilidade deve ser exigida em sentido objetivo, correspondendo a uma característica natural das coisas ou se podem ser também incluídas como objeto do mútuo, coisas fungíveis em sentido subjetivo, ou seja, aquelas a que as partes atribuem no caso concreto essa característica, ainda que em sociedade normalmente não a revistam. A maior parte da doutrina pronuncia-se no sentido de que apenas as coisas fungíveis em sentido objetivo podem ser objeto de mútuo, posição essa que parece dever seguir-se. Efetivamente, não apenas é esse o entendimento histórico do

vinculada, designadamente para efeitos de tutela do (s) direito (s) de crédito do mutuante.” in ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1411.

⁷⁴ No que respeita às assinaturas, nos contratos de valor superior, JOANA FARRAJOTA aponta que “a exigência de assinaturas de ambas as partes nos mútuos de valor superior a 25. 000 € justifica-se, apesar da unilateralidade do contrato se manter, pela maior exigência de forma a que estes se encontram sujeitos.” in ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1411.

⁷⁵ Vide Ac. do TRG, Proc. 536/07.2TBFAF.G1, de 18-11-2010, relatado por Doutor Juiz Desembargador MANUEL BARGADO, relativamente à impossibilidade de contornar a exigência formal da lei, onde é exigido a escritura pública para a validade do contrato, não permitindo a falta desta sanada através da utilização de um documento particular ou por prova testemunhal.

⁷⁶ No mesmo sentido, veja-se NUNO RICARDO PINDO DA SILVA “o que é emprestado é dinheiro ou outra coisa fungível. A fungibilidade da coisa, a que a lei se refere no art.º 1142º CC, é no sentido de a coisa mutuada ser suscetível de ser substituída no momento da restituição por outras do mesmo género e qualidade (art.º 207º CC), ou seja, a coisa a restituir pode não ser a mesma que lhe foi mutuada já que a coisa mutuada passa a ser propriedade do mutuário e porque, no caso de coisa fungível ser perecível, pode essa coisa deixar de existir.” in NUNO RICARDO PINTO DA SILVA, *op. cit.* p. 390.

⁷⁷ No mesmo sentido, veja-se ANTUNES VARELA e PIRES DE LIMA “O mútuo tem naturalmente por objeto o dinheiro, mas pode recair sobre outras coisas, desde que sejam fungíveis.” in PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 763.

mútuo, como também parece dever considerar-se o contrato pelo qual alguém se obriga a devolver a própria coisa infungível ou outra equivalente como estranho ao esquema do mútuo, uma vez que o *idem* se encontra na obrigação restitutória, ainda que acrescido de um *aliud* em alternativa, enquanto que do art.º 1142.º e 1144.º, resulta que o *idem* se transfere e é apenas objeto de restituição o *tantundem eiusdem generis*. A figura constituiria assim um contrato misto de comodato ou locação, acoplado a uma promessa ou opção de venda ou permuta.

Estando em causa uma situação de fungibilidade objetiva, tem sido discutido o cariz fungível de certas coisas. Assim, é manifesto que os imóveis nunca podem revestir a característica da fungibilidade. Em relação às universalidades de facto, presente no n.º 1 do art.º 206.º, tem-se considerado que têm uma individualidade constante, mesmo quando são compostas de coisas fungíveis, o que exclui a possibilidade de constituírem objeto de mútuo, apenas se admitindo o mútuo sobre as coisas fungíveis singulares que integram a universalidade, de acordo com o n.º 2 do mesmo preceito legal, caso em que essas dela se destacam para assumir uma posição jurídica própria. Também em relação aos animais, não parece de admitir a sua qualificação como coisas fungíveis em ordem a poderem ser objeto de mútuo⁷⁸. Já pelo contrário, em relação à energia, parece que esta se poderá considerar uma coisa fungível, de forma a poder constituir objeto de mútuo. Aliás, deve admitir-se que mesmo os bens imateriais, quando constituam coisas fungíveis, possam ser objeto de mútuo. Pelo contrário, não poderão constituir objeto de mútuo as prestações de facto. Não é consequentemente um mútuo o impropriamente denominado “empréstimo de trabalhadores ou prestadores de serviços”⁷⁹, ocorrendo antes aí uma cessão temporária da posição contratual nos contratos ou uma indicação do credor para a realização da prestação a terceiro. Tendo por objeto coisas fungíveis, não é necessário que o mútuo se refira a uma pluralidade de coisas, uma vez que mesmo apenas uma coisa fungível pode ser mutuada, se for determinada por referência a um género. No entanto, em virtude da natureza real do mútuo, é necessário que a quantidade de coisas fungíveis mutuadas esteja determinada no momento da celebração do contrato. Também em razão da natureza real do mútuo se exclui que este possa abranger coisas futuras⁸⁰.

⁷⁸ No Direito francês, o art.º 1894.º do *Code Civil* exclui expressamente os animais do âmbito do mútuo. No Direito italiano a solução é controvertida, admitindo alguma doutrina que possam ser objeto do mútuo os animais considerados no comércio por critérios meramente quantitativos como o número e o peso, *in* GIAMPICCOLO, *op. cit.* p. 76, e NIVARRA/ROMAGNO, *op. cit.* Págs. 210-211, *apud* LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 391.

⁷⁹ É muito frequente o uso desta designação para o caso específico dos jogadores de futebol, *in* GIAMPICCOLO, *op. cit.* p. 76, e NIVARRA/ROMAGNO, *op. cit.* pp. 210-211, *apud* LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 392.

⁸⁰ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 389-392.

Por o seu objeto, o contrato de mútuo consegue assim individualizar-se dos outros contratos de empréstimo, embora possa surgir uma confundibilidade com outros tipos contratuais, *in casu*, com o contrato de comodato. Encontramo-nos perante dois tipos contratuais de empréstimos, no entanto assumem particularidades que os individualiza.

Como já referido anteriormente, o contrato de mútuo é o contrato através do qual o mutuante empresta ao mutuário uma quantia em dinheiro ou outra coisa fungível, ficando este obrigado a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade, de acordo com o art.º 1142.º. Por sua vez, no que respeita ao comodato, é o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir, de acordo com o art.º 1129.º, respetivamente. Nota para a particularidade de celebrado o contrato de comodato, este nunca sai da esfera do comodante, ao invés que celebrado o contrato de mútuo e entregue a coisa ao mutuário, este torna-se proprietário da mesma⁸¹.

Podemos assim retirar, de forma comparativa que, enquanto o mútuo é um contrato se traduz no empréstimo de coisas fungíveis, o comodato assenta no empréstimo de coisas infungíveis⁸². Enquanto o mútuo se caracteriza como um empréstimo de consumo, e assim sendo, nunca pode ter como objeto contratual um imóvel, por sua vez o comodato assume o cariz de empréstimo de uso. No que respeita á onerosidade e gratuitidade, como já vimos anteriormente, embora seja primordialmente gratuito, o mútuo pode assumir as duas modalidades, em sentido contrário, o comodato é exclusivamente gratuito. Por fim, no mútuo pressupõem-se a restituição do bem pelo equivalente, já no comodato o bem deve ser restituído na sua individualidade.

Por as razões mencionadas, embora sejam dois contratos de empréstimo, cada um assume características completamente distintas e já mais podem ser confundidos⁸³ no mundo jurídico⁸⁴.

⁸¹ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, Direito Bancário, *op. cit.* p. 674.

⁸² No mesmo sentido, veja-se MARQUES DE MATOS “ Este contrato é designado tradicionalmente como “empréstimo”, tem por objeto coisas determinadas, pois, se recair sobre coisas fungíveis, que se determinam pelo seu género, qualidade e quantidade, no contexto do art.º 207.º do CC, estamos perante um contrato de mútuo. Assim pode-se afirmar que o comodato é um empréstimo de coisa fungível.” *in* FERNANDO JORGE MARQUES DE MATOS, 2006, Contrato de Comodato, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 7.

⁸³ Segundo a perspetiva de JOANA FARRAJOTA, na redação do CC, a distinção entre mútuo e comodato assenta em três traços essenciais: na fungibilidade da coisa objeto do primeiro contrato, na transferência de propriedade que ocorre por efeito da respetiva celebração e, finalmente, na necessidade gratuita do comodato. *In* ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1408.

⁸⁴ Cfr. regime jurídico do comodato, presente no art.º 1129.º a 1141.º do CC, em oposição ao regime jurídico do mútuo, regulado do art.º 1142.º ao 1151.º do CC.

6. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

Conforme já referido, o mútuo enquanto contrato real *quoad constitutionem*, exige a tradição da coisa para se constituir. No caso do mútuo, ao contrário do que sucede noutros contratos reais *quoad constitutionem*, a tradição não implica apenas a transmissão da posse sobre as coisas, mas antes a transmissão da própria propriedade sobre elas, uma vez que tem por objeto coisas fungíveis e a *datio* de coisas fungíveis implica normalmente a perda da sua propriedade pelo *dans* em virtude da *commixtio* que se verifica com as coisas que pertencem ao *accipiens*.

A tradição das coisas⁸⁵ no mútuo tem assim uma específica função instrumental, na medida em que se destina a assegurar a aquisição dos bens pelo mutuário, de acordo com o art.º 1144.º, essencial a que ele possa dispor dos mesmos. Tem-se, por isso, entendido não ser necessária para a obtenção desse efeito a tradição material dos bens, podendo a tradição ser simbólica, como na entrega de títulos representativos das mercadorias ou ficta, como na *traditio brevi manu*. Também a entrega das coisas a um terceiro, autorizado a recebê-las por conta do mutuário, satisfará o requisito da tradição. Assim, v.g., satisfará o requisito da tradição no mútuo a creditação de um soma em dinheiro em determinada conta do mutuário.

A tradição⁸⁶ é um ato jurídico bilateral, na medida em que exige a intervenção de ambas as partes na relação contratual, o autor e o recetor das coisas mutuadas. Como tal, participa da estrutura negocial da *facti species* que integra, devendo ser cumprida, não apenas com a consciência e a vontade de praticar o ato, mas ainda com a intenção específica de dar e receber a título de mútuo as coisas que constituem o seu objeto⁸⁷.

⁸⁵ Vide no mesmo sentido FERREIRA DE ALMEIDA “O contrato de mútuo desencadeia, com a entrega, a transmissão do direito sobre a coisa mutuada” in CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, *op. cit.* p. 142.

⁸⁶ No mesmo sentido, veja-se ANA PRATA “A tradição de uma coisa é a entrega, através da qual se transmite a respetiva posse.” in ANA PRATA, *Dicionário Jurídico*, *op. cit.* p. 1424.

⁸⁷ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 393-394.

7. A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL POR INTERMÉDIO DE MANDATÁRIO OU REPRESENTANTE

Quando o contrato de mútuo é celebrado por representante do incapaz, este constitui um ato que excede a administração ordinária, quer para o mutuante, que se vê privado dos bens mutuados, quer para o mutuário, que assume a obrigação de restituir o *tantundem*, para além dos eventuais juros.

Assim, em relação ao mandato, uma vez que o mandato geral só compreende atos de administração ordinária, de acordo com o n.º 1 do art.º 1159.º, parece que a celebração do mútuo por mandatário ou representante terá que envolver a concessão de poderes especiais para o respetivo ato.

No que respeita à representação ilegal dos incapazes, também parece que o mútuo se encontra entre os atos que apenas podem ser praticados pelo representante legal com autorização do MP (Ministério Público), e isto quer o representado seja colocado na posição de mutuante, quer na posição de mutuário. Efetivamente, em relação aos pais, as al. a) e g) do art.º 1889.º proíbem, sem autorização do MP, a alienação e oneração de bens (salvo se tratando-se de alienação onerosa de coisas suscetíveis de perda ou deterioração), quer a contração de empréstimos, sendo anuláveis, a requerimento do menor, esses atos, quando celebrados sem autorização, de acordo com o art.º 1893.º. O facto de terem sido utilizados apenas rendimentos do menor para a celebração do mútuo e não bens de capital não afasta esta proibição, uma vez que o mútuo não se encontra entre os atos autorizados pelo art.º 1896.º⁸⁸.

Estas proibições são extensivas ao tutor, de acordo com a al. a) do art.º 1938.º, ao administrador de bens, por força do n.º 1 do art.º 1971.º, e por sua vez ao protutor, sempre que este substitua o tutor, no disposto da al. b) do art.º 1956.º, ainda que neste caso a sanção para a prática destes atos seja antes a da nulidade, prevista no art.º 1939.º. Em relação ao curador dos inabilitados, o art.º 153.º limita-se a determinar a necessidade da sua autorização para os atos de disposição de bens entre vivos e todos os demais que, em atenção às circunstâncias de cada caso, sejam especificados na sentença⁸⁹.

⁸⁸ É esta também a posição prevalecente na doutrina italiana, com o argumento de que o mútuo excede sempre a administração ordinária, mesmo que represente apenas a aplicação de rendimentos. Cfr. GIAMPICCOLO, *op. cit.*, p. 72, e NIVARRA/ROMAGNO, *op. cit.*, p. 192, *apud* LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 396.

⁸⁹ Na mesma perspetiva, veja-se PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “a doutrina em Itália não atribui legitimidade para emprestar coisas fungíveis senão àquele que tiver legitimidade para dispor dos respetivos bens. A razão é esta: a dação de coisas fungíveis põe em risco o direito de propriedade do mutuante. Desta solução resultam, entre outras, as seguintes consequências: o mandatário, com meros

Relativamente aos cônjuges, nos termos do art.º 1682.º, cada um dos cônjuges poderá ser mutuante das coisas fungíveis que lhe pertençam, bem como das coisas comuns que tenha a administração, sem necessidade de intervenção do outro cônjuge. Quanto à assunção da qualidade de mutuário, qualquer dos cônjuges tem legitimidade para o fazer por si, de acordo com o art.º 1690.º, mas a dívida só responsabilizará ambos se o empréstimo for contraído com o consentimento do outro cônjuge, for efetuado para atender aos encargos normais da vida familiar, for celebrado pelo cônjuge administrador em proveito comum do casal e nos limites dos seus poderes de administração, ou se for contraído no exercício do comércio, a menos que, neste último caso, se prove que não foi contraído em proveito comum do casal, no âmbito do art.º 1691.º.

Se, no entanto, o mútuo for celebrado por administrador de uma pessoa coletiva nos limites do seu objeto social, será visto como um ato de administração ordinária⁹⁰.

poderes de administração, não pode emprestar dinheiro ou coisas fungíveis do mandante; os representantes de menores ou incapazes não têm, igualmente, legitimidade ativa ou passiva para contraírem empréstimos em nome destes, sem autorização judicial; o inabilitado só pode emprestar com autorização do curador” in PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 763.

⁹⁰ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 396-397.

8. O CONTRATO DE PROMESSA DE MÚTUO CIVIL

Admitindo o cariz real *quoad constitutionem* do mútuo, é questionável a admissibilidade da promessa⁹¹ de mútuo.

A posição tradicional era a da inadmissibilidade dessa promessa na medida em que, para alguns autores, não faria sentido que o legislador impusesse às partes *ónus*, em relação à celebração do respetivo contrato-promessa. Tal corresponderia a duas soluções contraditórias por parte do mesmo legislador, já que, se se atribui ao mútuo a natureza de contrato real, exigindo-se que a respetiva declaração negocial seja acompanhada da *traditio*, não se poderia admitir que uma declaração negocial tivesse um efeito mediato semelhante, que era o de prometer constituir um mútuo sobre essas coisas. Ora o cariz real *quoad constitutionem* do mútuo justificar-se-ia pelo interesse do mutuário em só restituir o *tantundem* após ter entrado na posse das coisas mutuadas e pelo interesse do mutuante em permanecer livre do contrato até ao momento da entrega. Efetivamente, o mútuo destinar-se-ia tradicionalmente a suprir necessidades temporárias de bens de consumo, que alguém fornecia a outrem por razões de amizade e colaboração. Nestes termos, a promessa de mútuo repugnaria à consciência social, na medida em que o mutuante se obrigaria a algo que deveria corresponder a uma sua decisão espontânea.

A esta argumentação tem sido, porém, respondido que a tradição das coisas mutuadas é exigida por lei para a constituição do mútuo, mas não da promessa do mútuo, que constitui um tipo negocial distinto. Para além disso, afirma-se que há identidade entre a obrigação de *dare* que seria típica no mútuo consensual e a obrigação resultante da promessa de mútuo que consiste em emitir uma nova declaração negocial acompanhada da tradição da coisa, o que implica uma prestação não apenas de *dare*, mas também e principalmente de *contrahere*, ou seja de *facere* negocial. Ora, reconhecendo o nosso direito ao contrato-promessa como figura geral, de acordo com o art.º 410.º, não parece existir razão para excluir a sua aplicabilidade no caso do mútuo. Teríamos assim um contrato de promessa em que a obrigação do promitente não consiste apenas num *facere* jurídico, mas também num *dare*.

Relativamente à admissibilidade da execução específica, reconhecida a admissibilidade da promessa de mútuo, tem sido, porém, controvertida a questão da possibilidade de recurso à execução específica, prevista no art.º 830.º, com o fundamento de que no caso da promessa de mútuo, bem como nos outros contratos reais

⁹¹ Nas palavras de ALMEIDA COSTA “A promessa de contrato futuro ou contrato-promessa, como a própria lei define, consiste na convenção pela qual alguém se obriga a celebrar certo contrato, de acordo com o n.º 1 do art.º 410. Diz-se contrato prometido ou definitivo aquele cuja realização se pretende.” No nosso caso em particular, o contrato de mútuo. In MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, Direito das Obrigações, *op. cit.* pp. 379-380.

quoad constitutionem, a sentença não pode produzir os efeitos da declaração negocial do faltoso, uma vez que essa declaração não produz qualquer efeito acompanhada da tradição da coisa. À objeção de que a entrega de uma coisa também pode ser objeto de execução específica, nos termos do art.º 827.º, tem-se replicado com o argumento de que a execução para entrega de coisa certa é um ato idóneo para efetuar a transferência forçada da posse ou detenção da coisa, mas não para realizar a transferência de propriedade, como ocorre na *datio mutui*. Parece, assim, de defender a exclusão da execução específica no âmbito da promessa de mútuo.

Por sua vez, no que respeita ao incumprimento da promessa de mútuo apenas poderá assim dar lugar à obrigação de indemnização pelos danos causados ao credor. A doutrina tem, porém, questionado qual o montante da indemnização que poderá ser atribuída por esse incumprimento. Para alguns autores, a indemnização pela não celebração do mútuo corresponderá à diferença entre a taxa de juro estipulada e aquela que o beneficiário da promessa veio a obter noutro mútuo que veio a celebrar. Parece, porém preferível a posição que sustenta não existir limite para a indemnização neste caso, nada impedindo o beneficiário de reclamar outros danos sofridos em virtude do incumprimento dessa obrigação de contratar, *v.g.*, os resultantes da indisponibilidade do capital até à contração do empréstimo alternativo.

Por outro lado, e dado que a promessa de mútuo corresponde ainda a uma obrigação de *facere*, não sendo assim uma obrigação pecuniária e não tendo por isso como objeto coisas fungíveis, não parece que possa extinguir-se por compensação, de acordo com a al. a) do art.º 847.º.

A doutrina ainda discute se o direito à celebração do contrato de mútuo pode ser objeto de cessão. A posição preferível parece ser a que sustenta a cedibilidade da promessa do mútuo, o que só não se verificará se as partes atribuírem cariz *intuitu personae*⁹² ao contrato⁹³.

⁹² Em contraposição à admissibilidade do cariz *intuitu personae* na promessa de mútuo, veja-se a posição de MENEZES LEITÃO em relação à admissibilidade no contrato de mútuo “A posição maioritária na doutrina vai no sentido de que o mútuo não tem cariz *intuitu personae*, o que nos parece ser igualmente a posição a perfilhar. Efetivamente, não se encontra no contrato de mútuo qualquer traço característico dos contratos *intuitu personae*, como seja, *v.g.*, a intransmissibilidade *mortis causa*, ou a sua livre revogação, e não parece que a celebração do contrato de mútuo esteja especialmente ligada à pessoa do mutuário.” in LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 389.

⁹³ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 397-400.

9. OS EFEITOS DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

O contrato de mútuo, tem primeiramente um efeito real⁹⁴, respeitante à transmissão da propriedade das coisas para o mutuário, pelo facto da entrega, de acordo com o art.º 1144.º, e um efeito obrigacional, consistente na restituição do *tantundem eiusdem generis*, por parte do mutuário, de acordo com o art.º 1142.º, *in fine*, como já mencionado *supra*. A esta obrigação acresce ainda, no mútuo oneroso, a obrigação de pagamento dos correspondentes juros por parte do mutuário, no âmbito do art.º 1145.º e 1146.º. Uma vez que, dada a natureza real *quoad constitutionem* do mútuo, não é possível configurar uma obrigação de entrega da coisa por parte do mutuante, não surgem quaisquer obrigações para ele, sendo assim o mútuo um contrato unilateral, podendo este, no entanto, ser responsabilizado pelos vícios das coisas mutuadas⁹⁵.

9.1 A Transferência da Propriedade

De acordo com o art.º 1144.º⁹⁶, as coisas mutuadas tornam-se propriedade do mutuário pelo facto da entrega. Verifica-se assim, que é a entrega que determina a transferência da propriedade sobre as coisas, independentemente do seu consumo ou da sua confusão no património do mutuário. Uma vez que a entrega coincide com a celebração do contrato, sem a qual este não se constitui, pode considerar-se o mútuo um contrato real *quoad effectum*, na medida em que a sua celebração produz efeitos reais. No entanto, dado que o mútuo só se constitui com a entrega das coisas mutuadas, nunca se transmitirá a propriedade pelo simples acordo das partes, mesmo que haja prévia determinação das coisas que irão ser mutuadas, exigindo por isso especificamente o art.º 1144.º que ocorra a sua entrega, o que retira sentido útil à aplicação do n.º 1 do art.º 408.º, cuja função é precisamente a de permitir a transmissão da propriedade, independentemente de ocorrer ou não a entrega da coisa.

A transmissão da propriedade que ocorre no mútuo tem uma natureza meramente instrumental, face à função creditícia presente neste contrato. Efetivamente, sabendo-se que a possibilidade de utilizar o dinheiro e as outras coisas fungíveis implica

⁹⁴ Nas palavras de PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “o mútuo é, de sua natureza, um contrato real, no sentido de que só se completa pela entrega da coisa.” *in* PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, Código Civil Anotado, *op. cit.* pp. 761-762.

⁹⁵ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 401-402.

⁹⁶ A respeito do respetivo preceito legal, veja-se PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “A doutrina deste artigo constava já do artigo 1523.º do Código de 1867, que a exprimia, no entanto, por uma forma pouco clara, quando afirmava que «o mutuário *adquire* a coisa emprestada... desde o momento em que lhe for entregue». A forma do atual do artigo 1144.º aproxima-se da do artigo 1814.º do Código italiano.” *in* PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 766.

a disposição sobre elas, a lei atribui ao mutuário o direito de propriedade sobre essas coisas, que é o único direito que permite exercer plenamente essa faculdade de disposição, de acordo com o art.º 1305.º. Mas essa atribuição da propriedade é um mero instrumento jurídico, para permitir o exercício da função creditícia, e não um objeto final do contrato, e daí que ocorra uma obrigação de restituição de *tantundem eiusdem generis*⁹⁷.

A transferência da propriedade entre as partes tem diferentes consequências, desde logo quanto ao risco: o risco de deterioração ou perecimento da coisa, por causa não imputável ao mutuante passa a ocorrer por conta do mutuário, no âmbito do n.º 1 do art.º 796.º. No que concerne ao perecimento da coisa, importa salientar que, face ao carácter genérico da obrigação de restituição, de acordo com os arts.º 539.º e seguintes (ss), o mutuário apenas se encontrará desobrigado em caso de perecimento total do género⁹⁸. Por outro lado, o mutuante passa a ser titular de um direito de crédito sobre o mutuário: o direito à restituição da coisa em género, qualidade e quantidade, razão pela qual não poderá recorrer a ações de natureza real para obter a respetiva restituição⁹⁹.

9.2 As Obrigações do Mutuário

A obrigação do mutuário no contrato consiste essencialmente na restituição do *tantundem eiusdem generis*, ou seja, da restituição de outro tanto do mesmo género do que foi recebido¹⁰⁰. Trata-se de uma obrigação essencial ao mútuo, presente quer no mútuo oneroso, quer no mútuo gratuito, e que se destina a reequilibrar a situação patrimonial das partes, colocando-as na situação em que se encontravam ao tempo da conclusão do negócio.

Tendo por objeto o *tantundem eiusdem generis*, a obrigação do mutuário consistirá, por isso, numa obrigação pecuniária, quando tiver sido recebida uma quantia em dinheiro ou a uma obrigação genérica no caso contrário, correspondendo sempre o

⁹⁷ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 402.

⁹⁸ No mesmo sentido, veja-se PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “A transferência do domínio tem, entre outros efeitos, o da transferência do risco para o adquirente, em harmonia com a regra *res perit domino*. O princípio do n.º1 do artigo 796.º tem neste caso plena aplicação, logo que, com a entrega da coisa, o contrato se completa, não podendo o mutuário, por seu turno, considerar-se desonerado senão com o perecimento total do género em que a coisa se integra.” in PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* pp. 766-767.

⁹⁹ ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1412.

¹⁰⁰ A este prepósito, PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA salientam “Na esfera patrimonial do mutuário, o mútuo tem, pois, como consequência, um aumento do ativo, pelo ingresso de um direito de propriedade, e um consequente aumento do passivo, pela constituição da obrigação de restituir.” in PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 766.

gênero àquele da prestação recebida. Neste ultimo caso, a restituição pelo mutuário deve fazer-se *in natura*, e não por equivalente pecuniário, o que significa que o património do mutuante deve ser repristinado na sua composição qualitativa originária, independentemente das alterações de que o valor que as coisas mutuadas tenham entretanto sofrido. Daqui resulta que a obrigação de restituição do mútuo, tendo por objeto unidades distintas, daquelas que foram recebidas, deve, porém, identificar-se com estas em termos de qualidade e quantidade. Não será consequentemente um mútuo o contrato em que o recetor se comprometa a restituir coisas de natureza diferente daquelas que foram recebidas¹⁰¹. Fala-se, por isso, num princípio de homogeneidade qualitativa e quantitativa da prestação do mutuário em relação à prestação do mutuante¹⁰². O princípio não é porém, absoluto, já que se admite em certos casos a existência de variações quantitativas e qualitativas na obrigação de restituição, como podemos observar *infra*.

No que respeita às variações quantitativas, elas podem resultar das partes, para se protegerem contra as alterações de valor da moeda, estipularem cláusulas de salvaguarda ou garantia, determinando o *quantum* da obrigação de restituição por referência a certos índices como os do custo de vida, o câmbio de certa moeda estrangeira ou o preço de certos bens. Nestes casos, para além de se estabelecer um desvio ao princípio do nominalismo monetário, estabelece-se ainda uma atenuação do princípio da identidade quantitativa da obrigação de restituição. Não sendo questionado a licitude dessas cláusulas, parece que delas não resulta a transformação da obrigação do mutuário de obrigação pecuniária (ou simplesmente genérica) em dívida de valor, uma vez que o mutuário continua obrigado a restituir coisas do mesmo gênero, havendo apenas uma delimitação quantitativa da restituição por referência a determinados índices.

Admitem-se também variações qualitativas no objeto da obrigação de restituição, já que o art.º 1149.º determina que se o mútuo recair em coisa que não seja dinheiro e a prestação se tornar impossível ou extremamente difícil por causa não imputável ao mutuário, pagará este o valor que a coisa tiver no momento e o lugar do vencimento da obrigação¹⁰³. Neste caso, naturalmente que a obrigação restitutória terá

¹⁰¹ “Alguma doutrina italiana reconduz, porém, ao esquema negocial do mútuo o denominado contrato *mohatra*, pelo qual alguém transfere a outrem a propriedade de um bem, fungível ou infungível, para que a outra parte o venda e conserve a quantia recebida a título de empréstimo. Cfr. CARRESI, *op. cit.* p. 136-137. Seguindo NIVARRA-ROMAGNO, *op. cit.* pp. 225 e ss, entendemos ser este um contrato atípico de concessão de crédito, na medida em que é estranho ao mútuo a restituição de bens de gênero diverso do que se recebeu, bem como o encargo de os alienar.” *apud* LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 403.

¹⁰² LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 403.

¹⁰³ *Vide* no mesmo sentido MENEZES CORDEIRO “O artigo 1149.º admite que o mutuário proceda, em alternativa, ao pagamento do valor da coisa, quando o mútuo recaia sobre coisa que não seja dinheiro e,

por objeto bens de natureza diferente daqueles que foram entregues, o que constitui uma importante atenuação da regra de que o mutuário tem que restituir bens do mesmo género e qualidade, presente no art.º 1142.º, que estipula que a restituição deve ser feita em bens do mesmo género, qualidade e quantidade¹⁰⁴. Nas palavras de PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, os casos de impossibilidade de cumprimento específico devem ser muito pouco frequentes. Como o mútuo tem por objeto coisas fungíveis, e como *genus nunquam perit*, para que haja impossibilidade é necessário, praticamente, que o género deixe de ser transacionável, ou deixe de ser possível a sua produção, por causas naturais ou jurídicas, a não ser que se trate de um género relativamente limitado, v.g., livros de certa edição, ou sementes de determinada tipologia, em que o total desaparecimento é mais facilmente concebível¹⁰⁵.

Relativamente ao prazo da obrigação da restituição, há que começar por referir que no contrato de mútuo a estipulação de um prazo aparece como essencial ao próprio contrato, pelo que nunca pode a obrigação do mutuário ser considerada pura¹⁰⁶. Não é, porém, necessário o recurso ao tribunal para fixação do prazo para a restituição¹⁰⁷, dado que se estabelece no art.º 1148.º uma solução. Assim, se se tratar de mútuo gratuito, é concedido ao mutuário um prazo suplementar de trinta dias, após a exigência do seu cumprimento, de acordo com o n.º 1 do art. 1148.º, admitindo-se no mútuo oneroso, em que não seja fixado prazo, que qualquer das partes o denuncie com antecedência mínima de trinta dias, nos termos do n.º 2 do art. 1148.º. Desta regra apenas se excetua o empréstimo de cereais e outros produtos rurais que recebam como contrapartida do arrendamento de terras géneros semelhantes, já que nesse caso se presume que o empréstimo é efetuado até à colheita seguinte de produtos semelhantes, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 1148.º¹⁰⁸.

Quanto ao tempo de cumprimento da obrigação do mutuário, há que começar por referir que as partes podem, nos termos gerais, convencionar que a restituição não se fará de forma integral, mas sim por partes, derogando assim a regra presente no art.º 763.º. Neste caso, teremos em relação à obrigação de restituição uma obrigação fracionada que, poderá, no caso do mútuo oneroso, ser realizada simultaneamente com a obrigação de pagamento de juros por parte do mutuário, a qual constitui antes uma obrigação periódica. As duas obrigações manter-se-ão sujeitas, no entanto, a regimes

por causa que não lhe seja imputável, a retribuição se torne impossível ou extremamente difícil.” in ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, op. cit. p. 675.

¹⁰⁴ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, op. cit. p. 404.

¹⁰⁵ PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, op. cit. p. 775.

¹⁰⁶ Cfr. Art.º 777.º n.º 1 do CC.

¹⁰⁷ Cfr. Art.º 777.º n.º 2 do CC.

¹⁰⁸ Esta presunção pode ser ilidida por prova em contrário, nos termos gerais, de acordo com o n.º 2 do art.º 350.º do CC. In LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, op. cit. p. 405.

diversos, pelo que, v.g., às prestações de restituição por parte do mutuário não se aplicará o prazo de prescrição do art.º 310.º. Da mesma forma, se o mutuário faltar ao pagamento de uma prestação relativa à restituição do capital, o mutuante pode imediatamente exigir a restituição por inteiro, nos termos do art.º 781.º, regime que não se aplica, por sua vez, às prestações de juros¹⁰⁹, em que a falta de cumprimento na data do vencimento apenas autoriza o mutuante a resolver o contrato, no âmbito do art.º 1150.¹¹⁰.

Quanto ao lugar do cumprimento da obrigação do mutuário, ele deve ocorrer no que for convencionado no contrato. Caso, porém, falte essa convenção, haverá que distinguir consoante se trate de dinheiro ou de coisas fungíveis de outra natureza. Se tiver por objeto dinheiro, a obrigação do mutuário corresponderá a uma obrigação pecuniária, pelo que nos termos gerais, deverá ser cumprida no lugar do domicílio que o credor tiver ao tempo do cumprimento, de acordo com o art.º 774.º. Já se tiver por objeto coisas fungíveis distintas do dinheiro, haverá que aplicar o critério geral do lugar do domicílio do devedor, constante do art.º 772.º¹¹¹. Esta solução parece vigorar, mesmo que se trate de mútuo gratuito¹¹².

A outra obrigação incidente sobre a figura do mutuário no mútuo oneroso, o que se presume ser a regra, de acordo com o n.º 1 do art.º 1145.º, é a obrigação de pagamento de juros¹¹³, a qual se aplica mesmo que o mútuo não verse sobre dinheiro, nos termos do n.º 2 do mesmo preceito legal¹¹⁴.

A obrigação de juros tem carácter acessório em relação à obrigação principal de restituição do capital, sobre a qual é moldada. No entanto, essa acessoriedade apenas existe no momento genético, já que, após a sua constituição, o crédito de juros não fica

¹⁰⁹ Decidiu por isso bem o Acórdão Uniformizador de Jurisprudência (AUJ) de 25/3/2009 (CARDOSO DE ALBUQUERQUE), publicado no DR, 1.ª Série, n.º 86, de 5 de Maio de 2009 que “no contrato de mútuo oneroso liquidável em prestações, o vencimento imediato destas, ao abrigo de cláusula de redação conforme ao art.º 781.º do CC não implica a obrigação de pagamento dos juros remuneratórios nelas incorporadas”. In LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, 2016, *op. cit.* p. 405.

¹¹⁰ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 405.

¹¹¹ Não se aplica neste caso o art.º 773.º n.º 2 do CC, já que não se está perante coisas fungíveis que devam ser escolhidas de um género determinado. In LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 406.

¹¹² LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 405- 406.

¹¹³ Como noção de juros, ANTUNES VARELA define como “os frutos civis, constituídos por coisas fungíveis, que representam o rendimento de uma obrigação de capital. São, por outras palavras, a compensação que o obrigado deve pela utilização temporária de certo capital, sendo o seu montante em regra previamente determinado como uma fração do capital correspondente ao tempo da sua utilização.” In JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 870.

¹¹⁴ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 406.

necessariamente dependente do crédito de capital, podendo qualquer deles ser cedido ou extinguir-se sem o outro, de acordo com o art.º 561.º.

Se as partes não efetuarem qualquer determinação do montante dos juros, é aplicável supletivamente a taxa de juro legal, no âmbito do n.º 2 do art.º 559.º, a qual é presentemente de 4%, por força da Portaria 291/2003, de 8 de Abril. As partes podem, no entanto, estabelecer outra taxa aplicável, desde o façam por escrito, sem o que serão devidos apenas juros legais, de acordo com o n.º 2 do art.º 559.º. Essa estipulação está, no entanto sujeita aos limites do art.º 1146.º¹¹⁵, sob pena celebrarem um contrato de mútuo usurário¹¹⁶⁻¹¹⁷, que passamos a citar “1 – É havido como usurário o contrato de mútuo em que sejam estipulados juros anuais que excedam os juros legais, acrescidos de 3% ou 5%, conforme exista ou não garantia real.” No caso de serem ultrapassados esses limites, a convenção fica reduzida aos máximos ainda que seja outra vontade das partes. Temos assim um caso de nulidade parcial, em que, ao contrário do que sucede no art.º 292.º, a lei determina a redução automática, sem permitir que as partes demonstrem que a sua hipotética vontade não iria nesse sentido. Como nulidade que é, é invocável a todo o tempo por qualquer das partes e pode ser declarada oficiosamente pelo tribunal, de acordo com o art.º 286.º, cabendo ao mutuário exigir a restituição dos juros usuários com fundamento na invalidade do negócio, de acordo com o art.º 289.º¹¹⁸.

Relativamente a uma eventual constituição de mora do mutuário - devedor, este fica obrigado ao pagamento, a título de indemnização, de juros de mora, calculados nos termos do disposto do art.º 806.º. Os juros moratórios legais civis são os fixados em execução do disposto no art.º 559.º¹¹⁹.

¹¹⁵ “As proibições impostas por este artigo são, por força do disposto do art.º 559.º- A, extensíveis a toda a estipulação de juros ou vantagens, em geral, obtida pelo credor em operações de crédito ou negócios análogos” in ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1415.

¹¹⁶ A este prepósito veja-se a título jurisprudencial “Conforme refere o Acórdão recorrido, embora lícita a taxa de juro à data da estipulação (1991), o certo é que a taxa reclamada pelo A à taxa de 15 % ao ano desde 8.2.91 não pode proceder, porquanto a taxa reclamada reportada ao ano de 2003, supera a taxa legal que nesse ano foi fixada em 4% ano (Portaria 291/2003 de 8/4) e nessa medida é usurária nos termos do art.º 559.º- A do Código Civil que dispõem expressamente que são havidos como usurários os juros que excedam os juros legais acrescidos dos limites estabelecidos no n.º1 do art.º 1146.º. 3% ou 5% consoante exista ou não garantia real.” in Ac. do STJ, Proc. 43990/98.6TVLSB.L1.S1, de 26-09-2013, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro TAVARES DE PAIVA.

¹¹⁷ A este respeito, ALMEIDA COSTA refere que “A taxa de juros, sob pena de o contrato ser havido como usurário, deve conformar-se com os limites impostos no art.º 1146.º. Recorde-se, porém, que o mútuo assim havido como usurário não depende da verificação dos requisitos do art.º 282.º, respeitantes aos negócios usurários, como aliás, se expressa no n.º 2 deste último preceito.” in MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, *op. cit.* pp. 292-293.

¹¹⁸ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 406-407.

¹¹⁹ ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 1414.

10. AS CLÁUSULAS ACESSÓRIAS NO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

A estipulação de cláusulas acessórias é naturalmente admitida em relação a qualquer contrato. A natureza real *quoad constitutionem* do mútuo coloca, porém, alguns problemas relativamente à estipulação de determinadas cláusulas.

10.1 A Cláusula de Condição

Nas palavras de MANUEL PITA, a condição¹²⁰ é uma cláusula do negócio mediante a qual as partes colocam a produção dos seus efeitos na dependência de um acontecimento futuro e incerto. Entre o momento da celebração do negócio e o momento da verificação da condição os efeitos do negócio estão pendentes por vontade dos declarantes. A condição coloca um estado de incerteza sobre os efeitos do negócio¹²¹.

Tem-se admitido a possibilidade de estipulação no mútuo, de uma condição resolutiva, caso em que a obrigação de restituição surgiria antes do prazo, com a verificação de determinado evento. Já não parece de admitir a estipulação de uma condição resolutiva quanto ao próprio surgimento da obrigação de restituição, uma vez que tal equivaleria a excluir um elemento essencial ao mútuo.

Já no que respeita à condição suspensiva, a admissibilidade da sua estipulação tem vindo a ser discutida em relação com a controvérsia em torno da natureza real ou consensual do contrato de mútuo.

Para os autores que defendem a natureza consensual do mútuo não se coloca qualquer problema à admissibilidade de estipulação da condição suspensiva, a qual é possível como em qualquer contrato. Já para os autores que defendem a natureza real *quoad constitutionem* do mútuo a questão coloca-se de maneira diferente consoante a verificação da condição suspensiva ocorra antes da tradição da coisa ou após a sua verificação. No primeiro caso, entende-se que a estipulação da condição não produz qualquer efeito, na medida em que o contrato apenas se constitui com a entrega, não havendo, por isso, antes dela um mútuo suspensivo condicionado, mas antes um mútuo não constituído. Por outro lado, mesmo que se verifique a condição o mutuante não fica obrigado a entregar as coisas mutuadas, uma vez que a tradição é um ato livre. A

¹²⁰ Vide art.º 270.º do CC, no relativamente ao conceito.

¹²¹ In ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 329.

estipulação da condição só pode, por isso, servir para impedir que a entrega produza os seus efeitos, caso o mutuante a decida realizar antes da verificação da condição.

Diferentes são as coisas quando a verificação da condição ocorra após a tradição da coisa. Nesse caso, entende-se que ocorre a estipulação de dois contratos em união alternativa: um contrato de depósito irregular, com efeitos imediatos, e que vigorará em definitivo em caso de não verificação da condição e um contrato de mútuo, que apenas produzirá os seus efeitos em caso de verificação da condição.

10.2 A Cláusula de Termo

Nas palavras de MANUEL PITA, quando se estipula que os efeitos do negócio comecem a partir de certo momento, o termo¹²² diz-se inicial ou suspensivo. Será resolutivo ou final, aquele em que se estipula que os efeitos que o negócio está a produzir cessem a partir de certo momento¹²³.

Relativamente ao termo final, tem-se considerado na doutrina que ele não constitui uma cláusula acessória do contrato de mútuo, na medida em que se apresenta como um elemento essencial para que o contrato possa desempenhar a sua função típica.

Por sua vez, no que respeita ao termo inicial, a possibilidade da sua estipulação tem sido articulada com a discussão em torno da natureza real ou consensual do mútuo, à semelhança do que vimos suceder com a condição suspensiva, anteriormente referido.

10.3 A Cláusula de Modo ou Encargo

Contrariamente ao que sucede com a condição ou termo, a lei não faz qualquer referência ao modo quando examina as cláusulas acessórias dos negócios jurídicos, apenas o referindo em sede de doação ou testamento.

Sabendo-se, no entanto, que a estipulação do modo é possível em qualquer contrato gratuito, e podendo o mútuo revestir essa natureza, a doutrina tem naturalmente admitido a sua estipulação, dentro dos limites que o caracterizam. Entende-se assim, que o modo tem que constituir apenas numa restrição à gratuitidade do mútuo, não podendo constituir um corresponsivo da atribuição patrimonial realizada pelo mutuante, e deve ter carácter acessório na economia do contrato, o que significa que a cláusula de escopo não

¹²² Vide art.º 278.º do CC, relativamente ao termo.

¹²³ In ANA PRATA, Código Civil Anotado, *op. cit.* p. 336.

pode ser considerada como um modo, já que constitui antes um limite funcional da atribuição realizada pelo mutuante.

Em qualquer caso, o incumprimento do modo apenas pode constituir fundamento para a resolução do mútuo se assim tiver sido estipulado no contrato. Efetivamente, não apenas é essa a solução que vigora em sede de doação, no âmbito do art.º 966.º, aplicável analogicamente ao mútuo, como também a lei prevê a resolução para a hipótese de não pagamento dos juros no mútuo oneroso, de acordo com o art.º 1150.º e não para o incumprimento dos encargos¹²⁴.

¹²⁴ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 407-409.

11. O PRAZO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

Não obstante o facto de realizar-mos uma abordagem *supra* à temática do prazo, *in casu*, ao prazo da obrigação da restituição, descrito no ponto 9.2, procedemos a uma abordagem mais pormenorizada e autónoma relativa ao prazo do contrato de mútuo civil.

O contrato de mútuo é celebrado pelo prazo acordado pelas partes¹²⁵.

Relativamente ao contrato de mútuo oneroso, o Código determina que presume-se¹²⁶ estipulado a favor de ambas as partes¹²⁷, mas o mutuário pode antecipar o pagamento desde que satisfaça dos juros por inteiro, de acordo com o disposto no art.º 1147.º.

Também aqui doutrina retira as suas conclusões: relativamente ao mútuo gratuito, presume-se estipulado a favor do devedor (mutuário) segundo a regra geral, presente no art.º 779.º. Aliás, a estipulação de prazo a favor do credor (mutuante) em mútuo gratuito desvirtuaria a natureza deste negócio. Nesta hipótese, estaríamos perante um depósito irregular¹²⁸.

Quanto ao mútuo oneroso, as duas partes têm interesse na sua realização: o mutuante porque auferir um rendimento, que são os juros; o mutuário porque pode aproveitar-se da coisa. Compreende-se, portanto, a presunção de que o prazo é estipulado a favor das partes¹²⁹ e, se o mutuário antecipar o pagamento, deve satisfazer os juros por inteiro para não prejudicar o mutuante.

¹²⁵ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 675.

¹²⁶ “Tanto no caso do mútuo gratuito como do mútuo oneroso, nos encontramos mediante meras presunções da vontade das partes. Estas podem assim ser ilididas mediante prova em contrário, nos termos gerais do n.º 2 do art.º 350.º” *in* ANA PRATA, *Código Civil Anotado*, *op. cit.* p. 1416.

¹²⁷ Também a jurisprudência evidencia a respetiva presunção “No mútuo oneroso, o prazo presume-se estipulado em benefício de ambas as partes...A experiência confirma, na generalidade dos casos, o raciocínio que está na base da presunção legal. O mutuário tem interesse em aproveitar-se da coisa durante o prazo estipulado; o mutuante, tem por seu turno, interesse em manter, durante o prazo aplicado os seus capitais, recebendo por eles os interesses convencionados” *in* Ac. do STJ, Proc. 06A3420 de 21-11-2006, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro BORGES SOEIRO.

¹²⁸ Os autores PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA defendem o mesmo raciocínio, *vide* PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 772.

¹²⁹ “As duas presunções fundam-se na vontade presumida das partes; são, portanto, presunções *juris tantum*, que podem ser ilididas mediante prova em contrário (art.º 350.º, n.º 2).” *in* PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 772.

Em qualquer dos casos, havendo prazo, o mutuário incorre em mora independentemente de interpelação desde a data do vencimento¹³⁰.

Na falta de fixação do prazo, a lei estabelece o regime descrito no art.º 1148.º. Em síntese, se não foi fixado prazo no contrato de mútuo, a lei faz a seguinte distinção: No mútuo gratuito, o mutuário pode cumprir nos trinta dias subsequentes à exigência do cumprimento¹³¹. Assim se evita que venha a ser surpreendido com a violência de ser obrigado a cumprir imediatamente.

No mútuo oneroso, pode qualquer das partes pôr termo ao contrato, mas deve denunciá-lo à outra, com, pelo menos, trinta dias de antecedência. Esta denúncia não importa necessariamente a cessação do contrato no prazo de trinta dias, caso se entenda que a natureza da prestação, as circunstâncias ou os usos impõem a fixação de um prazo mais longo que deve supor-se implícito no contrato¹³².

No que respeita ao mútuo, seja ele gratuito ou oneroso, de cereais ou de outros produtos rurais concedido ao lavrador, o mutuante deve esperar pela colheita dos produtos mutuados para o devedor cumprir. Presume-se convencionado tacitamente um prazo que se compreende tendo em atenção a realidade específica da vida do agricultor¹³³.

¹³⁰ ANTÓNIO SANTOS JUSTO, *Manual de Contratos Cíveis, Vertentes Romana e Portuguesa*, *op. cit.* pp. 368-369.

¹³¹ Neste sentido, veja-se ANA PRATA “O prazo de trinta dias é um prazo estabelecido em benefício do mutuário, para que se possa servir da coisa, razão pela qual deve ser entendida como um prazo mínimo, nada impedindo, consequentemente, a fixação de um prazo mais longo por via da aplicação dos n.ºs 2 e 3 do art.º 777.º.” *in* ANA PRATA, *Código Civil Anotado*, *op. cit.* p. 1417.

¹³² ANTÓNIO SANTOS JUSTO, *Manual de Contratos Cíveis, Vertentes Romana e Portuguesa*, *op. cit.* pp. 369-370.

¹³³ ANTÓNIO SANTOS JUSTO, *Manual de Contratos Cíveis, Vertentes Romana e Portuguesa*, *op. cit.* p. 370.

12. A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

12.1 Considerações Gerais

A cessação do vínculo negocial é a consequência normal de um contrato¹³⁴.

Relativamente à cessação do vínculo contratual do mútuo¹³⁵, sem descurar a aplicação das regras gerais, podemos encontrar referências a propósito da caducidade do contrato, no âmbito do n.º 1 do art.º 1148.º, da denúncia, presente no n.º 2 do art.º 1148.º, e da resolução por falta de pagamento de juros, no contexto do art.º 1150.º. Conjugando estas regras especiais, importa referir que o mútuo é, por regra, um contrato com prestação de execução diferida, ou seja, a restituição do *tantundem* será efetuada algum tempo após a celebração do acordo, pelo que o regime da cessação do contrato ter-se-á de ajustar ao carácter duradouro do vínculo¹³⁶.

12.2 A Caducidade

No caso de ter sido fixado um prazo, o contrato de mútuo caduca no termo definido. Apesar de esta solução, que resulta do regime comum, não constar das regras estabelecidas em sede de contrato de mútuo, depreende-se, *a contrario*, do disposto no n.º 1 e 2 do art.º 1148.º e advém da solução constante do n.º 3 do mesmo preceito legal.

Não tendo sido fixado prazo, tratando-se de mútuo gratuito, a obrigação de o mutuário restituir o *tantundem* vence-se trinta dias após a interpelação, que pode ser feita a todo o tempo, de acordo com o n.º 1 do art.º 1148.º e n.º 1 do art.º 777.º; como não foi fixado prazo, o contrato não caduca, cessando trinta dias após a interpelação, por denúncia. A situação é similar na hipótese de mútuo oneroso em que não seja fixado prazo: o contrato não caduca e cessa trinta dias após a denúncia, no âmbito do n.º 2 do art.º 1148.º.

De modo diverso, de acordo com o n.º 3 do art.º 1148.º, no caso de empréstimo de cereais ou de outros produtos agrícolas concedido a agricultor sem fixação de prazo,

¹³⁴ PEDRO ROMANO MARTINEZ, 2017, *Da Cessação do Contrato*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 25.

¹³⁵ A este propósito, SANTOS JUSTO destaca outras causas diversas que originam a extinção do contrato de mútuo, v.g., a insolvência do mutuário e a não prestação de garantias prometidas. In ANTÓNIO SANTOS JUSTO, *Manual de Contratos Cíveis, Vertentes Romana e Portuguesa*, *op. cit.* p. 371.

¹³⁶ PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Da Cessação do Contrato*, *op. cit.* p. 341.

o contrato de mútuo, na falta de estipulação diversa, caduca na colheita seguinte dos produtos similares¹³⁷.

12.3 A Denúncia

O legislador só alude à denúncia na hipótese de mútuo oneroso em que não foi fixado prazo, de acordo com o n.º 2 do art.º 1148.º, mas a situação não é diversa no caso de mútuo gratuito sem prazo.

Na falta de estipulação de prazo, sendo o mútuo gratuito, o contrato cessa na data do vencimento da obrigação de restituir, ou seja, trinta dias após o mutuante interpelar o mutuário, de acordo com o n.º 1 do art.º 1148.º. A interpelação corresponde a uma denúncia que tem de ser feita por aviso prévio de, pelo menos, trinta dias¹³⁸. Esta exigência temporal não é imposta ao mutuário, que se pode desvincular a todo o tempo, denunciando o contrato por aplicação das regras gerais.

Sendo o mútuo oneroso sem prazo fixado, qualquer das partes pode fazer cessar o contrato, denunciando-o com um aviso prévio de trinta dias, de acordo com o n.º 2 do art.º 1148.º.

No que respeita à cessação do contrato de mútuo em que não tenha sido fixado prazo, independentemente do negócio ser oneroso ou gratuito, e apesar da diferente formulação dos n.ºs 1 e 2 do art.º 1148.º, a denúncia quando exercida por o mutuante, opera de modo idêntico. Em qualquer caso, o contrato extingue-se trinta dias após a denúncia feita pelo mutuante.

Contudo, sendo a denúncia exercida pelo mutuário, importa distinguir a relação onerosa da gratuita. Se o mútuo for oneroso, o mutuário terá de denunciar o contrato com um aviso prévio mínimo de trinta dias, mas, no caso de se estar perante um mútuo gratuito, o vínculo cessa no momento em que a denúncia do mutuário produz efeitos, ou seja, quando chega ao conhecimento do mutuante, nos termos do art.º 224.º, não carecendo de aviso prévio.

¹³⁷ PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Da Cessação do Contrato*, *op. cit.* p. 341-342.

¹³⁸ “Os trinta dias consubstanciam um prazo- considerado pela lei como- mínimo para que o mutuário possa usar a coisa emprestada e restituí-la ao mutuante. Sempre que a natureza da prestação, as circunstâncias ou os usos impuserem um prazo mais longo para a produção de efeitos da denúncia, este prazo poderá ser alargado, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 777.º.” *in* ANA PRATA, *Código Civil Anotado*, *op. cit.* p. 1418.

Ainda que tenha sido estipulado um prazo de vigência, sendo o mútuo gratuito, por via de regra, entender-se-á que o prazo se encontra estabelecido a favor do mutuário, nos termos do art.º 779.º, razão pela qual a este cabe optar restituir antecipadamente a quantia mutuada, de acordo com o n.º 1 do art.º 777.º, denunciando o contrato antes do decurso do período acordado.

No caso de mútuo oneroso, presume-se que o contrato se encontra estipulado a favor de ambas as partes, no âmbito do art.º 1147.º, mas sendo ilidida a presunção e concluindo-se que o mutuário é o beneficiário do prazo, a este cabe denunciar o contrato nos mesmos moldes. Ainda na hipótese comum, de prazo estabelecido a favor de ambas as partes, o mutuário pode denunciar antecipadamente o contrato, desde que restitua a quantia mutuada acrescida dos juros vencidos até ao termo do prazo¹³⁹.

12.4 A Resolução

A resolução¹⁴⁰ do contrato de mútuo vem expressa no art.º 1150.^{o141}, respeitante à possibilidade de o mutuante resolver o contrato se o mutuário não pagar os juros no seu vencimento. Por vezes contrapõe-se o mútuo oneroso ao gratuito, considerando que só na primeira hipótese poderá o mutuante resolver o contrato, sendo este o sentido do referido preceito legal, ao permitir a resolução contratual se o mutuário não pagar os juros, o que nos remete portanto, para o mútuo oneroso.

Mas, do disposto no citado preceito, não se conclui que esteja vedada a resolução do contrato a ser exercida pelo mutuário e que o mutuante não possa resolver o contrato com base em outros fundamentos.

No entanto, o legislador, ainda no âmbito do art.º 1150.º, limitou-se a prever a hipótese mais usual de incumprimento de obrigações emergentes de um contrato de mútuo, relacionado até com o facto de, por via de regra, o mútuo ser um contrato unilateral, que só implica deveres para o mutuário. Contudo, do referido preceito não se pode concluir que esteja excluído o recurso às regras gerais, nomeadamente à resolução

¹³⁹ PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Da Cessação do Contrato*, *op. cit.* p. 342-343.

¹⁴⁰ “Define-se resolução como o ato de um dos contraentes dirigidos à dissolução do vínculo contratual, em plena vigência deste, e que tende a colocar as partes na situação que teriam se o contrato não se houvesse celebrado. Essa faculdade deriva da lei ou de convenção das partes, de acordo com o n.º 1 do art.º 432.º do CC.” *in* MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, *op. cit.* p. 319.

¹⁴¹ “O artigo 1150.º, que teve por fonte o artigo 1820.º do Código italiano, trata de uma causa específica de resolução do contrato, sem excluir as causas restantes que resultam da aplicação dos princípios gerais” *in* PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 776.

legal por incumprimento de outros deveres contratuais, nos termos do n.º 2 do art.º 801.º, ou à resolução convencional, que decorre da vontade das partes.

Refira-se ainda que, com alguma frequência, como resulta da previsão do art.º 16.º do DL n.º 24/2014, incluindo-se o mútuo numa união de contratos¹⁴², a resolução pode estar condicionada pelo incumprimento de deveres emergentes de outros contratos. No entanto, considerando o contexto do art.º 1150.º resulta uma exceção ao regime regra. Enquanto a resolução do contrato fundada no n.º 2 do art.º 801.º, pressupõe que exista incumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso grave, admite-se, naquele preceito legal, que o mutuante resolva o contrato em caso de mora do mutuário no pagamento de juros vencidos. Esta exceção vale tão só nos precisos termos em que se encontra formulada, daí que, se a restituição da quantia mutuada for feita por partes, a mora no cumprimento de uma parcela do que tiver sido emprestado não confere ao mutuante o direito de resolver o contrato, *in casu*, a resolução depende dos pressupostos comuns, ou seja, será necessário o incumprimento definitivo da obrigação de entregar a parcela, ou da totalidade da quantia mutuada por força do disposto no art.º 781.º¹⁴³.

Resulta assim, nos termos do art.º 1150.º¹⁴⁴, que o mutuante em caso de mora do mutuário no pagamento de juros, não necessita de estabelecer um prazo admonitório, no âmbito do n.º 1 do art.º 808.º, uma vez que pode, de imediato, resolver o contrato, quanto às outras hipóteses, ter-se-á de atender ao regime geral, como referido¹⁴⁵.

Relativamente à forma de como é feita a resolução, VAZ SERRA refere: “A resolução do contrato pode fazer-se por declaração à outra parte. Esta, sendo-lhe declarada a resolução, pode declarar, por sua vez, ao autor da resolução, sem demora culposa, que não se conforma com a resolução ou com a simples resolução, cabendo, neste caso, ao tribunal, na falta de acordo das partes, decidir.”¹⁴⁶

¹⁴² Segundo PEDRO ROMANO MARTINEZ, existe uma união de contratos quando “há uma interconexão negocial sem que os contratos percam a sua individualidade.” *in* PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito das Obrigações*, *op. cit.* p. 163.

¹⁴³ A prepósito do preceito legal “II. No caso de dívida fracionada em prestações, o art.º 781.º do Código Civil deve ser interpretado no sentido de que, na falta de pagamento de uma das prestações, é necessário a interpelação do devedor para se converter a exigibilidade das prestações futuras em vencimento imediato e automático.” *in* Ac. do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), Proc. 463/07.3TVLSB.L1-7, de 12-05-2009, relatado por a Doutora Juíza Conselheira DINA MONTEIRO.

¹⁴⁴ No mesmo âmbito, veja-se ALMEIDA COSTA “É admitida a resolução do contrato pelo mutuante, caso o mutuário não cumpra a obrigação de juros no seu vencimento (art.º 1150.º). Recorde-se que o regime geral da resolução se encontra nos arts.º 432.º a 436.º.” *in* MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, *op. cit.* p. 293.

¹⁴⁵ PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Da Cessação do Contrato*, *op. cit.* pp. 343-345.

¹⁴⁶ ADRIANO PAIS DA SILVA VAZ SERRA, 1957, *Resolução do Contrato*, BMJ, n.º 68, Lisboa, *op. cit.* p. 381.

12.5 A Restituição

Como dispõem o art.º 1142.º, o mutuário fica obrigado a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade. Tal como em outros contratos, a obrigação de restituir é consequência da cessação do vínculo, correspondendo a um dever pós-contratual que decorre da extinção do negócio jurídico.

O contrato de mútuo pode extinguir-se por diversas formas, como acabamos de analisar e, com a cessação do vínculo, vence-se a obrigação de restituir o *tantundem*. Se o mutuário não restituir a prestação, eventualmente acrescida de juros compensatórios, estar-se-á perante uma hipótese de incumprimento da prestação que se vence com a cessação do contrato.

De acordo com o preceituado no art.º 1149.º, a impossibilidade de restituição de coisa fungível não imputável ao mutuário determina a obrigação de pagamento do valor à data da cessação do contrato.

O mútuo é um contrato cuja execução se protela no tempo, com as consequências daí decorrentes, nomeadamente que a extinção, ainda que resultante da resolução não tem, por via de regra, efeito retroativo¹⁴⁷.

12.6 As Causas de Invalidade do Contrato

O contrato de mútuo pode ser naturalmente considerado inválido, caso se verifiquem as causas gerais de invalidade dos contratos. *In casu*, podemos referir que a causa mais comum de invalidade do contrato de mútuo é a falta de forma, o que origina a nulidade do contrato, nos termos do art.º 220.º do CC, caso não se verifique a forma prevista no art.º 1143.º.

Por força do art.º 289.º¹⁴⁸, a nulidade tem efeito retroativo, cabendo assim ao mutuário a restituição do capital mutuado, e ao mutuante a restituição dos juros eventualmente cobrados¹⁴⁹, no entanto, admite-se a possibilidade de esta última

¹⁴⁷ PEDRO ROMANO MARTINEZ, Da Cessação do Contrato, *op. cit.* p. 345.

¹⁴⁸ Descredibilizando a doutrina do enriquecimento sem causa, veja-se PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA “Aos efeitos de nulidade do mútuo é aplicável o disposto no artigo 289.º, n.º1, e não a doutrina do enriquecimento sem causa (art.º 474.º).” *in* PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* p. 765.

¹⁴⁹ A jurisprudência parece seguir o mesmo sentido “A declaração de nulidade do contrato de mútuo, por falta de forma, tem como consequência a restituição, pelo mutuário, de tudo o que tiver sido prestado pelo mutuante, nos termos do art.º 289.º, n.º 1 do Código Civil, e não por via do enriquecimento sem causa” *in* Ac. do Tribunal da Relação do Porto (TRP), Proc. 1785/11.4TBVFR.P1, de 02-05-2013, relatado por o Doutor Juiz Desembargador CARLOS PORTELA.

obrigação ser excluída por força da alegação com base no abuso de direito¹⁵⁰, caso tenha sido criada no mutuante uma justificada confiança de que essa invalidade não viria a ser invocada¹⁵¹.

Além das causas gerais de invalidade do contrato de mútuo, existe uma outra causa específica de invalidade contratual, sendo ela o mútuo usurário, presente no n.º 1 do art.º 1146.º, como já referido anteriormente, onde vem descrito que é havido como usurário o contrato de mútuo em que sejam estipulados juros anuais que excedam os juros legais, acrescidos de 3% ou 5%, conforme exista ou não garantia real”. Podemos então extrair que, em consonância com a Portaria 291/2003, de 8 de abril, a taxa de juros legais é de 4%, resulta que não é admissível a estipulação de juros superiores a 7% ou 9% ao ano, conforme exista ou não garantia real. O facto de se poder estipular uma taxa superior de juros, em virtude da ausência de garantia real resulta de a taxa de juro envolver um prémio pelo risco assumido, que se justifica elevar em caso de ausência de garantias.

As taxas *supra* mencionadas referem-se exclusivamente a juros remuneratórios, podendo ser estipulado um montante superior no que respeita aos juros moratórios, que relativamente a esta tipologia de juros rege o n.º 2 do art.º 1146.º referindo que é havida também como usurária a cláusula penal que fixar como indemnização devida por a falta de restituição do empréstimo relativamente ao tempo de mora mais do que o correspondente a 7% ou a 9%, acima dos juros legais, conforme exista ou não garantia legal, o que implica a faculdade de estipular juros moratórios pela não restituição do mútuo elevar-se a 11%, na presença de garantia real, e a 13% na sua ausência. É importante frisar que, os limites mencionados respeitam somente a juros indemnizatórios ou moratórios, não envolvendo outros custos de concessão de crédito. Se, v.g., for exigido ao mutuário um seguro de vida, o custo não será contabilizado para efeitos dos limites em relação à estipulação de juros.

A estipulação de juros usurários não envolve a invalidade total do contrato, nem prejudica a subsistência do mútuo, uma vez que neste caso, o n.º 3 do art.º 1146.º,

¹⁵⁰ Cfr. art.º 334.º do CC, no que concerne ao abuso de direito.

¹⁵¹ A propósito da nulidade do contrato, a título jurisprudencial, veja-se no mesmo sentido “1. A nulidade do contrato de mútuo de dinheiro obriga o mutuário a restituir o capital que haja recebido do mutuante, e este é obrigado a restituir àquele os juros remuneratórios convencionados que haja, entretanto, recebido. 2. As prestações a restituir não são atualizadas, ou devem ser restituídas sem qualquer valorização, porque inaplicável o regime do enriquecimento sem causa. 3. Atento, porém, o disposto no n.º3 do art.º 289º do CC, sobre as quantias a restituir podem incidir juros de mora, à taxa legal, a contar da citação, enquanto frutos civis que aquelas quantias poderiam produzir.” *in* Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), Proc. 3531/05, de 17-01-2006, relatado por o Doutor Juiz Desembargador FERREIRA DE BARROS.

impõe, em derrogação ao regime do art.º 292.º a redução da taxa de juro remuneratório ou moratório aos montantes máximos acime referidos, ainda que tenha sido outra a vontade dos contraentes. Porém, é admissível que o mútuo possa ser anulado com fundamento no desrespeito por o preceituado no art.º 282.º, caso estejam preenchidos os seus pressupostos, sendo que a aplicação dessa disposição não é prejudicada por terem sido respeitados os limites relativos à estipulação de juros, de acordo com o n.º 4 do art.º 1146.¹⁵². Não é, porém, considerado usurário o mútuo celebrado pelo simples facto de as prestações estipuladas se encontrarem acima do rendimento normal do mutuário¹⁵³.

¹⁵² Neste sentido, CÁTIA MARQUES CEBOLA “Note-se que em causa não está o conceito de usura plasmado no art.º 282.º do CC, na medida que não se exige em sede de mútuo que alguém se aproveite de uma situação de necessidade, inexperiência, ligeireza, dependência, estado mental ou fraqueza de carácter de outrem, obtendo, para si ou para terceiro, a promessa ou a concessão de benefícios excessivos ou injustificados. Na verdade, no âmbito do art.º 1146.º do CC, para o mútuo ser usurário bastará que objetivamente os limites fixados na norma sejam ultrapassados. Contudo, atendendo ao n.º 4 do mesmo artigo, nada obsta a que se apliquem os artigos 282.º a 284.º do CC, relativos a negócios usurários. Assim, mesmo que não sejam excedidos os limites impostos pelo art.º 1146.º do CC, pode o mútuo ser havido como usurário se estiverem verificadas as condições de aplicabilidade dos artigos 282.º e ss do CC.” *in* CÁTIA SOFIA MARQUES CEBOLA, *op. cit.* p. 40.

¹⁵³ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 400-401.

CAPÍTULO II - DO CONTRATO DE MÚTUO NO CONTEXTO DO DIREITO BANCÁRIO

1. CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO DO CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO

Designa-se por mútuo bancário (“*bank loan*”, “*Darlehensvertrag*”, “*prêt bancaire*”, “*mutuo bancario*”, “*préstamo bancário*”) o contrato pelo qual o banco entrega ou se obriga a entregar uma determinada quantia em dinheiro ao cliente, ficando este obrigado a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade (*tantundem*), acrescido dos respetivos juros¹⁵⁴⁻¹⁵⁵.

Nas palavras de JOÃO VASCONCELOS RAPOSO, “Pode, assim, definir-se o mútuo bancário, como o mútuo oneroso que tem por objeto dinheiro, sendo o mutuante um banco ou uma instituição de crédito que, nos termos dos estatutos e do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGISF), tenha capacidade para conceder crédito”¹⁵⁶.

No que concerne à sua origem e evolução, os contratos bancários são indubitavelmente contratos comerciais¹⁵⁷. Desde logo, é relativamente consensual na doutrina, portuguesa e estrangeira, que o próprio Direito Bancário no seu conjunto constitui uma disciplina (-filha) nova e criada no universo geral do Direito Comercial. Depois ainda, os contratos bancários permanecem sempre, da origem aos nossos dias, integrados no elenco legal dos «contratos especiais de comércio» previstos no Código Comercial (CCOM) de 1888 (Título IX, arts.º 362.º a 364.º sob a epígrafe «operações de banco») constituindo assim tradicionalmente matéria comercial (art.º 2.º CCOM)¹⁵⁸.

Atualmente o mútuo no contexto bancário, traduz-se num dos negócios centrais da atividade bancária, constituindo-se assim num ato comercial autónomo, no contexto

¹⁵⁴ JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, 2017, *Direito dos Contratos Comerciais*, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 497-498.

¹⁵⁵ “A entrega do montante pecuniário pelo mutuante ao mutuário é um elemento caraterizador do contrato de mútuo bancário.” in MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, 2009, *A Negociação de Contratos de Financiamento*, *op. cit.* p. 2.

¹⁵⁶ JOÃO VASCONCELOS RAPOSO, 2016, *Crédito hipotecário, incumprimento e execução no contexto da crise financeira*, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 20.

¹⁵⁷ No mesmo sentido, veja-se ENGRÁCIA ANTUNES “o contrato de mútuo bancário, como categoria de contratos bancários, é assim uma modalidade do mútuo mercantil, que se encontra disciplinado por regras próprias.” in JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 369.

¹⁵⁸ JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, 2011, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, Vol. II, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 82-83.

do art.º 362.º do CCOM. O contrato de mútuo bancário manifesta-se no ato modelo da concessão de crédito, dado a frequência da sua celebração no contexto bancário¹⁵⁹, tornando-se desta forma a modalidade do contrato de mútuo que maior importância e destaque alcança, quando comparado com o contrato de mútuo civil e o contrato de mútuo comercial, que têm uma importância bastante limitada.

O mútuo bancário é composto pelas disposições do regime geral do mútuo civil oneroso¹⁶⁰ e que tenha por objeto dinheiro, que são “atraídas” para o Direito Bancário¹⁶¹, está sujeito a regras específicas constantes do DL n.º 344/78, de 17 de novembro¹⁶². É o regime específico daquelas disposições que regulam diretamente o contrato de mútuo celebrado por uma entidade bancária¹⁶³.

O ordenamento jurídico português, contrariamente ao que sucede a outros ordenamentos, não estabelece regras específicas para a generalidade dos tipos de contratos de concessão de crédito, surge assim a necessidade de identificar critérios normativos aplicáveis à resolução dos problemas jurídicos suscitados por os contratos de concessão de crédito. Neste este âmbito, estabelece-se como matriz de todos os contratos de concessão de crédito o regime do contrato de mútuo. No entanto, o próprio regime do mútuo civil é pouco desenvolvido e por vezes acaba por não encontrar todas as respostas, uma vez que contrasta, na prática negocial bancária conteúdos contratuais mais ricos do que o modelo regulativo¹⁶⁴ pressupõem, o que resulta que o contrato de mútuo bancário não apresente um conteúdo fixo, sendo necessário, por vezes, uma análise pormenorizada e individualizada de determinadas estipulações típicas¹⁶⁵.

¹⁵⁹ “Desde logo ele distingue-se de quaisquer outros por ser celebrado por um banqueiro, como mutuante agindo no exercício da sua função” in ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 688.

¹⁶⁰ No mesmo sentido, veja-se BRITO BASTOS “Ainda que, enquanto tipo social, deva ser reconhecida autonomia ao mútuo bancário, designadamente por neste serem frequentes estipulações que não são usuais fora da atividade bancária, o regime material do mútuo bancário é, essencialmente, o regime do mútuo civil.” in MIGUEL BRITO BASTOS, 2015, *O Mútuo Bancário: ensaio sobre a sua estrutura sinalagmática*, 1.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, *op. cit.* p. 11.

¹⁶¹ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, 2017, *Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 181-182.

¹⁶² Alterado pelo DL n.º 83/86, de 6 de maio, pelo DL n.º 204/87, de 16 de maio, pelo DL n.º 429/87, de 25 de outubro, e pelo DL n.º 58/2013, de 8 de maio.

¹⁶³ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 182.

¹⁶⁴ “O regime deste contrato encontra-se disperso por um conjunto heterogêneo de normas legais”, in JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 498.

¹⁶⁵ MIGUEL BRITO BASTOS, *op. cit.* pp. 10-12.

2. OS CONTRATANTES E O OBJETO CONTRATUAL NA PERSPETIVA BANCÁRIA

2.1 Dos Contratantes

O contrato de mútuo bancário constitui uma modalidade especial do contrato de mútuo, onde uma das características que individualiza a presente modalidade reside no plano dos sujeitos contratantes¹⁶⁶, nomeadamente na sua designação, no contexto bancário. *In casu*, o mutuário surge designado como um Banco, ou outra Instituição Financeira com capacidade creditícia, o mutuante por sua vez, será designado por Cliente¹⁶⁷, recorrendo à terminologia do RGISF.

Também a particularidade de existir uma diferença sensível de capacidade entre contratantes é, no nosso entender uma das características centrais e qualificativas do plano dos sujeitos contratantes, pelo que as exigências de boa fé devem ser enformadas especificamente, é um dever que em fase pré contratual entre os contratantes assume especial relevância¹⁶⁸.

2.2 Do Objeto Contratual

Não obstante o facto de o contrato ter por objeto dinheiro, não nos podemos esquecer do preceito legal presente no art.º 207.º do CC, em que o mútuo pode envolver outros objetos, desde que fungíveis, no entanto, entre nós, a possibilidade de o objeto contratual não ser dinheiro no contexto bancário parece-nos uma situação quase impossível de se verificar.

Segundo ENGRÁCIA ANTUNES, o objeto contratual do mútuo bancário consiste em dinheiro legal ou escritural. Assim sendo, o objeto do contrato é outra particularidade onde a presente modalidade contratual especial reside¹⁶⁹.

Neste âmbito, à semelhança da distinção realizada no Capítulo anterior entre o contrato de mútuo civil e o contrato de comodato, realizamos também uma distinção

¹⁶⁶ JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 498.

¹⁶⁷ No mesmo sentido, na sequência da resolução de uma situação prática, CÁTIA MARQUES CEBOLA aponta à mesma distinção, individualizando o mútuo civil em contraposição com o mútuo bancário “No presente caso em análise está em causa um mútuo civil. Não integra a categoria de mútuo bancário na medida em que, no plano dos sujeitos, o mutuante não é uma entidade bancária.” *in* CÁTIA SOFIA MARQUES CEBOLA, *op. cit.* p. 36.

¹⁶⁸ JOÃO VASCONCELOS RAPOSO, *op. cit.* p. 20.

¹⁶⁹ JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 498.

comparada, entre o contrato de mútuo bancário e o contrato de abertura de crédito a partir do seu objeto, que pode numa primeira impressão gerar confundibilidade no domínio dos contratos bancários, tornando-se assim pertinente uma análise comparativa entre os dois contratos, evidenciando as suas distintas particularidades.

Designa-se por abertura de crédito o contrato pelo qual o banco (creditante) se obriga a colocar à disposição do cliente (creditado) uma determinada quantia pecuniária, por tempo indeterminado ou não, ficando este obrigado ao reembolso das somas utilizadas e ao pagamento dos respetivos juros e operações. O presente contrato de crédito constitui um contrato atípico, (sem regime legal próprio), embora nominado, no âmbito do art.º 362.º do CCOM, trata-se assim de um contrato socialmente típico sedimentado na *praxis* bancária¹⁷⁰. Uma outra particularidade que nos permite distinguir os dois tipos contratuais é o facto de a abertura de crédito ser um contrato consensual, por oposição à natureza real *quoad constitutionem* do mútuo¹⁷¹.

Nas palavras de PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA, “Inteiramente distinto do mútuo, na sua estrutura, é o contrato de abertura de crédito que, além de ser um contrato consensual, pode inclusivamente constituir-se e extinguir-se normalmente, preenchendo a sua função sem chegar a haver nenhuma *datio rei*”¹⁷².

Na mesma perspetiva aponta JOÃO VASCONCELOS RAPOSO, “Teremos assim, em nosso entender dois tipos contratuais claramente separados, um legal e outro socialmente típico e sem que o estabelecimento de uma natureza *real quoad effectum* para o mútuo estabeleça qualquer tipo de confusão”¹⁷³.

No que respeita à forma contratual, já encontramos uma particularidade igualitária, uma vez que a abertura de crédito está sujeito às regras de forma para o mútuo bancário¹⁷⁴.

Quanto à cessação, a abertura de crédito volta a divergir do mútuo, uma vez que se trata de uma matéria regulada no art.º 1845.º do *Código Civil Italiano*, mas para a qual não há regime legal direto, entre nós. A solução desejável reside na regulação contratual entre os contratantes¹⁷⁵⁻¹⁷⁶.

¹⁷⁰ JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, op. cit. pp. 501-502.

¹⁷¹ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, op. cit. p. 694.

¹⁷² PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, op. cit. p. 763.

¹⁷³ JOÃO VASCONCELOS RAPOSO, op. cit. p. 17.

¹⁷⁴ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, op. cit. p. 694.

¹⁷⁵ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, op. cit. p. 696.

¹⁷⁶ No mesmo sentido, veja-se a jurisprudência “I – O contrato de abertura de crédito é aquele pelo qual o banco – creditante – se obriga a colocar à disposição do cliente creditado – uma determinada pecuniária –

3. A FORMA DO CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO

Contrariamente ao exigido no contexto do Direito Civil, sendo a instituição bancária a mutuante (ou outra instituição de crédito), aplica-se o artigo único¹⁷⁷ do DL n.º 32 765, de 29 de abril 1943, que dispõem que os contratos de mútuo ou usura, seja qual for o seu valor, quando feitos por estabelecimentos bancários autorizados, podem provar-se por escrito particular, ainda mesmo que a outra parte contratante não seja comerciante¹⁷⁸.

A disposição legal vem desta forma aligeirar os requisitos de forma¹⁷⁹, com o objetivo de simplificar a forma dos contratos desta natureza, sempre que sejam celebrados por bancos, face à forma mais exigente do regime civil, vigorando assim em benefício das instituições bancárias¹⁸⁰.

Notemos que não obstante a particularidade da forma escrita exigida para os mútuos bancários estender-se pelas regras gerais, no que respeita às taxas de juro, ela sempre deve ser fixada por escrito, visto o disposto do art.º 102.º, § 1.º, do CCOM¹⁸¹.

acreditamento ou linha de crédito – por tempo indeterminado ou não, ficando o último obrigado ao reembolso das somas utilizadas e ao pagamento dos respetivos juros e comissões.

II - O contrato de abertura de crédito constitui um contrato nominado mas atípico (art.º 362.º do Código Comercial).

III – Trata-se, porém, de um contrato socialmente típico, meramente consensual, num duplo sentido: no sentido de não estar, quanto à sua formação, sujeito a qualquer exigência legal, embora a *praxis* bancária subordine a sua celebração invariavelmente a documento a escrito, e possa mesmo ser requerida a escritura pública, se a abertura de crédito incluir negócio que a exija, como sucede quando surge associada a garantias hipotecárias; no sentido de que a sua validade não se encontra dependente de qualquer ato de entrega do montante pecuniário: ao contrário do que sucede no empréstimo bancário, a abertura de crédito pode ficar perfeita com o mero acordo tendente à disponibilização daquele montante, que aliás, poderá nem sequer chegar a ser movimentado ou mobilizado pelo cliente. Dito doutra forma, a abertura da conta corrente não é um contrato *quoad constitutionem*.” in Ac. do TRC, Proc. 132/12.2TBCVL-A.C1, de 19-12-2012, relatado por o Doutor Juiz Desembargador HENRIQUE ANTUNES.

¹⁷⁷ Também PIRES DE LIMA e ANTUNES VARELA aludem ao referido artigo, vide PIRES DE LIMA/ANTUNES VARELA, *op. cit.* pp. 764-765.

¹⁷⁸ Relativamente a forma contratual, veja-se a jurisprudência “2- Independentemente do seu valor, o mútuo bancário deve ser titulado por escrito particular, que não pode ser substituído por outro meio de prova ou por outro documento que não seja de força probatória superior” in Ac. do STJ, Proc. 06A2999 de 31-10-2006, relatado por o Juiz Conselheiro NUNO CAMEIRA.

¹⁷⁹ No mesmo sentido, MENEZES CORDEIRO “o mútuo bancário tem uma forma aligeirada: nos termos do artigo único do Decreto-Lei n.º 32.765 de 29 de abril de 1943” in ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 688.

Também MENEZES LEITÃO “O mútuo bancário possui uma especialidade de forma em relação ao mútuo mercantil, de acordo com o previsto no artigo único do DL n.º 32 765, de 29 de abril de 1943” in LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 401.

¹⁸⁰ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, Coimbra, *op. cit.* pp. 182-183.

¹⁸¹ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 688.

Os contratos de mútuo bancário devem seguir o modelo aprovado pela Portaria n.º 669-A/93 de 16 de julho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 882/94 de 1 de outubro¹⁸².

Contrariamente à forma do contrato de mútuo bancário típico, *supra* mencionado, os contratos de mútuos bancários de escopo, que abordamos detalhadamente *infra*, cujo objeto do escopo exija forma legal especial, *v.g.*, os contratos de compra e venda de prédio ou fração autónoma com mútuo, acompanhados ou não de hipoteca, conforme exigido pelo DL n.º 255/93 de 15 de julho, devem ser celebrados por documento particular com reconhecimento de assinaturas de acordo com o n.º 1 do art.º 2.º¹⁸³, e registado obrigatoriamente em consonância com o art.º 3.º¹⁸⁴.

Segundo MENEZES CORDEIRO, presenciamos aqui, um primeiro caso em que as exigências do Direito Bancário vêm alterar áreas jurídicas circundantes, na medida em que são tocados princípios básicos e tradicionais do nosso ordenamento¹⁸⁵.

¹⁸² ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 689.

¹⁸³ Segundo PESTANA DE VASCONCELOS “o fim visado pelo legislador não foi, ou pelo menos não terá sido a título principal, a criação de um regime de benefício para os bancos (embora esse benefício exista, porque se simplifica a aquisição de bens nestes termos e o crédito à habitação constitui hoje uma significativa parcela da sua atividade), mas sim, facilitar o acesso à habitação, o que seria obtido neste caso pela simplificação de forma e redução de custos a quem adquire um prédio urbano para esse fim, recorrendo para o efeito ao crédito bancário.” *in* L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, 2007, *A cessão de créditos em garantia e a insolvência*, Coimbra, Coimbra Editora, *op. cit.* p. 998.

¹⁸⁴ NUNO RICARDO PINTO DA SILVA, *op. cit.* p. 407.

¹⁸⁵ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 689.

4. AS CLASSIFICAÇÕES DO CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO

4.1 Quanto à Natureza

Ao contrário do que se verifica no ramo do Direito Civil, no contexto bancário parece-nos que está implementada a prática de dispensar a entrega do dinheiro mutuado como requisito para que o contrato se considere celebrado.

Na verdade, nos mútuos bancários, a disponibilização de dinheiro é feita através do crédito na conta, operação esta que só por um acaso coincidiria com o momento em que as partes celebrem o respetivo contrato. Aliás, na *praxis* bancária, o banco só credita a conta após essa celebração. Ora, neste quadro, só muito artificialmente é que se poderá dizer que o contrato não é consensual mas real *quoad constitutionem*.

4.2 Quanto ao Prazo

Classificando o mútuo bancário quanto ao prazo¹⁸⁶, estamos perante um mútuo bancário de curto prazo, quando o prazo de vencimento não exceda um ano, de médio prazo, quando o prazo de vencimento seja superior a um ano, mas não exceda o período de cinco anos, e de longo prazo, quando o prazo de vencimento é superior a cinco anos, no âmbito dos n.ºs 1 e 2 do art.º 4.º do DL n.º 58/ 2013 de 8 de maio¹⁸⁷⁻¹⁸⁸.

Relativamente à contagem dos prazos, aplica-se o art.º 5.º do referido diploma. Devem ser contados a partir da data em que os fundos são colocados à disposição do respetivo beneficiário e findam na data estipulada para a liquidação final e integral das operações em causa, nos termos do n.º 1, sendo de carácter obrigatório a fixação da respetiva data de vencimento ou do critério para a determinação da mesma, neste caso, no contexto do n.º 5. Na possibilidade de surgir prorrogação de prazo de qualquer operação de crédito, deverá ser considerado o prazo global correspondente à totalidade do período transcorrido desde o início da operação até ao seu vencimento, de acordo

¹⁸⁶ Veja-se neste sentido MENEZES CORDEIRO, que aponta para a mesma classificação relativamente aos prazos. In ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 689. Por sua vez, CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA faz a mesma distinção. In CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, 2016, *op. cit.* p. 142.

¹⁸⁷ Anteriormente era o DL.º 344/78, de 17 de novembro que estabelecia os critérios de classificação de prazos de vencimento de créditos bancários, que foi então revogado por o presente DL.

¹⁸⁸ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 183.

com o disposto no n.º 2. No caso de renovação, conta-se um novo prazo a partir da sua data, nos termos do n.º 3¹⁸⁹.

4.3 Quanto às Garantias

Outra classificação possível respeita às garantias envolvidas no contrato de mútuo bancário, que pode ser garantido ou a descoberto, consoante o mutuante beneficie ou não de garantias dos seus créditos, sejam elas de natureza real¹⁹⁰, pessoal¹⁹¹, assentes na titularidade de um direito, ou de outra natureza¹⁹².

Seguindo a mesma classificação, nas palavras de JANUÁRIO GOMES, na contraposição de crédito garantido e crédito não garantido, o critério é o da existência ou não de garantias especiais a favor da instituição de crédito, quer se trate de garantias pessoais- *máxime* fiança- ou de garantias reais – *máxime* penhor ou hipoteca. A garantia geral constituída pelo património do cliente financiado não é considerada nesta classificação¹⁹³.

4.4 Quanto ao Mútuo concedido aos Intervenientes Contratuais

No que respeita à classificação do mútuo concedido aos intervenientes contratuais, começando por o mutuário, o mútuo pode ser classificado como crédito ao consumo ou crédito empresarial, este concedido às empresas.

Por sua vez, relativamente ao outro interveniente contratual, o mutuante, a classificação do mútuo reflete-se ao seu número, i.e., o número de mutuantes pode ser simples ou sindicados¹⁹⁴, consoante são negociados por um ou por vários bancos consorciados, no caso de montantes particularmente elevados¹⁹⁵.

¹⁸⁹ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 411-412.

¹⁹⁰ V.g. na jurisprudência uma constituição de hipoteca “O referido contrato insere uma cláusula onde se expressa que, para garantia do seu cumprimento, foi constituída hipoteca a favor da recorrente conforme constava de escritura pública de 19 de Dezembro de 1995.” *in* Ac. do STJ, Proc. n.º 08B4072, de 23-12-2008, relatado por o Juiz Conselheiro SALVADOR DA COSTA.

¹⁹¹ Veja-se também como garantia pessoal, v.g., a fiança a título jurisprudencial, que é muito frequente “16. Uma das garantias a que geralmente os bancos lançam mão é a fiança.” *in* Ac. do STJ, Proc. 3220/07.3TBGDM-A.P1.S1, de 26-06-2014, relatado por o Juiz Conselheiro JOÃO BERNARDO.

¹⁹² L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 183.

¹⁹³ MANUEL JANUÁRIO GOMES, *Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 281.

¹⁹⁴ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 184.

¹⁹⁵ JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 499.

4.5 Quanto à Modalidade de Prestação de Restituição do Capital e dos Juros

A restituição do capital pode ser realizada num só momento, decorrido prazo do mútuo, também designado de *bullet repayment*, ou a quantia ser amortizada ao longo do tempo, podendo as prestações serem constantes (*amortized repayment*), crescentes (*ballon repayment*) ou decrescentes. Os juros serão pagos decorridos um determinado período de tempo que as partes tenham acordado.

É ainda comum, em particular em alguns mútuos, com ênfase nos mútuos para habitação que as prestações de capital sejam repartidas e que se fixe um valor a ser pago mensalmente, que é composto em proporções diversas à medida que elas vão sendo satisfeitas, por capital e juros. São prestações compósitas¹⁹⁶.

4.6 Quanto à Vinculação do Mutuário relativamente ao Fim de Utilização do Capital

A presente modalidade de classificação do mútuo bancário incide sobre a vinculação do mutuário em utilizar o capital emprestado para um fim convencionalmente determinado ou não, ou seja, se estamos perante um mútuo bancário típico, também designado de simples, ou perante um mútuo bancário atípico, também designado de escopo¹⁹⁷. O mútuo bancário é um mútuo típico mercantil bancário mas pode ser um mútuo atípico se for de escopo, uma vez que os empréstimos bancários costumam ser realizados tendo em vista um fim específico a que o mutuário se obriga a aplicar as quantias mutuadas¹⁹⁸. Se for um mútuo de escopo¹⁹⁹, *in casu*, trata-se de uma

¹⁹⁶ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* pp. 184-185.

¹⁹⁷ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 184.

¹⁹⁸ Veja-se a doutrina italiana a este propósito “Para Fragali a cláusula de destinação (ou escopo) é uma especificação da função do mútuo de escopo em relação aos interesses concretos dos contratantes” *in* MARCO CAPECCHI, 1997, *La qualificazione giuridica del mutuo di scopo*, *Contratto e Impresa*, Anno 13, N.º 2, *op. cit.* p. 556.

¹⁹⁹ Relativamente ao mútuo de escopo, NUNO RICARDO PINTO DA SILVA aponta a três distinções doutrinárias. O mútuo de escopo legal, estamos perante financiamentos legalmente estabelecidos para determinados fins, em que o mutuante é uma instituição financeira e o mutuário uma entidade com requisitos legalmente estabelecidos, que fica adstrito a utilizar a quantia mutuada para os fins legalmente previstos, através de cláusula de destinação; o mútuo de escopo legal facilitado, estamos perante empréstimos concedidos por força da intervenção do estado ou de outro ente público, que atribui certas subvenções para facilitar a concessão de crédito, ou concede ele mesmo, diretamente, o referido crédito, a taxas mais baixas do que as do mercado, obrigando-se o mutuário à aplicação do financiamento a um fim determinado, que é assim objeto de incentivo público, e por fim o mútuo de escopo convencional, não há imposição legal de aplicação das quantias mutuadas a um fim convencionado, mas sim limites à

modalidade atípica do mútuo, uma vez que na sua configuração típica o mutuante fica apenas com o direito à restituição do capital e juros (uma vez que se trata de mútuo oneroso), e o mutuário com total disponibilidade para dispor livremente da coisa, o que no mútuo de escopo difere, uma vez que o mutuário não tem essa total disponibilidade mas sim uma obrigação de dispor a coisa tendente a uma finalidade²⁰⁰.

Nas palavras de JANUÁRIO GOMES, o crédito de escopo é aquele que, diversamente do que acontece com o crédito comum, é concedido para uma determinada finalidade, prevendo o contrato consequências específicas se ocorrer a fim diverso²⁰¹.

A prepósito das consequências referidas, CALVÃO DA SILVA realça a resolução do mútuo por incumprimento do escopo, a essencialidade do fim para que foi concedido o dinheiro mutuado justifica o direito de resolução do contrato por incumprimento²⁰² desse dever previsto em cláusula contratual (cláusula resolutiva expressa) ou em norma legal, com vencimento imediato da obrigação de restituição cumulada com indemnização, traduzida na perda de eventuais vantagens previstas, v.g., bonificação de juros ou benefícios fiscais²⁰³.

4.6.1 Quanto à sua Natureza

Uma das questões que se coloca no âmbito do contrato de mútuo de escopo diz respeito à natureza real ou consensual do contrato. No âmbito do Direito italiano, já se defendeu que o mútuo de escopo teria natureza consensual e não real, dado que o financiamento vem a aparecer neste contrato como objeto de uma obrigação assumida pelo financiador e não como um elemento constitutivo do contrato.

Também tem sido atribuída pela doutrina natureza sinalagmática ao mútuo de escopo, em que o argumento seria que a cláusula de destinação alteraria a natureza causal do contrato de mútuo, transformando-o num contrato de prestações corresponsivas, na medida em que a obtenção do fim visado pelas partes vem a ser controlada durante a

utilização das quantias mutuadas, resultantes da estipulação das partes. *In* NUNO RICARDO PINTO DA SILVA, *op. cit.* pp. 403-404.

²⁰⁰ NUNO RICARDO PINTO DA SILVA, *op. cit.* p. 403.

²⁰¹ MANUEL JANUÁRIO GOMES, *Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 285.

²⁰² Também a MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS se pronuncia sobre o incumprimento do escopo “Assim, nos casos em que o mutuário se obrigue a dar determinado destino ao empréstimo, a não utilização dos montantes mutuados para a finalidade acordada será considerada um incumprimento de uma obrigação contratual, geradora de responsabilidade contratual” *in* MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, *op. cit.* p. 3.

²⁰³ JOÃO CALVÃO DA SILVA, 2001, *Direito Bancário*, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 363.

fase da execução do contrato, permitindo a aplicação dos remédios próprios dos contratos sinalgmáticos em caso de não cumprimento.

Não nos parece, porém, que as especificidades do mútuo de escopo provoquem uma alteração significativa na estrutura do contrato, que leve a abandonar as qualificações apontadas para o mútuo. Efetivamente, o elemento novo é apenas a obrigação do mutuário de aplicação das quantias recebidas ao fim convencionado, e o aditamento dessa obrigação não implica alterações na estrutura do contrato²⁰⁴.

4.6.2 Os casos de mútuo de escopo

Relativamente aos vários casos de mútuo de escopo, contemplados em legislação especial encontram-se o crédito à habitação, o crédito ao consumo e o crédito ao setor das pescas.

No que respeita ao crédito à habitação²⁰⁵⁻²⁰⁶, surge o recente DL 74-A/2017, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, com a consequente revogação do DL n.º 349/98 de 11 de novembro, que até então vigorava²⁰⁷. Relativamente ao crédito ao consumo, atualmente o seu regime é regulado pelo DL n.º 133/2009, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva 2008/48/CE, de 23 de abril de 2008, tendo este diploma sido sucessivamente alterado pelo DL n.º 72-A/2010, de 17 de junho, e pelo DL n.º 42-A/2013, de 28 de março, que transpõe a Diretiva 2011/90/UE da Comissão de 14 de novembro. Quanto ao crédito do setor das pescas, é regulado pelo DL n.º 117/2000, de 4 de julho e pelo DL n.º 179/2006, de 5 de setembro²⁰⁸.

²⁰⁴ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 416-417.

²⁰⁵ Segundo JOÃO VASCONCELOS RAPOSO, no caso de contratos de mútuo inseridos no âmbito do chamado crédito à habitação, teremos um contrato de mútuo bancário de escopo enformado por especiais necessidades de tutela que limitam a autonomia privada. In JOÃO VASCONCELOS RAPOSO, *op. cit.* p. 24.

²⁰⁶ Na medida em que os contratos de crédito à habitação são celebrados com regra a cláusulas elaboradas sem prévia negociação individual e cujo conteúdo o destinatário não pode influenciar, é ainda aplicável o regime das CCG, presente no DL 446/85. In JOÃO SANTOS CARVALHO, 2018, A (hipotética) remuneração do mutuário, Efeitos das taxas de juro de referência negativas em contratos de crédito bancário, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 25-26.

²⁰⁷ Relativamente às novas questões colocadas por o novo diploma legal, nota para o período de reflexão, presente no art.º 13.º do respetivo diploma e o art.º 14.º da Diretiva 2014/17/EU, que é transposto para a ordem jurídica interna portuguesa; o dever de avaliação e solvabilidade, que é um dos temas mais aprofundados por o respetivo diploma, de acordo com o art.º 16.º, e o dever de adesão a entidades de resolução alternativa de litígios de consumo (RALC), de acordo com o art.º 38.º. In ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, Estudos de Direito Bancário I, *op. cit.* pp. 318-324.

²⁰⁸ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* pp. 416-417.

5. AS TAXAS DE JURO BANCÁRIAS

Para além da obrigação de restituição de outro tanto do mesmo género do que foi recebido (restituição do *tantundem eiusdem generis*), o mutuário incorre ainda na obrigação de pagar os juros²⁰⁹, obrigação esta que está no cerne da figura do mútuo bancário²¹⁰, constituindo deste modo mais uma particularidade que nos permite diferenciar do contrato de mútuo civil.

No âmbito das taxas de juro podemos encontrar regras específicas que se verificam no contrato de mútuo bancário. Atualmente, as taxas de juro bancárias²¹¹ estão praticamente liberalizadas²¹²: nos termos do n.º 2 do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/93, de 20 de maio de 1993,²¹³ “são livremente estabelecidas por as instituições de crédito e sociedades financeiras as taxas de juro²¹⁴ das suas operações, salvo nos casos em que sejam fixados por diploma legal”²¹⁵. Encontramos depois regras específicas, para determinada categoria de operações. Na falta de normas diversas, funcionam os limites gerais²¹⁶, vigentes no País, quanto a taxas máximas²¹⁷. No caso de ocorrer

²⁰⁹ No mesmo sentido, veja-se a MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS “Os juros constituem a forma de remuneração típica do empréstimo, sendo a respetiva taxa fixada em percentagem sobre o capital mutuado” in MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, *op. cit.* p. 5.

²¹⁰ Veja-se no mesmo sentido, ENGRÁCIA ANTUNES “O empréstimo bancário é tipicamente um negócio oneroso, vencendo juros” in JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 500.

²¹¹ O DL n.º 220/94, de 23 de agosto estabelece o regime aplicável à informação que as instituições de crédito devem prestar aos seus clientes em matéria de taxas de juro e outros custos das operações de crédito.

²¹² Vide no mesmo sentido, FERREIRA DE ALMEIDA “A natureza do mutuante (uma instituição de crédito), atuando no mercado monetário, em ambiente concorrencial e sob supervisão pública, justifica a liberdade das taxas de juro”, in CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, *op. cit.* p. 142.

²¹³ Diário da República (DR) II Série n.º 117, de 20-05-1993, por último alterado pelo Aviso n.º 4/98, de 14 de dezembro, DR-I-B n.º 292, de 19-12-1998, 6.947.

²¹⁴ “A fixação, por acordo das partes, de uma taxa e juro livre para as operações de crédito, sem indexação a taxas máximas pré-estabelecidas, não constituem usura nem viola qualquer preceito legal, nomeadamente não está em desacordo com a Lei das cláusulas contratuais gerais.” in MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, *op. cit.* p. 6.

²¹⁵ No mesmo sentido, também a jurisprudência “1. No domínio do comércio bancário, no que tange a taxa de juro, não acordando as partes diversamente, tal determina-se com referência ou indexação às taxas básicas afixadas e divulgadas, para o prazo da operação em causa, pelas instituições financeiras. 2. Prevalecendo então o que for determinado pela própria instituição financeira contratante, dado não haver sujeição à limitação imposta por o art.º 1146.º do Código Civil, conjugado com o art.º 102.º, § 2.º do Código Comercial.” in Ac. do TRC, Proc. 3892/09.4T2AGD-A.C1, de 11-03-2014, relatado por o Doutor Juiz Desembargador LUÍS CRAVO.

²¹⁶ In *casu*, FERREIRA DE ALMEIDA salienta “O cálculo da taxa de juro, que pode ser fixa ou variável, tem por referência um índice que pode resultar do mercado, por exemplo, o índice Euribor” in CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, *op. cit.* p. 142.

²¹⁷ MENEZES CORDEIRO aponta à mesma classificação relativamente aos prazos. In ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 690.

alteração legal da taxa de juro no decurso do prazo de uma operação, a nova taxa é aplicada a partir da próxima contagem de juros, exceto se as partes convencionaram solução diferente por escrito²¹⁸.

No que respeita à forma de pagamento dos juros de operações bancárias estas vêm descritas no art.º 6.º do DL 58/2013 de 8 de maio, que estabelece que regra geral o pagamento de juros será efetuado de acordo com o estipulado pelas partes²¹⁹ para o pagamento de capital e juros, sendo os juros calculados sobre o montante do capital em dívida em cada momento, nos termos do n.º 3 do referido preceito legal. Porém, existem regras diferentes para as operações de desconto de títulos de crédito, em que a cobrança de juros pode ser cobrada de forma antecipada, por dedução do valor nominal dos títulos, nos termos do n.º 1 do art.º 6.º, e para as operações de abertura de crédito, empréstimos em conta corrente e similares, em que os juros são calculados em função da utilização efetiva de fundos pelo beneficiário, de acordo com as taxas de juro contratadas, no âmbito do n.º 2.

Relativamente às consequências da mora do devedor, estabelece o art.º 8.º do referido diploma legal que, as instituições de crédito e parabancários poderão cobrar nessa situação uma sobretaxa de 3%, a acrescer à taxa de juros remuneratórios aplicável à operação²²⁰, considerando-se, na parte em que a exceda, reduzida a esse limite máximo, de acordo com o n.º 1. Essa taxa incide sobre o capital vencido e não pago, podendo incluir-se nestes os juros remuneratórios e capitalizados, de acordo com o n.º 2²²¹.

5.1 A Capitalização de Juros Vencidos, também designado de Anatocismo

O anatocismo é a prática que consiste em fazer juros de juros. Trata-se de um esquema que permite multiplicar a taxa efetiva de uma determinada operação, pelo que é valorada com alguma reserva pela lei²²². É outra especialidade presente no contrato,

²¹⁸ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 412.

²¹⁹ No mesmo sentido, veja-se ENGRÁCIA ANTUNES “as taxas de juro podem ser pagas de uma única vez ou em várias prestações” in JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, *Direito dos Contratos Comerciais*, *op. cit.* p. 500.

²²⁰ No mesmo sentido, MENEZES CORDEIRO “Os juros bancários observam o dispositivo do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 58/2013, de 8 maio. Eles consistem numa sobretaxa até 3% a aditar à taxa remuneratória aplicável à operação” in ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 690.

²²¹ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 412.

²²² ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 685.

que tende a ser admitida em função de um uso bancário, presente no art.º 560.º do CC²²³.

A lei civil²²⁴ só permite a capitalização de juros vencidos em determinadas situações: mediante convenção posterior ao vencimento ou a partir da notificação judicial feita ao devedor para capitalizar juros vencidos ou proceder ao seu pagamento sob pena de capitalização, de acordo com o n.º 1. Em todo o caso, só podem ser capitalizados juros correspondentes ao período mínimo de um ano, nos termos do n.º 2.

Todavia, no domínio específico do Direito Bancário há um regime próprio que vem derrogar a regra civil²²⁵, contemplado no art.º 7.º do DL n.º 58/ 2013 de 8 de maio. A lei admite que os bancos²²⁶ procedam à capitalização de juros remuneratórios vencidos e não pagos, se houver convenção das partes reduzida a escrito, com o limite de os mesmos não poderem ser capitalizados por períodos inferiores a um mês. Nos contratos em que tenha sido estipulada carência de pagamento de juros, não é permitida a capitalização de juros remuneratórios correspondentes a períodos inferiores a três meses, no âmbito dos n.ºs 1 e 4 do art.º 7.º do presente DL. Em qualquer das hipóteses é dispensada qualquer notificação ao devedor para o efeito, em consonância com os n.ºs 1 e 2 do art.º 7.º.

Note-se que, para efeitos de aplicação de juros moratórios, os juros remuneratórios que integram cada prestação vencida e não paga só podem ser capitalizados uma única vez²²⁷, nos termos do n.º 3 do art.º 7.º. Referimo-nos sempre a juros remuneratórios, uma vez que a capitalização de juros moratórios só é admitida

²²³ LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO, *op. cit.* p. 412.

²²⁴ No mesmo sentido, veja-se ANTUNES VARELA “O Código mantém ainda a proibição do anatocismo. A proibição não é, todavia, absoluta.” in JOÃO DE MATOS ANTUNES VARELA, *op. cit.* pp. 874-875.

²²⁵ Também na jurisprudência “I- A proibição do anatocismo não é absoluta, admitindo exceções, entre as quais a existência de regras ou de usos particulares do comércio e, designadamente, do comércio bancário, tendo a capitalização de juros pelas instituições de crédito hoje consagração legal” in Ac. do TRL, Proc. 11687/2005-6, de 15-12-2005, relatado por o Juiz Desembargador CARLOS VALVERDE.

²²⁶ Em bom rigor, o regime aplica-se “às instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições de pagamento, instituições de moeda eletrónica, e outras entidades legalmente habilitadas para a concessão de crédito e que estejam sujeitas à supervisão do Banco de Portugal”. Cfr. art.º 2.º do DL n.º 58/2013 de 8 de maio.

²²⁷ A jurisprudência vai ao mesmo encontro “VIII – E, nos termos deste DL n.º 58/2013, de 8 de maio, proíbe-se, em geral, a cobrança pelas instituições de crédito de comissões relativas ao incumprimento do devedor, apenas se permitindo que as instituições de crédito cobrem uma comissão única pela recuperação de valores em dívida, a qual é devida apenas uma vez por cada prestação vencida e não paga.” in Ac. do TRP, Proc. 8077/15.8T8PRT-A.P1, de 31-05-2016, relatado por o Doutor Juiz Desembargador LUÍS CRAVO.

mediante acordo escrito das partes e no âmbito de reestruturação ou consolidação de contratos de crédito, de acordo com o n.º 5 do art.º 7.^{o228}.

5.2 A Garantia e a Sobregarantia no Contrato de Mútuo Bancário

Qualquer contrato de mútuo pode ou não ser garantido, o que até é mais comum nos contratos de mútuo civil entre familiares que o crédito à restituição, e, eventualmente, aos juros, não se encontre assegurado.

No âmbito bancário, as instituições de crédito, ao celebrarem os respetivos contratos de mútuo bancário, têm que se colocar numa posição em que os seus créditos venham com forte probabilidade a ser satisfeitos, limitando a sua vulnerabilidade face ao incumprimento do creditado, e em particular, à insolvência, pelo que são naturalmente exigidas garantias. Pode mesmo ser condicionada a concessão de crédito à prestação prévia de garantia.

A exigência de garantias é exigida por um dever de boa gestão por parte das instituições de crédito, ora a concessão de mútuos avultados sem garantias que sejam adequadas a cobrir de forma eficaz os riscos é, em princípio, atendendo ao critério do art.º 75.º do RGICSF²²⁹, um ato de má gestão²³⁰. Quando possível, o banco recorre, não a uma, mas a mais garantias pelo mesmo crédito, articulando assim garantias reais com garantias pessoais²³¹. Assim sendo, v.g., para garantir o crédito decorrente de um mútuo a uma sociedade, o credor exigirá um penhor de créditos que esta seja titular face aos seus clientes e, em simultâneo, uma fiança do sócio gerente ou um aval numa livrança subscrita pela sociedade.

Este tipo de situação *supra* mencionada pode conduzir ao fenómeno da sobregarantia²³², ou também designada de garantia em excesso²³³. Presenciamos este

²²⁸ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, Coimbra, *op. cit.* pp. 374-375.

²²⁹ Os membros dos órgãos de administração das instituições de crédito, bem como as pessoas que nelas exerçam cargos de direção, gerência, chefia ou similares, devem proceder nas suas funções com a diligência de um gestor criterioso e ordenado, de acordo com o princípio da repartição de riscos e da segurança das aplicações e ter em conta os interesses dos depositantes, dos investidores, dos demais credores e de todos os clientes em geral.

²³⁰ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 185.

²³¹ *Vide* exemplo da referida conjunção de garantias convencionadas a título jurisprudencial “5) Por escritura pública, de “empréstimo com hipoteca e fiança”, celebrada no dia 23 de novembro de 2004, o banco exequente concedeu aos executados J (...) e A (...) um empréstimo” in Ac. do TRC, Proc. 1626/11.2TBMGR-A.C1, de 13-11-12, relatado por a Doutora Juíza Desembargadora MARIA INÊS MOURA.

²³² JANUÁRIO GOMES refere que o conceito do fenómeno da sobregarantia “visa designar e descrever situações específicas: aquelas em que, aquando da prestação da garantia, ou posteriormente, se verifica

tipo de fenómeno quando as garantias não se mantenham dentro dos limites razoáveis justificados por reais necessidades de segurança do credor garantido. *In casu*, será limitada depois a própria possibilidade de o devedor obter crédito adicional, porque não poderá recorrer a esses bens para o assegurar (e o crédito será quase sempre contra garantias), o que lhe poderá vir a causar, caso venha a carecer desse mesmo crédito, um prejuízo.

Sendo uma sobregarantia inicial, quando essa cláusula caia sobre a alçada do DL n.º 446/85, de 25 de outubro, tratando-se de relações com consumidores finais, aplica-se o disposto da al. m) do n.º 1 do art.º 22.º do presente DL, onde se incluem, no seio das cláusulas relativamente proibidas, aquelas que “estabeleçam garantias demasiado elevadas ou excessivamente onerosas em face ao valor a assegurar.” Quando a contraparte não seja consumidor final, ainda assim terá de passar pelo crivo dos arts.º 15.º e 16.º do DL n.º 445/85, sendo contrárias à boa fé aquelas que sejam excessivas, não sendo justificadas por reais necessidades do devedor²³⁴. Mas mesmo sendo individualmente negociadas, mas aqui só em casos desmedidamente limitadores da liberdade económica da outra parte, poderemos estar perante as cláusulas opressivas. Nessa eventualidade extrema, seriam nulas com o fundamento de violação da ordem pública, nos termos do n.º 2 do art.º 280.º do CC.

Caso o excesso seja superveniente, haverá o dever, por parte do credor, de fazer cessar esse excesso²³⁵. Para se constituir este dever, decorrente da boa fé, torna-se necessário não só que subsequentemente se tenha vindo a constituir uma situação de sobregarantia “efetiva”, com uma “clara e segura desproporção entre o valor do crédito e o valor dos bens responsáveis”, mas também que não se trate de uma situação provisória, mas sim permanente, o que não acontece caso, *v.g.*, se tratar de bens sujeitos a flutuações, por vezes bruscas e inesperadas²³⁶.

uma qualificada desproporção entre o valor do crédito e o valor do bem dado em garantia.” in MANUEL JANUÁRIO GOMES, 1999, Assunção Fidejussória de Dívida: sobre o sentido e o âmbito da vinculação como fiador, Lisboa, *op. cit.* p. 828.

²³³ A exigência de garantias excessivas configurará, como aponta D. LEITE DE CAMPOS (Da responsabilidade do credor na fase de incumprimento, ROA, 1992, p. 863), “eventualmente”, a “violação de um dever de boa fé na fase da negociação” citado por L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, Direito Bancário, *op. cit.* p. 186.

²³⁴ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, Direito Bancário, *op. cit.* p. 186.

²³⁵ No mesmo sentido, veja-se JANUÁRIO GOMES “Para as situações de sobregarantia subsequente ou superveniente, a solução lógica é a da pretensão parcial de liberação. A ideia é que seja reposto um equilíbrio aceitável entre o valor do crédito e a garantia prestada, uma vez que seja seguro que a diferença superveniente ocorrida não tem carácter provisório.” in MANUEL JANUÁRIO GOMES, Assunção Fidejussória de Dívida: sobre o sentido e o âmbito da vinculação como fiador, *op. cit.* pp. 830-831.

²³⁶ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, Direito Bancário, *op. cit.* p. 187.

6. OS COVENANTS

O pagamento do mútuo irá depender da capacidade financeira do mutuário, que pode sofrer diversas alterações no decurso do tempo, o que é um risco acrescido quando o período pelo qual se concede seja longo. Por esse facto, a entidade bancária não se desinteressa dessa mesma capacidade, pretendendo assim acompanhá-la para poder a cada momento precisar o risco que corre, assim como, em simultâneo, dotar-se de instrumentos que por um lado, lhe confirmem algum poder de controlo sobre o devedor, evitando assim que a sua situação patrimonial se deteriore, e por outro lado, lhe permitam fazer cessar o empréstimo, caso o risco se agrave. O conjunto, variado, de instrumentos acordado pelas partes para o referido fim é denominado por *covenants*²³⁷. Neste âmbito os *covenants* constituem vínculos obrigacionais, normalmente desenhados como imposições específicas funcionalmente ligadas à obrigação de restituição do montante financiado e ao pagamento dos juros, no âmbito do contrato de financiamento, *in casu*, no contrato de mútuo bancário. Através destas estipulações contratuais, são estabelecidas obrigações e proibições ao devedor, nomeadamente fornecimento de informação financeira, informação operacional e informação sobre factos que coloquem em causa o cumprimento do contrato²³⁸.

Relativamente às modalidades dos *covenants* é possível realizar a distinção entre os *negative covenants*, os *affirmative covenants*, os *financial covenants*, e também, os *covenants* relativos ao cumprimento por parte do devedor do empréstimo, sendo certo que nada obsta, e é até bastante comum, que num mesmo contrato se prevejam cláusulas pertencentes a qualquer destas modalidades. No que respeita aos *negative covenants*, estes dizem respeito à prestação de garantias a terceiros, à alienação de bens, assim como as cláusulas de *pari passu*. Os *affirmative covenants*, por sua vez, têm por objeto o dever de celebração de contratos de seguro, o dever de pagamento pontual dos prémios, e o dever de proteger os seus direitos de propriedade intelectual. Quanto aos *financial covenants*, estes contêm deveres de prestação de informações quanto à situação económico-financeira do devedor, limites ao endividamento, deveres de manutenção de níveis de liquidez, entre outros. Eles funcionam como “sistema de aviso prévio” da deterioração das condições do devedor. Por fim, no que concerne aos *covenants* relativos ao cumprimento por parte do devedor do mútuo, contêm disposições relativas ao cumprimento do contrato²³⁹.

²³⁷ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 187.

²³⁸ FILIPA CRISTOVÃO FERREIRA, 2014, O direito de *step-in* do financiador, *Temas de Direito Bancário II*, Coimbra, Almedina, *op. cit.* p. 66.

²³⁹ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* pp. 188-189.

Os *covenants*, com particularidade para os *financial covenants*, não conferem, em regra, logo, caso se verificar incumprimento, o direito à resolução do contrato. É comum as partes acordarem um conjunto de medidas prévias²⁴⁰, com carácter progressivo, com vista a tutelar o credor e evitar o recurso a essa medida tais como: o aumento do capital; aumento das taxas de juro do banco, como forma de compensar o risco acrescido; ou o dever de reforçar ou de prestar garantias adicionais. A resolução é, em regra, o último recurso.

Outra particularidade a destacar relativamente aos *covenants*, decorrendo de contratos, prende-se com o facto de respeitar os limites que lhes são impostos pelo ordenamento jurídico. Assume particular relevo neste contexto o abuso de direito, no âmbito do art.º 334.º do CC, a boa fé presente no n.º 2 do art.º 762.º, os limites do art.º 280.º quanto aos requisitos do objeto negocial, o n.º 2 do art.º 802.º relativamente ao cumprimento parcial e por fim as Cláusulas Contratuais Gerais (CCG).

Nota ainda para as regras societárias, relativamente a estas, terá que se aferir a validade das cláusulas comuns, pelas quais a sociedade, por via do órgão de administração, se obriga, em determinadas circunstâncias aí delimitadas, a não distribuir lucros. No nosso sistema, a competência para a distribuição de lucros é, por força da lei, da assembleia geral. Por isso, esse contrato será ineficaz face à sociedade, de acordo com o n.º 1 do art.º 260.º e n.º 1 do art.º 409.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC). Para que não o fosse, e produzisse o necessário efeito de proteção dos credores, impedindo uma deliberação posterior em sentido contrário dos sócios, seria necessário a alteração do pacto social.

Os *covenants* integram as cláusulas de *negative pledge*, as cláusulas de *pari passu*, os *events of default*, e as cláusulas de *cross default* que passamos a analisar *infra*²⁴¹.

6.1 As Cláusulas de *Negative Pledge*

Das cláusulas de *negative pledge*²⁴² (compromisso negativo) decorrem limitações à prestação de garantias a outros credores sem o consentimento do beneficiário da cláusula²⁴³.

²⁴⁰ Podemos assim concluir que “os *covenants* atribuem desde logo aos credores, sem que seja necessário verificar-se qualquer incumprimento, um considerável poder de controlo da gestão da entidade financiada.” in FILIPA CRISTOVÃO FERREIRA, *op. cit.* p. 67.

²⁴¹ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário, op. cit.* pp. 189-190.

Nas palavras de VASCO SOARES DA VEIGA, por força destas cláusulas de *negative pledge*, o devedor obriga-se a não onerar mais o seu património, i.e., a não constituir outras garantias reais sobre os seus bens ou rendimentos. O conteúdo das obrigações assumidas pelo mutuário²⁴⁴ varia de caso para caso, segundo a capacidade negocial das partes. Na prática, pactua-se que o desrespeito da obrigação decorrente da cláusula em análise confere ao mutuante a faculdade de exigir o cumprimento antecipado da totalidade do crédito.

Esta cláusula não tem nada a ver com qualquer garantia real. Não só o devedor pode assumir obrigação de conteúdo semelhante em relação a mais de um credor, como assumir em relação a outro credor obrigações de conteúdo mais gravoso. O compromisso assumido tem carácter meramente obrigacional e o credor beneficiário desse compromisso, em caso de concurso de credores concorre com o credor resultante da violação do mesmo em pé de igualdade, se ambos foram titulares de documento comprovativo dos seus créditos²⁴⁵.

Nas palavras de JOANA FORTE PEREIRA DIAS, com a aposição da cláusula de *negative pledge* o mutuante visa essencialmente dois importantes fins. O primeiro traduz-se no reforço da tutela da garantia patrimonial, evitando a sua diminuição. Relativamente ao segundo, é a cláusula funcionar como “travão” à constituição de futuros endividamentos do mutuário, assegurando-se a conservação e integridade do seu património.

Questão que assume particular relevo neste domínio, abordada por a autora, é de saber se, atendendo o fim visado pela cláusula, é legítimo que nos questionemos se não resultará já do nosso ordenamento jurídico, *maxime* do CC, um dever geral do devedor de manutenção do seu património numa situação tal que lhe permita honrar ou cumprir todos os seus créditos. Considerando a obrigação como um vínculo pessoal entre duas pessoas, pela qual uma delas fica adstrita para com outra à adoção de determinado comportamento em seu benefício, parece-nos que não pode deixar de se recusar a existência de um verdadeiro direito do credor sobre os bens do devedor. Com efeito,

²⁴² A propósito da cláusula, veja-se CARL S. BJERRE “a esperança do credor é que tal aliança irá preservar uma almofada de ativos, mantendo-a livre de oneração” in CARL S. BJERRE, *Secured transactions inside out: negative pledge covenants, property and perfection*, Vol. 84:305, *op. cit.* pp. 311-312.

²⁴³ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* p. 188.

²⁴⁴ “Do ponto de vista do mutuário, esta cláusula poderá comprometer o normal desenvolvimento da sua atividade ao implicar a proibição de oneração ou alienação de ativos ou ainda a concessão de garantias. Se for esse o caso, o mutuário deverá propor a limitação desta proibição a determinados montantes.” in MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, *op. cit.* p. 16.

²⁴⁵ VASCO SOARES DA VEIGA, 1997, *Direito Bancário*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 375-376.

consideramos, acompanhando a doutrina maioritária, que não existe um direito de crédito ou um direito “quase real” que confira ao credor a possibilidade de exigir ao devedor a manutenção do seu património com vista a cobrir o seu crédito, i.e., um direito cuja violação dê lugar a uma indemnização. Existe sim uma expectativa do credor de satisfação do crédito e de, se necessário, sucessiva agressão ao património do devedor. Podemos então afirmar que a cláusula de *negative pledge* não representa a concretização de um dever geral do devedor na conservação do seu património²⁴⁶.

6.2 As Cláusulas de *Pari Passu*

A frase latina *pari passu* significa “em passo igual” ou apenas “igualmente”. A frase *pari passu* era frequentemente usada na jurisprudência de equidade para expressar interesse das partes na alienação de ativos equitativos. Relativamente à explicação convencional do *pari passu* é que esta disposição impede o mutuário de incorrer em obrigações para com outros credores²⁴⁷. Desta forma, pelas cláusulas de *pari passu*²⁴⁸, o devedor obriga-se a que o crédito da outra parte nunca possa vir a ser graduado depois daqueles dos seus outros credores, pelo que, se lhes conceder garantias, terá que conceder uma garantia idêntica ao credor que beneficia dessa cláusula²⁴⁹. O mutuário terá, no entanto, interesse em ressaltar a possibilidade de constituir garantias que resultem do normal desenvolvimento da sua atividade, bem como a constituição de garantias reais sobre bens que, não existindo à data da celebração do contrato de mútuo, venha a adquirir para o prosseguimento da sua atividade ou para o aumento da produção.

A cláusula de “*pari passu*” também ela oriunda de contratos de Direito Inglês, como a “*negative pledge*”, é genericamente admissível no Direito Português desde que

²⁴⁶ JOANA FORTE PEREIRA DIAS, 2003, Contributo para o estudo dos atuais paradigmas das cláusulas de garantia e/ou segurança: a *pari passu*, a *negative pledge* e a *cross default*, in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles, Vol. 4.º, Coimbra, Almedina, *op. cit.* pp. 907-966.

²⁴⁷ LEE C. BUCHHEIT e JEREMIAH S. PAM, 2004, Emory Law Journal, The *pari passu* clause in sovereign debt instruments, Vol. 53, *op. cit.* pp. 871-872.

²⁴⁸ PESTANA DE VASCONCELOS também se pronuncia relativamente ao objeto da cláusula de *pari passu* “O devedor assegura ao credor que o seu crédito está em posição de igualdade com os seus outros credores. E, na eventualidade de conceder garantias a outros credores, vincula-se a conceder uma garantia idêntica ao credor que beneficie desta cláusula. Em certos casos, poderá existir um verdadeiro contrato promessa de constituição de garantia condicionada à concessão dessa garantia a outros credores. O incumprimento desta obrigação dá lugar às consequências contratualmente definidas, em geral o vencimento imediato da obrigação, ou resolução do contrato. Acresce que ela pode estar combinada com uma cláusula *cross default*.” in L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, Direito das Garantias, *op. cit.* p. 648.

²⁴⁹ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, Direito Bancário, *op. cit.* p. 188.

se limite a assegurar a manutenção da garantia patrimonial geral do mutuante face à posição de outros credores do devedor²⁵⁰.

Em sentido contrário, VASCO SOARES DA VEIGA sustenta uma posição diferente relativamente à admissibilidade das cláusulas de *pari passu*, referindo que noutros ordenamentos jurídicos, designadamente nos sistemas anglo-saxónicos, é possível ao devedor assegurar que um crédito concedido por um banco se manteria privilegiado em relação a outros créditos que lhe viessem a ser concedidos, i.e., o devedor pode, por negócio jurídico celebrado com um seu credor, pactuar um direito de preferência na graduação de créditos que lhe sejam concedidos, no entanto, tal situação não é possível em Portugal, em que a preferência entre créditos só pode resultar da constituição de direitos reais de garantia²⁵¹.

Nas palavras de JOANA FORTE PEREIRA DIAS, com a estipulação de uma cláusula desta natureza podemos, desde logo, concluir que o devedor se autolimita, se retira a possibilidade de discriminar os credores, de estabelecer quais os créditos exigíveis que irá satisfazer em primeira mão e quais satisfará depois, retirando-se, no limite, o poder que todo o devedor tem de destinar todo o seu património à satisfação de apenas um dos seus credores.

Entre nós, parece-nos que o entendimento da autora é criticável, na medida em que a presente cláusula não pode derogar as normas imperativas do CC, *in casu*, a norma presente no art.º 604.º, em sede de concurso de credores.

Outra questão que a autora suscita e esclarece, prende-se com a questão de perceber até que ponto a cláusula de *pari passu* não é mais do que uma repetição do regime legal presente no art.º 604.º do CC. Julgamos que a cláusula de *pari passu* e o art.º 604.º têm âmbitos de aplicação diferentes. O “palco” de atuação do art.º 604.º é, por natureza, posterior ou subsequente ao não cumprimento voluntário da obrigação, numa fase em que o credor exige judicialmente o seu crédito e executa o património do devedor. A sua função, é por isso, de cariz curativo, o seu destinatário primeiro é o juiz, que se encontra vinculado a observar a regra de que todos os credores estão em pé de igualdade. A cláusula de *pari passu*, pelo contrário, tem uma função essencialmente preventiva. O seu destinatário, aquele que vincula, é o devedor (mutuário), que se obriga a assegurar ao credor (mutuante) beneficiário da cláusula o acesso em pé de igualdade do património com todos os demais credores comuns, obrigando-se a não lhes conferir melhor tratamento durante todo o período contratual. Ora é precisamente esta função preventiva, o seu primeiro destinatário, e o *tempus* ou momento do seu

²⁵⁰ MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, *op. cit.* p. 18.

²⁵¹ VASCO SOARES DA VEIGA, *op. cit.* p. 376.

acionamento que vão atribuir um conteúdo útil à cláusula de *pari passu* face ao regime legal presente no art.º 604.²⁵².

6.3 O Vencimento Antecipado e a sua relação com os *Events Of Default*

Nos contratos de elevados montantes é muito comum as partes preverem um conjunto de factos que qualificam como *events of default*, onde se inclui, v.g., o incumprimento da obrigação principal²⁵³, de juros de outras obrigações, ou, mais em geral, outros eventos não imputáveis ao devedor previstos nos *covenants*. Verificando-se um deles, ou se vence de imediato a obrigação de pagar²⁵⁴ (por vezes, logo extinta através do recurso ao *close-out netting*) ou, alternativamente, gera-se uma situação de exigibilidade antecipada²⁵⁵.

A distinção é da maior importância, porque o credor poderá neste último caso decidir se “acelera” ou não o contrato. O que tem todo o relevo, uma vez que a

²⁵² JOANA FORTE PEREIRA DIAS, *op. cit.* pp. 907-927.

²⁵³ *Vide* o exemplo jurisprudencial de vencimento antecipado por falta de pagamento de uma prestação no contrato de mútuo “I- O vencimento imediato de todas as prestações ainda em dívida, por falta de pagamento de uma delas, é justificado com a quebra da relação de confiança em que assenta o plano de pagamento calendarizado.

II- Mas o credor não está dispensado de interpelar o devedor para que este cumpra imediatamente a totalidade da dívida, manifestando assim a vontade de aproveitar o privilégio do vencimento antecipado de todas as prestações vincendas.” *in* Ac. do TRL, Proc. 7543/2007-1, de 22-01-2008, relatado por o Doutor Juiz Desembargador JOÃO AVEIRO PEREIRA.

²⁵⁴ Veja-se a questão suscitada por a MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, relativamente à abrangência do vencimento antecipado “Coloca-se, contudo, a questão de saber se o vencimento antecipado, previsto no art.º 781.º do CC abrange apenas a totalidade da dívida ou se, pelo contrário, implica também o vencimento imediato da totalidade dos juros remuneratórios. A jurisprudência mais recente constante do STJ vai no sentido de considerar que o art.º 781.º se aplica exclusivamente às prestações de capital. Veja-se nesse sentido: Ac. do STJ de 19 de abril de 2005, Ac. do STJ de 27 de abril de 2005 e Ac. do STJ de 11 de novembro de 2005. Nos termos deste último, os juros “constituem uma remuneração do capital calculada em função do valor do mesmo e do decurso de um certo lapso temporal, sem o que o crédito não existe (...) o vencimento da totalidade da dívida de capital tem como consequência deixarem de ser devidos a partir desse momento quaisquer juros remuneratórios, pois cessa então a privação do uso do capital”. Assim o “art.º 781.º do CC (...) é inaplicável em prestações em que se incluem juros moratórios, o não pagamento dos juros incluídos nessas prestações não implica o vencimento imediato dos incluídos nas prestações vincendas” *in* MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, *op. cit.* pp. 22-23.

²⁵⁵ “O vencimento antecipado constitui, assim, um meio alternativo ou anterior à resolução do contrato. Normalmente será preferível para o mutuante optar pelo vencimento antecipado em vez de resolver o contrato. Na verdade, embora antes ambos os mecanismos conduzam à restituição do montante mutuado, o vencimento antecipado ainda permite o cumprimento” *in* MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, *op. cit.* p. 23.

“aceleração” do contrato, com o vencimento da obrigação, levará, como veremos já de seguida, a acionar as cláusulas de garantia, por via do *close-out netting*²⁵⁶⁻²⁵⁷, e poderá ter efeitos nos outros contratos entre essas partes, e entre elas e terceiros, por via das cláusulas de *cross default*²⁵⁸.

Nem sempre, no entanto, os *events of default* conferem ao credor o direito de exigir de imediato o cumprimento da obrigação de restituir o capital ou provocam o seu vencimento imediato. São, muitas vezes, inseridas nesses contratos cláusulas pelas quais se concede ao devedor um prazo adicional para repor a situação, v.g., o fazer o pagamento em atraso. Só subsequentemente se verificará, incumprindo o devedor, o *event of default*²⁵⁹.

6.4 As Cláusulas de *Cross Default*

Muito comuns, e especialmente gravosas, são as cláusulas de *cross default* (incumprimento cruzado). Podendo embora ter um conteúdo mais ou menos amplo, pode dizer-se, em termos gerais, que conferem ao mutuante o direito de exigir o cumprimento imediato da obrigação (a chamada “aceleração” do contrato) de um determinado contrato, se o devedor incumprir uma obrigação de um outro contrato, celebrado com ele ou terceiro²⁶⁰⁻²⁶¹. A cláusula pode ser alargada ao incumprimento de

²⁵⁶ Relativamente às cláusulas de *close-out netting* “funcionam da seguinte forma: o *event of default* (facto que desencadeia a execução: o não cumprimento do contrato ou “qualquer outro facto a que as partes atribuem efeito análogo” – art.º 12.º n.º 2 do DL n.º 105/2004, de 8 de maio) provoca uma “aceleração” das obrigações desse contrato, ou seja, para além do vencimento antecipado da obrigação de restituir o capital, vence-se igualmente a obrigação de restituição do valor da garantia²⁵⁶ e extingue-se ambos os critérios por compensação. Esta figura, de grande relevo prático, encontra-se prevista no regime dos contratos de garantia financeira (art.º 12.º do DL n.º 105/2004, de 8 de maio.” in L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *op. cit.* p. 194.

²⁵⁷ A propósito do *close-out netting*, veja-se o Parecer do Comité Económico e Social sobre a “Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 89/647/CEE do Conselho no que diz respeito ao reconhecimento, a nível da supervisão, dos contratos de novação e dos acordões de compensação (“*Contractual Netting*”) in Documento 51944AC1001, Jornal Oficial n.º C 393 de 31/12/94, p. 0030, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A51994AC1001>.

²⁵⁸ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *op. cit.* p. 190.

²⁵⁹ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *op. cit.* pp. 190-191.

²⁶⁰ No mesmo sentido, veja-se BRUNO FERREIRA “Uma das cláusulas mais frequentes na prática bancária é precisamente esta cláusula de incumprimento cruzado, (chamada de *cross default*), nos termos da qual ocorre a exigibilidade antecipada sempre que o mutuário se encontra em incumprimento ou mora das suas dívidas financeiras” in BRUNO FERREIRA, *op. cit.* p. 222.

Também JOANA FORTE PEREIRA DIAS “É a cláusula que reconhece ao credor a possibilidade de exigir o vencimento antecipado do empréstimo e consequentemente, se for caso disso, rescindir o contrato, pelo facto de o devedor não ter cumprido tempestivamente outros empréstimos ou porque

obrigações, não só pelo próprio devedor, como também pelas sociedades por ele detidas.

Nessa medida, o incumprimento de um contrato, ou melhor, a verificação de um *event of default*, que como vimos, pode não se tratar de um incumprimento do devedor, tem efeitos imediatos, por força da cláusula *cross default*, noutro ou noutros contratos com o mesmo ou diferentes credores, provocando, ou podendo provocar, um verdadeiro “efeito dominó” sobre todas as relações contratuais entre esses sujeitos, eventualmente alargada à relação entre o devedor e terceiros.

Recorrendo a um simples exemplo: A celebra um contrato de mútuo com B e outro com C, com vencimentos diversos. Verificando-se o incumprimento da obrigação de restituir a quantia, ou de pagar os juros do contrato celebrado com B, esse incumprimento, devido à existência da cláusula de *cross default* no outro contrato, confere ao credor²⁶² C o direito de exigir o cumprimento imediato da obrigação de restituição daí emergente, ou conforme o acordado, o vencimento imediato dessa obrigação²⁶³. A razão de ser é clara: se já incumpriu outros contratos de mútuo, a probabilidade de incumprir também aquele é bastante elevada²⁶⁴, não pretendendo esse credor ficar em pior situação que os outros no caso de um incumprimento posterior. Por outro lado, funciona, dadas as suas consequências, como um meio dissuasório muito eficaz de incumprimento²⁶⁵.

De todo o modo, a “aceleração” ilícita de um outro contrato, com base num *event of default* inexistente, não permite, que um outro mutuante venha, por sua vez, a acionar a cláusula de *cross default*. Claro está que para os outros contraentes será difícil saber se a exigência de cumprimento no primeiro contrato é ou não lícita. Havendo dúvidas, dado o carácter extremamente gravoso da cláusula, em regra, deverão abster-se de o fazer antes de a situação se clarificar, o que significa poder-se afirmar com um adequado

ocorreram determinados factos que provocaram o seu vencimento antecipado.” in JOANA FORTE PEREIRA DIAS, *op. cit.* p. 907.

²⁶¹ A sua definição na jurisprudência “I- A denominada cláusula *cross default* que hoje é utilizada em contratos financeiros ou bancários é aquela que permite ao credor exigir de imediato a prestação do devedor no contrato que a prevê, com fundamento na verificação do incumprimento de uma outra obrigação do devedor noutro contrato celebrado.” in Ac. do TRP, Proc. 1897/14.2T2AGD-A.P1, de 27-09-2017, relatado por a Doutora Juíza Desembargadora INÊS MOURA.

²⁶² PESTANA DE VASCONCELOS salienta “Esta cláusula traduz um reforço da posição do credor pelo seu carácter compulsório” in L. Miguel Pestana De Vasconcelos, *Direito das Garantias*, *op. cit.* p. 650.

²⁶³ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito das Garantias*, *op. cit.* pp. 649-650.

²⁶⁴ Relativamente à probabilidade de novo incumprimento, veja-se FILIPA CRISTOVÃO FERREIRA “o *cross default* é utilizado como cláusula de exigibilidade antecipada inclusivamente por constituir um indício de que a mutuária se encontra em dificuldades financeiras, podendo também vir a faltar ao cumprimento do contrato em causa.” in FILIPA CRISTOVÃO FERREIRA, *op. cit.* p. 62.

²⁶⁵ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* pp. 191-192.

nível de certeza que se verificou esse *event of default*. É, portanto, uma exigência decorrente da boa fé. Parece-nos igualmente obvio que a invocação ilícita de um *event of default* para exigir o vencimento antecipado da obrigação pode dar lugar, devido a estas cláusulas de *cross default* incluídas nos outros contratos do mesmo devedor, a danos enormíssimos ao devedor a serem indemnizados. Aliás, justamente porque a invocação de um *event of default*, representa a “sentença de morte financeira” do devedor, dada generalização de cláusulas de *cross default*, ela é utilizada em regra, pelo mutuante somente como base para uma renegociação, numa posição de superioridade, dada a ameaça do seu exercício.

Um outro aspeto está relacionado com a conformação específica destas cláusulas. Elas decorrem da liberdade contratual, podendo ser mais ou menos gravosas. Neste quadro, constitui um aspeto muito relevante que a cláusula não possa ser acionada quando, embora se tenha verificado um *event of default* num outro contrato, nos termos nele definidos, esse credor não tenha optado por recorrer a ela para provocar a “aceleração” do contrato, exigindo o cumprimento imediato da obrigação daí decorrente. Com efeito, ele pode contentar-se com a manutenção da situação de incumprimento do devedor sem provocar esse efeito. Por isso, neste circunstancialismo, o *event of default* não se estende aos outros contratos, não sendo acionadas as cláusulas de *cross default* aí inseridas²⁶⁶.

Estas cláusulas *cross default* são típicas da relação banca/empresas, pelo que a sua adaptação a contratos com consumidores será, na generalidade dos casos, embora se admita que possa haver alguma circunstância excecional que justifique uma das suas modalidades menos gravosas, de afastar. Notemos que, será necessário ainda ter em conta as necessidades de quem recorre a estas cláusulas, nomeadamente a existência de garantias que assegurem já suficientemente a posição do credor. Por fim, os próprios setores de atividade. Elas encontram, em especial as mais gravosas, espaço no âmbito dos mercados financeiros ou em operações de financiamento bancário complexo. Com efeito, mandam exigências de boa fé que nos outros casos se conceda pelo menos um período de tempo razoável para a contraparte repor a situação, caso o possa fazer.

Tal como sucede com os *covenants*, cada uma destas cláusulas tem que ser filtrada, atendendo aos diferentes setores que acabámos de referir, pelos diversos instrumentos de controlo de sistema. Deste modo, sempre que estejamos perante CCG, o que nem sempre sucederá com contratos que envolvam valores mais elevados, em que as partes negociarão as cláusulas ponto a ponto, elas terão de passar por o crivo do DL n.º 446/85, de 25 de outubro. Nesse quadro uma cláusula de *cross default* muito abrangente, que não seja indiscutivelmente exigida pelas especificidades próprias

²⁶⁶ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, *Direito Bancário*, *op. cit.* pp. 192-193.

daquele particular contrato, dado o seu carácter excessivo e não necessário para a consecução da finalidade do negócio, gera sérias dúvidas quanto à sua validade. Haverá ainda, em termos gerais, que tomar em conta os limites do objeto negocial, de acordo com o art.º 280.º, do exercício do direito, presente no art.º 334.º, e como não poderia deixar de ser, da boa fé, presente no n.º 2 do art.º 762.º.

Acrescente-se ainda que nestes contratos a obrigação de restituição do capital (e a dos juros) estará, na generalidade das vezes, garantida, sendo comum as partes recorrerem a cláusulas de *close – out netting*, como já explicadas *supra*²⁶⁷⁻²⁶⁸.

No mesmo sentido, VASCO SOARES DA VEIGA aborda a presente cláusula, começando por a sua admissibilidade, embora não se encontre tipificada no nosso ordenamento jurídico, esta cláusula que temos visto introduzir com certa frequência em contratos bancários, *in casu*, de mútuo, parece-nos ser a única defensável face ao nosso CC.

Estabelecem-se as obrigações que o devedor assume perante o banco quanto à operação concreta pactuada, mas, para além dessas obrigações diretamente relacionadas com a operação contratada, as partes (banco e cliente) pactuam que o incumprimento de obrigações assumidas pelo cliente em relação a outras operações, pactuadas ou não com o mesmo banco, implicará o vencimento antecipado das obrigações contratadas com o banco com a operação em causa. No fundo, o banco concede um crédito a um seu cliente envolvido em outras operações, na persuasão de que o seu cliente irá pontualmente honrar tais compromissos, o que, a não se verificar, poderá criar uma situação de incumprimento generalizado, que pode conduzir até uma situação falimentar. O banco convencionava então com o seu cliente, no contrato que lhe concede crédito, que o contrato se resolverá, não obstante o devedor ter cumprido as suas obrigações perante a instituição de crédito concedente do empréstimo, em caso de incumprimento perante qualquer outro credor, que pode ser ou não outra instituição de crédito. Tratar-se-á, neste caso, da resolução do contrato atribuído a uma das partes por convenção, nos termos do art.º 432.º.

²⁶⁷ No mesmo prepósito, o *close- out netting* é um instrumento contratual que contribui para a redução do risco do crédito entre as partes- o risco da contraparte de não cumprir as suas obrigações na data de vencimento, ou em momento posterior, permitindo a compensação de posições devedoras com posições credoras. In ANDRÉ DE SOUSA VIEIRA e SOFIA SANTOS MACHADO, 2010, La contratación de instrumentos financieros derivados en Portugal, Revista de Derecho Bancario núm. 19 y Bursátil, *op. cit.* 202-203, disponível em https://www.abreuadvogados.com/xms/files/05_Comunicacao/Artigos_na_Imprensa/Revista_de_derecho_bancario_y_bursatil.pdf.

²⁶⁸ L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS, Direito Bancário, *op. cit.* p. 193.

O art.º 780.º permite ao credor, estabelecida a tal cláusula, a exigência do cumprimento imediato da obrigação, não obstante o prazo estabelecido a favor do devedor. Não se trata pois, de qualquer preferência estabelecida a favor do credor, mas sim de uma garantia de natureza puramente obrigacional²⁶⁹.

Na perspetiva de JOANA FORTE PEREIRA DIAS a cláusula de *cross default* visa três fins: o importantíssimo alcance de evitar que o facto de um crédito não estar vencido impeça o respetivo credor de concorrer à garantia patrimonial comum; reservar-se o direito de pedir a exigibilidade imediata, e por fim, visa uma atuação prévia, preventiva e célere²⁷⁰.

Outro aspeto que a autora salienta prende-se com o risco de a cláusula passar despercebida por o mutuário. A cláusula pode não ter sido comunicada ao mutuário, ou comunicada de forma deficiente, sendo possível que nos deparemos perante um efeito surpresa da cláusula. Neste contexto o diploma das CCG poderá funcionar como um valioso instrumento para tutelar este tipo de situações²⁷¹.

²⁶⁹ VASCO SOARES DA VEIGA, *op. cit.* p. 377.

²⁷⁰ JOANA FORTE PEREIRA DIAS, *op. cit.* pp. 1014-1016.

²⁷¹ JOANA FORTE PEREIRA DIAS, *op. cit.* pp. 1016-1017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Analisando o contrato de mútuo no contexto do Direito Civil, em confronto com o contrato de mútuo no Direito Bancário, podemos concluir que existem particularidades comuns que contribuem para a uniformização dos contratos uma vez que o contrato de mútuo bancário se traduz numa modalidade do contrato de mútuo civil. No entanto podemos também observar particularidades que contribuem para distanciar/ diferenciar as duas modalidades contratuais.
2. Desde logo no que concerne à sua regulamentação legal, ao contrato de mútuo no Direito Civil o regime jurídico aplicável é o do nosso CC, nomeadamente as disposições do art.º 1142.º ao 1156.º. Ao contrato de mútuo no Direito Bancário o regime aplicável é o regime geral do mútuo civil oneroso e o presente no DL n.º 344/78, de 17 de novembro, sendo o regime específico daquelas disposições que regulam diretamente o contrato de mútuo celebrado por uma entidade bancária, ou outra instituição financeira com capacidade creditícia.
3. Atendendo ao plano dos intervenientes contratuais, podemos encontrar uma particularidade diferenciadora entre os dois contratos. Enquanto no ramo do Direito Civil estamos familiarizados com a designação de mutuante e mutuário, no ramo do Direito Bancário encontramos uma designação, digamos que “adicional”, na medida em que continuamos a ter as denominações de mutuante e mutuário, no entanto, estes surgem contratualmente designados por “Cliente” e “ Banco” (ou a designação de outra instituição financeira com capacidade creditícia), o que se compreende, tendo em conta a natureza comercial da entidade mutuária.
4. No âmbito do objeto contratual de cada modalidade, enquanto o contrato de mútuo no contexto do Direito Civil, o objeto é dinheiro ou coisas fungíveis, no contrato de Direito Bancário o seu objeto delimita-se somente a dinheiro, o que entre nós faz todo o sentido, por a sua conexão com a atividade bancária e comercial, perdendo assim força enquanto objeto as outras coisas fungíveis descritas no nosso art.º 207.º.

5. Relativamente à forma do contrato exigida para cada modalidade, ao celebrar o contrato de mútuo civil temos de obedecer às exigências legais preceituadas no art.º 1143.º, ou seja, documento assinado por o mutuário, escritura pública ou DPA, consoante o valor mutuado. Por sua vez, para a celebração do contrato de mútuo bancário presenciamos a um aligeiramento dos requisitos de Forma, sendo bastante escrito particular para a sua concretização, por força do art.º único do DL n.º 32 765, de 29 de abril 1943. No entanto, se estivermos perante o contrato de mútuo bancário de escopo que incida na compra e venda, com ou sem hipoteca, referente a prédio urbano destinado a habitação, ou fração autónoma para o mesmo fim, desde que o mutuante seja uma instituição autorizada a conceder crédito à habitação, a exigência legal de forma é documento particular com reconhecimento de assinaturas, por força do art.º 2.º do DL 255/93 de 15 de julho.
6. O contrato de mútuo civil é qualificado como um contrato real *quoad constitutionem*, exigindo assim a tradição da coisa como elemento constitutivo do contrato. Por sua vez, no contrato de mútuo bancário existe uma ausência do cariz real *quoad constitutionem*, não se verificando como requisito para a sua concretização. Curiosamente, no contexto do contrato de mútuo bancário de escopo, defende-se a continuidade da sua natureza real *quoad constitutionem*, com o fundamento que não são as especificidades do mútuo de escopo que vão provocar uma alteração significativa na estrutura do contrato, que leve a abandonar as qualificações apontadas para o mútuo.
7. Existem determinadas classificações que se aplicam no contexto do contrato de mútuo bancário, e não são aplicáveis no âmbito do contrato de mútuo civil. É o caso da classificação do prazo, no contexto bancário é classificado como mútuo de curto, médio e longo prazo, ao contrário do que sucede no mútuo civil, que não se verifica a respetiva classificação.
8. Ao contrário do que se verifica no contrato de mútuo civil, o contrato de mútuo bancário é inúmeras vezes celebrado com a vinculação do mutuário em utilizar o capital mutuado para um determinado fim, o designado mútuo bancário de escopo, que constitui uma modalidade especial do mútuo bancário. A celebração do contrato pode incidir em três modalidades: crédito à habitação, crédito ao consumo e crédito ao setor das pescas.

9. No momento da celebração do contrato de mútuo civil, a lei permite convencionar o pagamento de juros como retribuição do mútuo, ou não, por parte do mutuário, podendo assim o contrato assumir uma característica onerosa ou gratuita, consoante a vontade das partes. Em sentido contrário, o contrato de mútuo bancário assume sempre uma característica onerosa, na medida em que o cliente incorre sempre na obrigação de pagar juros, não é por acaso que o mútuo bancário é composto pelas disposições do regime geral do mútuo civil oneroso.
10. Na celebração do contrato de mútuo civil, a estipulação de taxas de juro anuais que excedam os juros legais, acrescidos de 3% ou 5%, conforme exista ou não garantia real, leva a que o contrato seja considerado usurário, existindo assim uma limitação da estipulação de juros. Por sua vez, a estipulação das taxas de juro na celebração do contrato de mútuo bancário encontram-se praticamente liberalizadas.
11. A prática do anatocismo no contrato de mútuo no direito civil é proibida, sendo só possível através de exceção legal. No contrato de mútuo no direito bancário não existe a proibição desta prática, surgindo assim um regime próprio que vem derogar a regra civil. Assistimos assim a uma liberalização da sua prática. Podemos então concluir que, com maior facilidade assistimos à prática do anatocismo no contexto bancária e com maior dificuldade conseguimos presenciar a sua prática no contexto civil.
12. A respeito da constituição de garantias contratuais, confrontando o contrato de mútuo civil com o contrato de mútuo bancário, podemos concluir que no direito civil é mais comum nos contratos que o crédito à restituição, e, eventualmente, aos juros, não se encontre assegurado, não sendo convencionado qualquer tipo de garantia, quando comparado ao direito bancário, são sempre exigidas a constituição de garantias, constituindo um dever de boa gestão bancária, onde a entidade bancária procura obter, quando possível, mais do que apenas uma garantia por um crédito bancário, podendo assim conduzir ao fenómeno da sobregarantia, ou também designada de garantia em excesso, como tivemos a oportunidade de analisar.

13. Quando confrontado o contrato de mútuo no Direito Civil face ao contrato de mútuo no Direito Bancário, podemos afirmar que o mútuo bancário exige uma avaliação da capacidade financeira do mutuário muito mais cuidada e pormenorizada face ao mútuo civil, existindo um acompanhamento da entidade bancária posterior à celebração do contrato para poder precisar o risco que corre no respetivo cumprimento. Surgem assim instrumentos de controlo sobre o devedor, os designados *covenants*, onde se integram as cláusulas de *pari passu*, as cláusulas de *negative pledge*, os *events of default* e as cláusulas de *cross default*.
14. Não obstante o facto do contrato de mútuo bancário ser uma modalidade do contrato de mútuo civil, e existir particularidades comuns entre os dois contratos, nomeadamente o facto de ao mútuo bancário se aplicar as disposições do regime geral do mútuo civil oneroso que tenha por objeto dinheiro, o que nos leva a poder afirmar que o regime material do mútuo bancário é, essencialmente o regime do mútuo civil, a particularidade comum que mais destaque alcança, já mais podemos afirmar que a celebração do contrato de mútuo civil, que apresenta um conteúdo mais típico e fixo, se traduz no mesmo ato que a celebração do contrato de mútuo bancário, o qual deve ser reconhecido de forma autónoma, pois os conteúdos contratuais bancários são mais ricos e pormenorizados, implicando uma análise mais individualizada, como podemos confrontar nas respetivas minutas de contrato em anexo, a minuta de contrato de mútuo civil presente no Anexo 1, e a minuta de contrato de mútuo bancário, por sua vez presente no Anexo 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio De, 2016, *Direito das Obrigações*, 12.^a ed., Coimbra, Almedina.

ALMEIDA COSTA, Mário Júlio De, 2013, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, 6.^a ed., Coimbra, Almedina.

ANTUNES, José Engrácia, 2017, *Direito dos Contratos Comerciais*, Coimbra Almedina.

ANTUNES, José Engrácia, 2011, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, Vol. II, Coimbra, Almedina.

ANTUNES VARELA, João de Matos, 2017, *Das Obrigações em geral*, 10.^a ed., Vol. I, Coimbra, Almedina.

BASTOS, Miguel Brito, 2015, *O Mútuo Bancário: ensaio sobre a sua estrutura sinalagmática*, 1.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.

BJERRE, CARL S., Secured transactions inside out: negative pledge covenants, property and perfection, Vol. 84:305, disponível em https://law.uoregon.edu/images/uploads/entries/Carl_S._Bjerre_secured_trans.pdf, acessado a 9 de março de 2018.

BUCHHEIT e PAM, Lee C. e Jeremiah S., 2004, *Emory Law Journal*, The pari passu clause in sovereign debt instruments, Vol. 53, disponível em https://www.researchgate.net/publication/228392459_Pari_Passu_Clause_in_Sovereign_Debt_Instruments_The, acessado a 9 de março de 2018.

CAPECCHI, Marco, 1997, *La qualificazione giuridica del mutuo di scopo*, Contratto e Impresa, Anno 13, N.º 2.

CARVALHO, João Santos, 2018, *A (hipotética) remuneração do mutuário. Efeitos das taxas de juro de referência negativas em contratos de crédito bancário*, Coimbra, Almedina.

CEBOLA, Cátia Sofia Marques, 2018, *Casos Práticos de Solicitadoria*, Coimbra, Almedina.

DIAS, Joana Forte Pereira, 2003, *Contributo para o estudo dos atuais paradigmas das cláusulas de garantia e/ou segurança: a “pari passu”, a “negative pledge” e a “cross default”*, in *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Vol. 4.º, Coimbra, Almedina.

- FERREIRA, Bruno, 2011, Contratos de Créditos Bancário e Exigibilidade Antecipada, Coimbra, Almedina.
- FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, 2016, Contratos II, Conteúdo, Contratos de troca, 4.^a ed., Coimbra, Almedina.
- FERREIRA, Filipa Cristóvão, 2014, O direito de *step-in* do financiador, Temas de Direito Bancário II, Coimbra, Almedina.
- GOMES, Manuel Januário, 1999, Assunção Fidejussória de Dívida: sobre o sentido e o âmbito da vinculação como fiador, Teses de Doutoramento, Lisboa.
- GOMES, Manuel Januário, 2012, Contratos Comerciais, Coimbra, Almedina.
- JUSTO, A. Santos, 2017, Manual de Contratos Cíveis, Vertentes Romana e Portuguesa, *Petrony* Editora.
- JUSTO, A. Santos, 2018, Manual de Direito Privado Romano, 2.^a ed., *Petrony* Editora.
- JUSTO, A. Santos, 2011, O Mútuo no Direito Romano, Algumas Notas Romanas no Direito Português, disponível em <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/ldp/article/view/2056/2171>, acedido a 9 de março de 2018.
- LIMA E VARELA, Pires De e Antunes, 1997, Código Civil Anotado, 4.^a ed., Vol. II, Coimbra Editora.
- MACEDO VITORINO & ASSOCIADOS, 2009, A Negociação de Contratos de Financiamento, disponível em https://www.macedovitorino.com/xms/files/35-A_Negociacao_de_Contratos_de_Financiamento.pdf, acedido a 9 de março de 2018.
- MARTINEZ, Pedro Romano, 2017, Da Cessação do Contrato, 3.^a ed., Coimbra, Almedina.
- MARTINEZ, Pedro Romano, 2017, Direito das Obrigações, 5.^a ed., Lisboa, AAFDL Editora.
- MATOS, Fernando Jorge Marques De, 2006, Contrato de Comodato, Coimbra, Almedina.
- MENEZES CORDEIRO, António, 2016, Direito Bancário, 6.^a ed., Coimbra, Almedina.
- MENEZES CORDEIRO, António, 2018, Estudos de Direito Bancário I, Coimbra, Almedina.
- MENEZES CORDEIRO, António, 2016, Tratado de Direito Civil VII, Direito das Obrigações, Coimbra, Almedina.
- MENEZES LEITÃO, Luís Manuel Teles de, 2016, Direito das Obrigações, 11.^a ed., Vol. III, Coimbra, Almedina.

PRATA, Ana, 2017, Código Civil Anotado, Vol. I, Coimbra, Almedina.

PRATA, Ana, 2009, Dicionário Jurídico, 5.^a ed., Vol. I, Coimbra, Almedina.

RAPOSO, João Vasconcelos, 2016, Crédito hipotecário, incumprimento e execução no contexto da crise financeira, Coimbra, Almedina.

CALVÃO DA SILVA, João, 2001, Direito Bancário, Coimbra, Almedina.

SILVA, Nuno Ricardo Pinto da, 2015, Contrato de mútuo: natureza jurídica e particularidades, Universidade Lusíada, disponível em http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1697/1/LD_12_15.pdf, acedido a 9 de março de 2018.

TELLES, Inocêncio Galvão, 1997, Direito das Obrigações, 7.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora.

VASCONCELOS, L. Miguel Pestana De, 2007, A cessão de créditos em garantia e a insolvência, Coimbra, Coimbra Editora.

VASCONCELOS, L. Miguel Pestana De, 2017, Direito Bancário, Coimbra, Almedina.

VASCONCELOS, L. Miguel Pestana De, 2017, Direito das Garantias, 2.^a ed., Coimbra, Almedina.

VASCONCELOS, Pedro Pais de, 2009, Contratos Atípicos, Teses de Doutoramento, Coimbra, 2.^a ed., Coimbra, Almedina.

VAZ SERRA, Adriano Pais da Silva, 1960-1961, Notas Acerca do Contrato de Mútuo, in RLJ n.º 93, Coimbra, Coimbra Editora.

VAZ SERRA, Adriano Pais da Silva, 1957, Resolução do Contrato, BMJ, n.º 68, Lisboa.

VEIGA, Vasco Soares Da, 1997, Direito Bancário, 2.^a ed., Coimbra, Almedina.

VIEIRA e MACHADO, André de Sousa e Sofia Santos, 2010, La contratación de instrumentos financieros derivados en Portugal, Revista de Derecho Bancario núm. 119 y Bursátil, op. cit. pp. 202-203, disponível em https://www.abreuadvogados.com/xms/files/05_Comunicacao/Artigos_na_Imprensa/Revista_de_derecho_bancario_y_bursatil.pdf, acedido a 4 de abril de 2018.

Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 89/647/CEE do Conselho no que diz respeito ao reconhecimento, a nível da supervisão, dos contratos de novação e dos acordos de compensação (“Contractual Netting”), Documento 51994AC1001, Jornal Oficial n.º C 393 de 31/12/1994 p. 0030, disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A51994AC1001>, acedido a 9 de março de 2018.

JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal de Justiça

Acórdão Uniformizador do STJ, Processo n.º 08A1992 de 25 de março de 2009, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro CARDOSO DE ALBUQUERQUE, disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/746f99ffe9647bc2802575a500484338?OpenDocument>.

Acórdão do STJ, Processo n.º 06A3420 de 21 de novembro de 2006, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro BORGES SOEIRO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/112c3774fe0a55c28025729200513f60?OpenDocument>.

Acórdão do STJ, Processo n.º 06A2999 de 31 de outubro de 2006, relatado por o Juiz Conselheiro NUNO CAMEIRA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/0/04cb3bd4d23ffa89802572270054ec9d?OpenDocument>.

Acórdão do STJ, Processo n.º 08B4072, de 23 de dezembro de 2008, relatado por o Juiz Conselheiro SALVADOR DA COSTA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/2cc4af0d51e25da580257537003c2d11?OpenDocument>.

Acórdão do STJ, Processo n.º 3220/07.3TBGDM-A.P1.S1, de 26 de junho de 2014, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro JOÃO BERNARDO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/7a9ef4e160a1816d80257d08005acd62?OpenDocument>.

Acórdão do STJ, Processo n.º 43990/98.6TVLSB.L1.S1, de 26 de setembro de 2013, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro TAVARES DE PAIVA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/874322f6cfda064580257bf3003906f4?OpenDocument>.

Acórdão do STJ, Processo n.º 07A930, de 24 de maio de 2007, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro SILVA SALAZAR, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/0/a690239091004fbd802572e500456013?OpenDocument>.

Acórdão do STJ, Processo n.º 220/10.0TBPNIL1.S1, de 03 de outubro de 2013, relatado por o Doutor Juiz Conselheiro GABRIEL CATARINO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/9927021dd5f1b68280257bf9005a02db?OpenDocument>.

Tribunal da Relação de Coimbra

Acórdão do TRC, Processo n.º 1463/07.9TBCNT.C1 de 24 de setembro de 2013, relatado por o Doutor Juiz Desembargador HENRIQUE ANTUNES, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/97b24d5a538e19c380257bfe0049ab1c?OpenDocument>.

Acórdão do TRC, Processo 3892/09.4T2AGD-A.C1, de 11 de março de 2014, relatado por o Doutor Juiz Desembargador LUÍS CRAVO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/bbb119b9b736b66180257cc100303fdf?OpenDocument>.

Acórdão do TRC, Processo n.º 1626/11.2TBMGR-A.C1, de 13 de novembro de 2012, relatado por a Doutora Juíza Desembargadora MARIA INÊS MOURA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/536b4139133f5f9f80257ac9003a6887?OpenDocument>.

Acórdão do TRC, Processo 132/12.2TBCVL-A.C1, de 19 de dezembro de 2012, relatado por o Doutor Juiz Desembargador HENRIQUE ANTUNES, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/b2796da52561975480257af7003f1529?OpenDocument>.

Acórdão do TRC, Processo 3531/05, de 17 de janeiro de 2006, relatado por o Doutor Juiz Desembargador FERREIRA DE BARROS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/e17f26cafb5d97918025715400548c37>.

Acórdão do TRC, Processo 295/13.0TBPNI-A.C1, de 17 de dezembro de 2014, relatado por a Doutora Juíza Desembargadora MARIA DOMINGAS SIMÕES, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/bdd4fc9e5adc108480257dc5003cd275?OpenDocument>.

Tribunal da Relação de Guimarães

Acórdão do TRG, Processo n.º 163/09.0TBPVL.G1 de 22 de maio de 2014, relado pela Doutora Juíza MARIA LUÍSA RAMOS, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/f6bbb82d72cea01880257d0300539d25?OpenDocument>.

Acórdão do TRG, Processo n.º 536/07.2TBFAF.G1 de 18 de Novembro de 2010, relatado por o Doutor Juiz Desembargador MANUEL BARGADO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/b26ba82b176cc3f8802578070057ba59?OpenDocument>.

Tribunal da Relação de Lisboa

Acórdão do TRL, Processo 11687/2005-6, de 15 de dezembro de 2005, relatado por o Juiz Desembargador CARLOS VALVERDE, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/4367961782b2e8fb8025719b00452d83?OpenDocument>.

Acórdão do TRL, Processo n.º 463/07.3TVLSB.L1-7, de 12 de maio de 2009, relatado por a Doutora Juíza Conselheira DINA MONTEIRO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/0/4b30023d09eab73f802575c8003c9204?OpenDocument>.

Acórdão do TRL, Processo 7543/2007-1, de 22 de janeiro 2008, relatado por o Doutor Juiz Desembargador JOÃO AVEIRO PEREIRA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/01612b1e464111a08025745c0055dc74?OpenDocument>.

Tribunal da Relação do Porto

Acórdão do TRP, Processo n.º 1785/11.4TBVFR.P1, de 02 de maio de 2013, relatado por o Doutor Juiz Desembargador CARLOS PORTELA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/11fd551d53d8157d80257b6e00571178?OpenDocument>.

Acórdão do TRP, Processo n.º 8077/15.8T8PRT-A.P1, de 31 de maio de 2016, relatado por o Doutor Juiz Desembargador LUÍS CRAVO, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/-/D1250B26F8B671F380257FE30051BA3E>.

Acórdão do TRP, Processo 1897/14.2T2AGD-A.P1, de 27 de setembro de 2017, relatado por a Doutora Juíza Desembargadora INÊS MOURA, disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/3e206bfffec06d313802581b600554032?OpenDocument>.

ANEXOS

ANEXO 1

MINUTA DE CONTRATO DE MÚTUO CIVIL

CONTRATO DE MÚTUO

Outorgantes:

PRIMEIRA: Esperança dos Anjos Correia, solteira, maior, contribuinte n.º 166 032 341, natural da freguesia de Castro de Avelãs, do concelho de Bragança, residente nessa mesma freguesia, portadora do C.C. n.º 6932014, válido até 10 de agosto de 2017;

SEGUNDO: Carlos Nuno da Costa Ferreira, solteiro, maior, contribuinte n.º 155 021 330, natural da freguesia de S. José, concelho de Lubango, Angola, residente à Rua Padre Rebelo da Costa, n.º 3022, Porto, portador do C.C. n.º 7320498, válido até 29 de março de 2017.

Disse a primeira outorgante:

Que, neste ato entrega ao segundo outorgante-mutuário, a quantia de três mil euros pelo prazo de dois anos, vencendo-se juros sobre a importância mutuada de 5% ao ano, pagáveis no fim de cada semestre.

O mutuário poderá amortizar ou liquidar a dívida emergente deste contrato antes de decorrido o prazo estipulado, procedendo-se nesse caso, à amortização proporcional dos juros.

A falta de pagamento dos juros nas datas convencionadas implica o vencimento do presente contrato, podendo o mutuante exigir, desse logo, o pagamento de tudo o quanto lhe for devido pelo mutuário.

Disse o segundo outorgante:

Que aceita este contrato de empréstimo nos termos exarados.

Assim o outorgaram.

ANEXO 2

MINUTA DE CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO

CONTRATO DE MÚTUO

Contrato nº

Proposta nº

Cliente nº

CREDOR

BBVA Instituição Financeira de Crédito S.A. CRC Lisboa - NIF/Matricula: 502.801.808 - Capital Social Eur. 29.903.045
Av. D. João II, Lote 1.16.05, 2º piso - Edif. Infante - Parque das Nações - 1990-083 Lisboa
Tel: (351) 217 985 800; e-mail: bbva.fz@bbvacf.pt
Entidade de Supervisão: Banco de Portugal com sede na Rua do Comércio nº 148, 1100-150 Lisboa

CLIENTE

Nome completo

Morada permanente

Código Postal:

Corresponde à morada fiscal?

Morada fiscal

Código Postal:

Tlf. Fixo: Doc. Id.

Telemóvel:

E-mail:

Tipo: Cartão Cidadão

Número:

Data de validade:

Emitido por:

Nacionalidade:

Data de nascimento:

Naturalidade:

Outras nacionalidades:

NIF:

Profissão:

Act.Cult.e Similares

Entidade patronal:

Estado Civil:

Regime bens:

Nº Dependentes:

Tipo Habitação:

Encargo mensal com habitação:

Cargos Públicos

Desempenhou cargos públicos nos últimos 12 meses?:

Algum membro próximo da família (cônjuge ou unido de facto, pais, filhos e respectivos cônjuges ou unidos de facto) desempenhou cargos públicos nos últimos 12 meses?:

Tem relações de natureza societária ou comercial com titulares de cargos públicos?:

Dados profissionais

Categoria Profissional:

Act.Cult.e Similares

Rendimento Mensal:

Tipo Contrato Trabalho:

Antiguidade na Empresa:

Assinalar caso não consinta na utilização dos seus dados para efeitos de Marketing

☐

Beneficiário Efectivo / Representante / Procurador

No presente Contrato o Cliente actua por conta ou no interesse de outra pessoa/entidade?

Nome completo

Morada permanente

Código Postal:

Corresponde à morada fiscal?

Morada fiscal

Código Postal:

Tlf. Fixo:

Telemóvel: Cartão

E-mail:

Doc. Id.

Tipo: Cidadão

Número:

Data de validade:

Emitido por:

Nacionalidade: Portugal

Data de nascimento:

Naturalidade:

Outras nacionalidades:

NIF:

Profissão:

Administrador e Dir.

Entidade patronal:

Cargos Públicos

Desempenhou cargos públicos nos últimos 12 meses?:

Algum membro próximo da família (cônjuge ou unido de facto, pais, filhos e respectivos cônjuges ou unidos de facto) desempenhou cargos públicos nos últimos 12 meses?:

CONTRATO DE MÚTUO

Contrato nº

Proposta nº

Cliente nº

Tem relações de natureza societária ou comercial com titulares de cargos públicos?:

Assinalar caso não consinta na utilização dos seus dados para efeitos de Marketing

☐

Entre a BBVA IFIC e o Cliente supra identificado é celebrado o presente Contrato de VCR que se rege pelas seguintes cláusulas, divididas entre Condições Particulares e Condições Gerais.

INTERMEDIÁRIO DE CRÉDITO

Nome BBVA INSTITUICAO FINANCEIRA CREDITO SA

Morada AV D JOAO II LOTE 1.16.05 2 ED. INFANTE 1990-083 LISBOA

CONDIÇÕES PARTICULARES

Tipo de crédito

Crédito sob a forma de pagamento diferido de bem.

Crédito automóvel - Outros: novos

Bem objecto do contrato

Marca	Modelo	Matrícula	P.V.P. €
-------	--------	-----------	-------------

Condições do financiamento

Entrada Inicial: €

Montante Total do Crédito: €

Prazo: meses

Taxa Nominal: %, com indexante: % + spread: %

Tipo:

TAN Inicial: % válida para as(os) primeiras(os) Prestações

Taxa de referência e Regra de indexação: EURIBOR 3 MESES ARRED 1/1000

Prestações

Tipo: Constantes

Periodicidade:

Valor de cada prestação:

€

Número total de prestações:

Encargos incluídos na TAEG:

Comissão de abertura de contrato:

€ + I.S. (€)

Comissão de processamento de Prestações*:

€ + IS (€)

Imposto de selo:

IS Abertura cred.: €; Juros: €

(* Valor unitário por Prestação: 2,03 €+ IS)

TAEG X%

Montante Total Imputado ao Consumidor: €

Prestações

Data de vencimento da(o) 1ª Prestação: ____ / ____ / ____

Data de vencimento das(os) restantes Prestações: dia ____ dos meses subsequentes de acordo com a periodicidade e prazo do

Data de início e termo do contrato

Este contrato tem o seu início em ____ / ____ / ____ e o seu termo em ____ / ____ / ____.

CONDIÇÕES GERAIS

1.ª - Montante e Utilização 1. Por este Contrato, a BBVA CF concede ao CLT (adiante designado por CLT) um empréstimo, no montante e nos termos previstos nas Condições Particulares (adiante designadas por CP), destinado à compra do BEM identificado nas CP com as características nelas indicadas. 2. O CLT autoriza a BBVA CF a entregar o montante do crédito ao Fornecedor (adiante designado por FORN.) do BEM, a adquirir, identificado nas CP. 3. O CLT confessa-se devedor à BBVA CF da quantia mutuada, juros, comissões e despesas emergentes do Contrato. 4. O FORN., cuja identificação e endereço constam das CP, actua no âmbito do Contrato como intermediário de crédito da BBVA CF sem exclusividade, não assume a qualidade de intermediário independente e não tem poderes para celebrar o Contrato em representação da BBVA CF.

2.ª - Celebração e Vigência do Contrato 1. Este Contrato considera-se celebrado na data da sua assinatura pelo CLT, mas apenas produzirá efeitos na data em que a BBVA CF comunique ao CLT por escrito ou noutro suporte duradouro que todos os dados e informações facultados se encontram devidamente confirmados e, consequentemente, aprovado o pedido de crédito apresentado. O início da produção de efeitos do Contrato retroage à data da sua assinatura. 2. No momento da sua assinatura é entregue ao CLT e demais contraentes um exemplar do Contrato devidamente assinado.

CONTRATO DE MÚTUO

Contrato nº

Proposta nº

Cliente nº

3.ª - Verificação de Informações e Avaliação de Solvabilidade 1. O CLT e (caso aplicável) os Avalista(s) obrigam-se a facultar dados correctos, verdadeiros e actuais à BBVA CF no contexto da celebração e execução deste Contrato. 2. A eficácia do Contrato depende da prévia comprovação e avaliação, pela BBVA CF, das informações e documentação fornecidas pelo CLT e (caso aplicável) do Avalista(s) e da verificação da sua solvabilidade, podendo a BBVA CF desenvolver todas as diligências que considere adequadas, incluindo a consulta da informação constante da lista pública de execuções, da Central de Responsabilidade de Créditos (C.R.C.) ou de qualquer outra base de dados, nacional ou internacional. 3. Caso o pedido de crédito seja recusado com fundamento em consultas a bases de dados, a BBVA CF informará o CLT, salvo se a revelação dessa informação for proibida por lei ou for contrária à ordem ou segurança públicas. 4. A BBVA CF encontra-se obrigada a comunicar à C.R.C. as responsabilidades efectivas ou potenciais decorrentes do Contrato, bem como os respectivos saldos mensais, incluindo a eventual mora ou incumprimento.

4.ª - Período de Reflexão 1. O CLT dispõe de um prazo de 14 dias de calendário a contar da data da celebração do Contrato ou da data de recepção pelo consumidor do exemplar do contrato se essa data for posterior à recepção do exemplar do contrato para livremente revogá-lo, enviando à BBVA CF uma declaração para esse efeito, em papel ou noutro suporte duradouro. 2. Caso a execução do Contrato se tenha iniciado antes de o CLT o revogar, este fica obrigado a, no prazo máximo de 30 dias após a data de expedição da declaração de revogação, restituir à BBVA CF o capital utilizado e pagar os juros vencidos, sem atrasos indevidos, calculados diariamente com base na taxa nominal estipulada nas CP, desde a data de utilização do crédito até à data de pagamento do capital. 3. O CLT deverá também indemnizar a BBVA CF pelas despesas não reembolsáveis em que esta tenha incorrido junto da administração pública em virtude da celebração do Contrato. 4. A livre revogação do Contrato implica a revogação dos contratos acessórios ao mesmo e preclui direitos da mesma natureza conferidos ao CLT noutra legislação especial.

5.ª - Condições de Reembolso 1. O reembolso do empréstimo será efectuado pelo CLT em prestações cujo tipo, montante, nº, periodicidade e vencimento estão fixados nas CP. O valor das prestações poderá ser actualizado nos termos do disposto na Cláusula 6ª. Se a actualização implicar uma redução no montante das prestações, esta ficará sempre condicionada à inexistência de quaisquer valores em dívida por parte do CLT. 2. O CLT poderá solicitar à BBVA CF, sem qualquer encargo, a todo o tempo ao longo do período de vigência do Contrato, uma cópia do quadro de amortização do capital, indicando os pagamentos devidos, as datas de vencimento e as condições de pagamento dos montantes, a composição de cada reembolso periódico em capital amortizado, os juros calculados com base na taxa nominal e, se for o caso, os custos adicionais. 3. Se houver lugar ao pagamento de despesas e de juros sem amortização do capital, o CLT pode solicitar à BBVA CF um extracto dos períodos e das condições de pagamento dos juros devedores e das despesas recorrentes e não recorrentes associadas. 4. Os pagamentos são imputados ao valor em dívida pela ordem seguinte: valor correspondente a prémios de seguro (se aplicável), impostos, encargos ou comissões e penalidades vencidas, juros e capital.

6.ª - Juros / Taxa Anual de Encargos Efectiva Global (T.A.E.G.) / Câmbio 1. O capital em dívida vence juros diariamente à taxa prevista nas CP, a que corresponde a T.A.E.G. aí indicada. 2. A T.A.E.G. corresponde ao custo total do crédito para o CLT, expresso em percentagem anual do montante total do crédito, calculado nos termos do DL n.º 133/2009, de 02 de Junho, na sua redacção em vigor. 3. Os juros serão contados dia a dia, calculados com base num ano civil de 360 dias de calendário e arredondados à milésima, sendo o respectivo valor integrado nas prestações pagas ao abrigo do contrato. Sempre que a taxa de juro for indexada a um índice de referência, a mesma resultará da média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior ao período de contagem de juros. 4. A BBVA CF poderá capitalizar os juros vencidos por períodos iguais ou superiores a um mês, sem necessidade de notificação do CLT para o efeito. 5. A taxa de juro e as comissões previstas neste Contrato poderão ser alteradas pela BBVA CF sempre que ocorram variações de mercado ou se verificarem outras razões atendíveis, nomeadamente, alterações legislativas ou alterações nas regras prudenciais a que esta se encontra sujeita. A alteração será comunicada ao CLT de imediato, por escrito ou noutro suporte duradouro com um prazo de pré-aviso de 90 dias, durante o qual o CLT poderá resolver o Contrato com fundamento na alteração, sem para o efeito lhe ser cobrada qualquer comissão. A alteração produzirá efeitos no período de contagem de juros imediatamente seguinte ao termo do prazo de exercício do mencionado direito de resolução. A BBVA CF deverá restabelecer a taxa de juro e as comissões anteriormente aplicáveis, comunicando-a ao CLT, sempre que os factos justificativos da alteração deixem de se verificar. 6. A informação sobre as alterações da taxa de juro que resultem da modificação da taxa de referência encontrar-se-á disponível nas instalações da BBVA CF, sendo prestada ao CLT de forma periódica. 7. O valor das prestações alterar-se-á em função da variação que vier a verificar-se na taxa de juro de referência indicada nas CP. A revisão da taxa de juro é efectuada com uma periodicidade igual à do prazo do respectivo indexante indicado nas CP. 8. As obrigações pecuniárias decorrentes deste Contrato deverão ser cumpridas em Euros. Considera-se Euro a moeda com curso legal nos Estados Membros da União Europeia (U.E.) que a cada momento a adoptem como moeda oficial nos termos do disposto no Tratado da U.E. e do Tratado sobre o Funcionamento da U.E., ou nos tratados que os venham a substituir. 9. As alterações das taxas de juro, câmbio, comissões ou despesas que sejam mais favoráveis ao CLT podem ser aplicadas sem pré-aviso.

7.ª - Cumprimento Antecipado 1. O CLT pode, a todo o tempo, antecipar, total ou parcialmente, o pagamento dos montantes devidos, devendo para o efeito notificar a BBVA CF com a antecedência mínima de 30 dias de calendário. 2. O reembolso antecipado dá lugar à redução do custo total do crédito por via da redução dos juros e dos encargos do período remanescente, tendo a BBVA CF direito a uma comissão de reembolso antecipado, desde que tal ocorra num período em que a taxa nominal aplicável seja fixa. 3. A comissão de reembolso antecipado a que alude o nº anterior é de 0,5% ou 0,25% do montante do capital reembolsado antecipadamente, consoante o período decorrido entre o reembolso antecipado e a data estipulada para o termo do Contrato seja superior ou inferior/igual a um ano, à qual acrescem as despesas eventualmente incorridas pela BBVA CF junto de terceiras entidades, no contexto da realização desse reembolso antecipado. 4. A comissão não pode exceder o montante dos juros devidos pelo CLT entre o reembolso antecipado e o último dia de pagamento de juros previsto no Contrato.

8.ª - Mora 1. Em caso de mora no pagamento de uma ou mais prestações, vencer-se-ão, desde a data do respectivo vencimento, juros moratórios correspondentes à taxa de juros remuneratórios então vigente, acrescida de uma sobretaxa de 3% e dos respectivos impostos. 2. Pela recuperação de valores em dívida, a BBVA CF cobrará uma única vez, por cada prestação vencida e não paga, uma comissão correspondente a 4% do valor da prestação vencida e não paga, no valor mínimo de 12,00 Eur. e máximo de 150,00 Eur., salvo se o capital da prestação vencida e não paga exceder 50.000,00 Eur., caso em que a comissão corresponderá a 0,5% do respectivo valor. 3. Os valores mínimos e máximos da comissão prevista no nº anterior são anualmente actualizados de acordo com o índice de preços ao consumidor, mediante portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da economia, a publicar até 30 de Novembro do ano anterior, não carecendo tais actualizações de ser notificadas pela BBVA CF ao CLT. 4. A BBVA CF não procederá à cobrança de quaisquer juros ou comissões adicionais em conexão com a mora por parte do CLT, além dos previstos nesta Cláusula e da imputação de despesas de cobrança documentadas e que sejam incorridas perante terceiros.

CONTRATO DE MÚTUO

Contrato nº

Proposta nº

Cliente nº

9.ª - Perda do Benefício do Prazo e Resolução 1. A BBVA CF poderá invocar a perda do benefício do prazo ou resolver o presente Contrato se o CLT faltar ao pagamento de duas prestações sucessivas que excedam 10% do montante total do crédito e não proceder ao pagamento das prestações em mora no prazo de 15 dias, ou quando ocorrer qualquer outra situação que, nos termos da lei em vigor, seja admitida como conferindo o direito de resolução ou de invocar a perda do benefício do prazo à BBVA CF (encontrando-se ainda a BBVA CF obrigada a cumprir os procedimentos de regularização de situações de incumprimento que sejam exigidos por lei). 2. Com o exercício dos direitos previstos no nº 1, são imediatamente devidos todos os montantes já vencidos e todas as prestações de capital em falta até ao fim do período contratual, e acrescendo ao capital juros remuneratórios vincendos bem como a sobretaxa de juros de mora a partir da data em que os direitos forem exercidos.

10.ª - Impostos e Taxas São de conta do CLT todos os impostos e taxas, existentes ou que venham a ser criados, que se refiram à utilização do BEM adquirido através deste financiamento, e circulação do mesmo em caso de veículo, ou a este Contrato e aos pagamentos a efectuar em execução do mesmo.

11.ª - Despesas e Encargos 1. Para além das despesas e dos encargos fixados nas CP, aplicam-se ao presente Contrato as despesas e os encargos previstos no Preçário em vigor cujo Folheto de Comissões e Despesas se encontra em anexo, os quais podem ser imputados pela BBVA CF ao CLT pelos mesmos meios e com respeito pelas mesmas formalidades aplicáveis aos restantes pagamentos. 2. É ainda da responsabilidade do CLT o reembolso de todas as despesas posteriores à entrada em incumprimento do CLT, incluindo honorários de advogados, solicitadores ou prestadores de serviços, incorridas pela BBVA CF perante terceiros, acrescidas dos impostos e demais encargos legais em vigor, devendo para o efeito a BBVA CF apresentar a respectiva justificação documental.

12.ª - Garantias e Acordo sobre a Reserva de Propriedade 1. Para garantia do bom e integral cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato, a BBVA CF pode exigir ao CLT e Avalista(s) uma Livrança com expressão "Não à Ordem" por eles subscrita e avalizada, respectivamente, bem como qualquer outro título de crédito ou garantia, real ou pessoal, e/ou hipoteca sobre o BEM, de acordo com o previsto nas CP. 2. O(s) Avalista(s) constitui(em)-se como principal(ais) pagador(es) de todas as obrigações emergentes deste Contrato, expressamente renunciando ao benefício da excussão prévia, e, sem prejuízo da relação cambiária decorrente do aval, assumem também solidariamente entre si e com o CLT o cumprimento de tais obrigações. 3. O CLT e Avalista(s) autorizam a BBVA CF a preencher a Livrança referida no nº 1, designadamente no que se refere às datas de emissão, vencimento e montante, o qual corresponderá aos créditos de que em cada momento a BBVA CF seja titular por força deste Contrato, da sua revogação e/ou resolução, incluindo todos os encargos e despesas. 4. Caso seja exigida hipoteca sobre o BEM, o CLT constitui a favor da BBVA CF hipoteca voluntária sobre o mesmo em garantia do integral cumprimento das suas obrigações correspondentes, nomeadamente, ao total do capital financiado, juros, despesas e comissões devidos nos termos deste Contrato, com o valor máximo para efeitos de registo indicado nas CP. 5. A BBVA CF pode constituir, a seu favor, reserva de propriedade sobre o BEM, ou acordar com o Vendedor a cessão a seu favor da reserva da propriedade constituída a favor de terceiro, mantendo-se o correspondente registo até que se mostrem liquidadas todas as quantias devidas pelo CLT. 6. As garantias exigidas neste Contrato estão indicadas nas CP, sendo da responsabilidade do CLT todas as respectivas despesas de constituição, registo e cancelamento.

13.ª - Contrato de Crédito Coligado 1. No caso de incumprimento ou de desconformidade no cumprimento do contrato de compra e venda coligado com o presente Contrato, o CLT que, após interpelação do FORN., não tenha obtido a satisfação do seu direito ao cumprimento do contrato de compra e venda, pode interpelar a BBVA CF para exercer qualquer uma das seguintes pretensões: a) A excepção de não cumprimento do contrato; b) A redução do montante do presente Contrato em montante igual ao da redução do preço; c) A resolução do presente Contrato. 2. A interpelação à BBVA CF referida no nº anterior deve ser feita nos termos gerais da lei civil e pressupõe que o exercício dos direitos relativos ao contrato de compra e venda tenha sido tempestivamente realizado junto do FORN. do BEM em conformidade com o DL nº 84/2008, de 21 de Maio. 3. O CLT não fica obrigado a pagar à BBVA CF o montante correspondente àquele que foi recebido pelo vendedor caso tenha existido uma redução do preço do BEM nos termos da alínea b) do nº 1 ou caso o presente Contrato seja resolvido nos termos da alínea c) do nº 1.

14.ª - Invalidade do Contrato de Crédito Coligado 1. A invalidade ou a ineficácia do presente Contrato repercute-se, na mesma medida, no contrato de compra e venda. 2. A invalidade ou a revogação do contrato de compra e venda repercute-se, na mesma medida, no presente Contrato.

15.ª Cessão e Subcontratação 1. O CLT autoriza a BBVA CF a ceder a terceiros, no todo ou em parte, os créditos emergentes deste Contrato, produzindo a cessão efeitos na data em que for comunicada ao Titular. 2. A BBVA CF só poderá ceder a sua posição contratual a favor de outras instituições de crédito, e na medida em que o Titular dê o seu consentimento para o efeito, de acordo com o previsto na Cláusula 20.ª. 3. A BBVA CF poderá subcontratar terceiros para a prestação de serviços ou realização de outras actividades previstas no presente Contrato ou com ele relacionadas.

16.ª - Dados Pessoais 1. O CLT e as restantes partes no Contrato que disponibilizem dados pessoais autorizam a BBVA CF, enquanto responsável pelo respectivo tratamento a: (i) proceder ao seu registo e processamento automático, reconhecendo que os mesmos se destinam a ser utilizados por esta, no âmbito da celebração e execução do presente Contrato; (ii) proceder ao seu tratamento para efeitos de marketing directo de promoção e divulgação de produtos e serviços financeiros ou outros que lhes sejam acessórios por si comercializados; (iii) proceder à transmissão às demais instituições de crédito e sociedades financeiras do Grupo BBVA sediadas em Portugal ou Espanha, e à BBVA AUTOMERCANTIL Lda., sociedade que também integra o grupo BBVA, para efeitos de marketing directo de promoção e divulgação de produtos e serviços financeiros ou outros que lhes sejam acessórios por si comercializados e (iv) comunicá-los, tendo como destinatários empresas de Seguros sediadas em Portugal com quem a BBVA CF mantenha relações comerciais, tendo em vista a promoção e divulgação de produtos de seguro associados ao crédito e/ou a bens adquiridos ou utilizados com recurso ao crédito. 2. O CLT e restantes partes no Contrato podem-se opor na presente data ou a qualquer momento, através de documento escrito dirigido à BBVA CF, a que os seus dados sejam utilizados, ou comunicados às entidades supra referidas, para efeitos de marketing directo de promoção e divulgação de produtos e serviços financeiros ou outros que lhes sejam acessórios por si comercializados. 3. O CLT e restantes partes no Contrato autorizam a comunicação dos seus dados (i) a entidades que se encontrem autorizadas à recolha e tratamento de dados, que incluam os respeitantes a incidentes de crédito, com vista à sua comunicação por colocação à disposição de outras entidades financeiras ou outras entidades concedentes de crédito ou similares, nomeadamente a Credinformações, e (ii) a comunicação dos seus dados pessoais a terceiros adquirentes dos créditos que para o responsável do tratamento emergem deste Contrato incluindo, sem qualquer limitação, operações de titularização. 4. Os interessados poderão aceder a toda a informação que lhes diga respeito, solicitando a sua correcção, aditamento ou eliminação mediante documento escrito dirigido à BBVA CF.

CONTRATO DE MÚTUO

Contrato nº

Proposta nº

Cliente nº

17.^a Alterações da Situação Pessoal ou Patrimonial O CLT e/ou Avalista(s) obrigam-se a informar imediatamente a BBVA CF, em papel ou noutro suporte duradouro, de qualquer alteração que se verifique nos elementos de informação disponibilizados no início ou no decurso do contrato incluindo dos elementos pessoais (designadamente estado civil ou mudança de residência) ou patrimoniais.

18.^a - Domicílio Convencionado e Comunicações entre as Partes 1. A BBVA CF poderá efectuar qualquer comunicação respeitante a este Contrato através de via postal, telefone (procedendo, mediante aviso prévio, à gravação de chamadas) ou SMS, para os contactos indicados pelo CLT e Avalistas nas CP ou outros que por estes sejam posteriormente facultados. 2. Todos os extractos e facturas relativos a este Contrato serão enviados pela BBVA CF através de via postal, ou de correio electrónico se o respectivo endereço electrónico tiver sido indicado pelo CLT nas CP (no caso das facturas, sob a forma de factura electrónica), para os referidos contactos do CLT, ao critério da BBVA CF. 3. Compete exclusivamente ao CLT zelar pela permanente actualização e bom funcionamento do endereço electrónico indicado, bem como comunicar quaisquer alterações no seu endereço postal, n.º de telefone e endereço de correio electrónico. 4. As comunicações através de via postal presumem-se realizadas na data de assinatura do aviso de recepção ou, tratando-se de correio registado, no quinto dia posterior ao do registo, e as comunicações realizadas através de via electrónica ou através de SMS, na data em que essa mensagem for recebida.

19.^a - Reclamações e Mediação 1. O CLT poderá endereçar quaisquer reclamações relativas à execução deste Contrato à BBVA CF, para a morada constante nas CP. 2. O CLT poderá apresentar uma reclamação no Livro de Reclamações disponível nas instalações da BBVA CF ou enviar as suas reclamações directamente ao Banco de Portugal, através do formulário de reclamação disponível no Portal do Cliente Bancário através de www.bportugal.pt. 3. O CLT tem ainda o direito de apresentar um pedido de mediação, nos termos do DL n.º 144/2009, de 17 de Junho.

20.^a - Alterações ao Contrato 1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.^a, a BBVA CF poderá propor outras alterações no Contrato, desde que informe o CLT com uma antecedência mínima de 60 dias relativamente à data em que elas entrarão em vigor, período durante o qual o CLT poderá resolver o Contrato com fundamento na alteração, sem para o efeito lhe ser cobrada qualquer comissão. 2. Fica acordado que, perante o silêncio do CLT até ao final do período referido no n.º anterior, se considera que este aceitou tacitamente as alterações propostas pela BBVA CF.

21.^a - Cessação do Contrato O presente Contrato cessa nos termos gerais, nomeadamente, em caso de cumprimento integral, reembolso total antecipado, resolução e invalidade.

22.^a - Foro A este Contrato é aplicável a lei e jurisdição portuguesas. Para julgar todas as questões dele emergentes, serão aplicáveis as regras em matéria de competência territorial previstas no Código de Processo Civil.

O CLT declara que, previamente à sua assinatura, foi devidamente informado e esclarecido sobre todos os aspectos relevantes relacionados com o presente contrato de crédito e que recebeu a «Ficha sobre Informação normalizada europeia em matéria de crédito a consumidores - FIN».

O CLT e Avalista(s) declaram conhecer e terem sido esclarecidos sobre o conteúdo deste Contrato, o qual é composto por CP, Gerais e 1 (um) Anexo, às quais dão o seu acordo, que todas as informações estão correctas e todos os campos devidamente preenchidos e que recebem, nesta data, um exemplar do mesmo.

FEITO EM DOIS EXEMPLARES, QUALQUER DELES VALENDO COMO ORIGINAIS DE IGUAL VALOR.

2014-05-14 - Data de emissão do presente Contrato, a qual corresponderá à da sua assinatura e celebração, salvo se outra for aqui expressamente indicada ____ / ____ / ____.

BBVA IFIC

CLIENTE

AVALISTAS

Cartão
Cidade
NIF:

Imposto de selo (Verbas 17.1 e 17.2.1 da TGIS) pago por meio de guia no valor de 73,17 € em ____ / ____ / ____.